

Defesa Nacional



VEREIRO

946

NUMERO

38

CEL. FERNANDO BATISTA NUNES

CEL. LIMA FIGUEROA

MAJOR JOSE SALLES

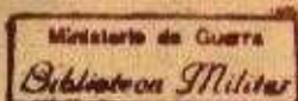
A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXIII

Brasil — Rio de Janeiro, Fevereiro de 1945

n. 381



SUMÁRIO:

	Pag.
A Lei do Brio	17
Colaboração Militar Brasil-Estados Unidos — Confe- rência do Gen. E. Leitão de Carvalho	18
Estudo Histórico Geográfico do México — Gen. Onofre Muniz Gomes de Lima	20
O Chefe — Conferência do Gen. Gamelin	20
Oleodutos Célebres — Trad. do Cel. Paulo Mac Cord	22
Problemas Sociais do Oficial — Cap. Rui Alencar No- gueira	22
Organização do Serviço de Saúde do Exército Norte- Americano nos Teatros de Operações — Trad. do Cap. Médico Dr. Saulo Teodoro Pereira de Melo	22
“Quarteis, Escolas de Civismo” — Maj. Nelson R. Car- valho	22
Geografia — Maj. Antonio de Brito Junior	22
Dicionário Militar Brasileiro — Cap. Otávio Alves Velho	22
“Fechados em Capas . . .” — Maj. José Horácio Garcia	22
Noticiário & Legislação	22

A LEI DO BRIO

(De " OPaiz", de 3 de Agosto de 1886)

Em todos os países cultos, o militar é e deve ser o símbolo do pundonor — pessoal e cívico.

A abstracção moral que corporifica na sua pessoa a representação da Pátria, exige dêle que possua o ideal da honra — porque êsse é o único estímulo para a abnegação de que êle deve ser o exemplo, e para o sacrifício de que êle deve ser vítima — quando tanto exijam dêle a segurança e a dignidade da Pátria.

A própria bravura no campo de batalha, a própria serenidade em face do perigo, o seu próprio heroísmo em face da morte, nada mais são do que as modalidades diversas de um mesmo sentimento — o sentimento da honra.

Só é capaz de abnegação e de sacrifício aquê-
le que tem no coração e no espírito o ideal supremo do pundonor.

E êsse ideal só pode ser possuído pelas almas grandes e limpas.

O zelo pela própria dignidade é para todos os homens um direito; mas para os militares é um dever, porque o uniforme que êle traja é a nobre investidura do símbolo que êle representa — a pátria armada para a defesa da sua honra e integridade.

Dessa investidura só são dignos os homens capazes de abrigarem no seu seio tão nobre sentimento e de se elevarem pelo sacrifício de si próprios à culminância moral do heroísmo.

Tudo quanto, por conseguinte, tende a rebaixar o moral do soldado e a suprimir ou a sufocar no seu seio o estímulo do pundonor, — nada mais produzirá que não seja a degradação e o relaxamento.



181

COLABORAÇÃO MILITAR BRASIL-ESTADOS UNIDOS

*Conferência realizada no Clube Militar a 20 de Dezembro de 1945,
pelo General E. LEITÃO DE CARVALHO, ex-chefe da Dele-
gação Brasileira à Comissão Mista de Washington. — Rio de
Janeiro.*

Senhor Presidente do Clube Militar.

Minhas senhores.

Meus senhores.

Ao aceitar o honroso convite do ilustre presidente desta Casa, meu presado amigo General José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, para falar-vos sobre a colaboração militar, entre o Brasil e os Estados Unidos, na guerra finda, bem sopesei a responsabilidade que assumir e a vastidão e complexidade do tema, muito acima de minhas escassas forças.

Meu primeiro gesto, ao conhecer-lhe o desejo, foi porisso de recusa.

Era ainda cêdo, na minha opinião, para explanar, mesmo entre camaradas, tão delicado assunto, e estreita a margem, entre a banalidade e a indiscreção, para desenvolver considerações à altura dêste auditório. Seu argumento, porém, de que nada, ou quase nada, na matéria, se havia divulgado no Exército, demoveu-me do primitivo propósito, persuadindo-me de que devia contribuir para o preenchimento de tão incompreensível lacuna. Auxiliaria, assim, os meus camaradas a apreciarem, por si mesmos, os acontecimentos, conhecendo-lhes as causas e as consequências e julgando a ação dos meios que tiveram de suportar-lhes os embates, e orientar-lhes o longo curso, em benefício dos interesses do Brasil, na tremenda convulsão por que passou o mundo civilizado.

E só dessa maneira servirá a lição da experiência, que habilitará a enfrentar, com segurança, outras crises, "quod deus avertat", lidando o país dos riscos evitáveis, mas impulsionando-lhe os passos, sem vacilações nem reservas mentais, no sentido do seu destino histórico.

A SEGURANÇA DO ATLÂNTICO

Meus senhores, as origens da segunda Guerra Mundial, como sabeis, prendem-se, através de vinte e cinco anos de lutas inferas por uma paz duradoura, à liquidação da primeira, e, sem contar o Brasil no taboleiro politico-estratégico dos grandes interesses em jôgo, não terá cabal explicação sua atitude, colocando-se, nas duas grandes guerras, no grupo anglo-americano, que defende as águas do Atlântico contra o predomínio exclusivo de qualquer potência.

E' com efeito, em tôrno da liberdade de comunicações nessa linha oceânica, cortada de caminhos por onde transita o comércio mais volumoso e rico do mundo, a um tempo proteção e via de acesso ao continente, que se encontram as causas profundas dos conflitos gigantescos em que, duas vezes em um quarto de século, se viram envolvidos inevitavelmente os Estados Unidos e, com eles, o Brasil e outras nações americanas.

A importância econômica e militar do oceano Atlântico, com relação à prosperidade e segurança dos Estados Unidos, tornou-se evidente a seus homens de governo desde o começo do século passado.

"A presença de potências estrangeiras em tôdas as ilhas, ao norte ao sul, mesmo ao largo da costa, como as Bermudas, Bahamas e Antilhas, — diz Ellen C. Semple (1) foi fator ôbvio na história naval e militar dos Estados Unidos, mostrando as desvantagens de sua posição puramente continental".

Mas a escassês das comunicações terrestres, entre as prosperas colônias situadas ao longo da costa, estimulou o desenvolvimeto da navegação, conduzindo o povo americano a dedicar-se, como se os antepassados inglêses, à vida do mar.

Pais novo, com abundante excesso de produtos, dos campos dos mares, achou desde cedo amplos mercados, para os artigos de exportação, nos povos do Atlântico Norte, tanto da orla europeia como da americana, de onde lhe vinham, em troca, as mercadorias de que necessitava. O comércio seguiu assim um periplo de Oeste para Este e de Este para Oeste, escalando as escunas na Terra Nova, Grã Bretanha, Espanha, África e nas Ilhas das Canárias e Índias Ocidentais, para rumar depois em direção ao nôrte e abastecer os portos americanos do continente, completando o grande circuito.

A marinha mercante americana, empregada no comércio exterior, tanto na costa do continente — Terra Nova, Antilhas — cor

(1) *American History and its Geographic Conditions*, pág. 12.

ra a Europa e a África, tornou-se, assim, no século XVIII, muito superior à marinha inglesa do Atlântico. (2)

Tão vultosos interesses na livre navegação desse oceano não deriam ficar à mercê das depredações, frequentes na época, ledas a cabo por esquadras de presa a serviço de nações ou empresas particulares. Começaram, porisso, os americanos a formar sua marinha de guerra, que se experimentou na luta contra os corsários, para desempenhar, afinal, papel importante em 1812, na guerra contra a Inglaterra.

Era, com efeito, a antiga metrópole o mais perigoso competidor das Treze Colônias, agora emancipadas, no comércio marítimo do Atlântico e no domínio territorial do continente, este de importância decisiva para a segurança da jovem república.

Encerrado o ciclo dos desentendimentos, nascidos com a luta pela independência e prolongados enquanto preponderaram velhas animosidades entre os antigos beligerantes, reconheceu o bom senso dos estadistas anglo-saxônicos, das duas margens do Atlântico, serem complementares os seus interesses em terra, como no mar, e o acôrdo entre os dois povos perdurou até hoje.

Com a configuração do seu território ainda indefinida, se considerarmos os limites naturais a que chegariam com o tempo, graças à tenacidade de seus filhos e à visão esclarecida de seus homens de governo, os Estados Unidos cuidaram, desde logo, de promover a segurança de sua soberania, em terra e nos mares, entrando em acôrdo com a antiga metrópole — o seu grande concorrente na política do Atlântico.

A posição geográfica, central, da República norte americana proporcionava-lhe vantagens consideráveis na repulsa a qualquer ataque proveniente do próprio continente. Mas a Inglaterra, que era também potência de extensos interesses na América, não possuía as mesmas vantagens, uma vez que seus centros de recursos bélicos se achavam fora do continente. Em compensação, com sua força naval incontrastável poderia, não só manter a liberdade de navegação na baía do Atlântico, mas ainda opôr-se, no mar, a novas tentativas dos impérios europeus com o fim de se estabelecerem em terras do Hemisfério Ocidental.

O momento oportuno para definir uma política proveitosa aos interesses das duas nações ofereceu-se por ocasião do reconhecimento da independência das nações ispano-americanas, quando pretenderam retroceder os estados membros da Santa Aliança a reconquista das colônias emancipadas. Dos longos entendimentos, entre os represen-

(2) Ellen C. Semple, *op. cit.*, págs. 132-133. Com o crescimento da frota mercante, subiu o comércio exterior nos anos de 1789 a 1793, na proporção de 70 % para 79 %, atingindo em 1810 a 89 % (*Id.*, págs. 139-140).

tantes dos Estados Unidos e o governo britânico, mesmo sem ter conduzido a acôrdo quanto à ação comum no reconhecimento, restou perfeita compreensão dos pontos de vista respectivos, no concernente à segurança da América e à guarda dos caminhos marítimos.

Afirma conhecido escritor americano (3) que o presidente Monroe só declarou que os Estados Unidos, com risco mesmo de guerra, resistiriam ao estabelecimento de novos impérios europeus no continente americano, depois que Canning, o ministro das relações exteriores da Inglaterra, assegurara ao ministro americano em Londres, Richard Rush, que "a Grã Bretanha e a Marinha britânica apoiariam os Estados Unidos nessa política".

Tivesse havido, ou não, o formal compromisso, mesmo verbal do governo inglês, o fato é que o poder naval britânico exerceu, durante três quartos de século, uma ação efetiva de apoio à livre navegação no Atlântico e à independência dos povos americanos, graças à qual se puderam processar a evolução das nações latinas do Novo Mundo e a expansão territorial dos Estados Unidos, transformados, a partir do comêço do século XX, em potência militar de primeira ordem, nos dois grandes oceanos que lhes banham o litoral.

Sem a ameaça de qualquer ataque, por potência européia, com base no continente; e garantido o livre trânsito no oceano Atlântico, por tão longo tempo, compreende-se que o povo americano tivesse deixado possuir daquela sensação de segurança, que o conduziu à política de isolamento, hostil à participação do país nos negócios mundiais, sob a presunção de que as garantias oferecidas pela situação geográfica seriam suficientes para manter a nação fora dos conflitos.

A grande crise de 1914 a 1918 veio dissipar essa ilusão e mostrar, em tôda a evidência, a temerosa realidade.

Já os homens de estado americanos, como Teodoro Roosevelt haviam verificado, no comêço dêste século, que os novos compromissos assumidos na Ásia, com a incorporação das Filipinas, sob perspectiva ameaçadora de ter de enfrentar duas novas potências marítimas, com ambições coloniais, — a Alemanha e o Japão — exigiam a participação dos Estados Unidos na política mundial, já lhes bastando apenas a abertura do Canal do Panamá, destinado ao jogo de seu crescente poder naval, mas se tornando preciso ainda a cooperação de outras nações, igualmente interessadas na segurança do Atlântico.

O arrebitamento da guerra de 1914 veio pôr à prova o sistema político-militar em que repousava a segurança dos Estados Unidos, na bacia do Atlântico. A resistência interna à participação na luta firmava raises profundas na alma nacional, acostumada, duran-

(3) Valter Lippmann — U. S. Foreign Policy, 1943, pág. 17.

ão longo tempo, a sentir-se ao abrigo dos conflitos desencadeados em outros continentes, particularmente na Europa. Mas os homens de estado e os órgãos de administração americanos incumbidos de proteger os interesses nacionais, na esfera exterior, e de prover à defesa militar do país, sentiram, com a necessária antecedência, o rumo que levavam os acontecimentos e trataram de preparar a nação para enfrentá-los.

OS ESTADOS UNIDOS E O BRASIL NA PRIMEIRA GUERRA

Compreende-se, assim, a vacilação de Wilson, de 1914 a 1916, "entre a afirmação dos direitos da América e a relutância em encarar as conseqüências de sua afirmação; entre o temor de uma vitória alemã e o temor de uma guerra para evitar essa vitória", conforme definiu Valter Lippmann a política do grande presidente naquela emergência. (4)

Como justificar, com efeito, perante a opinião pública americana, uma política internacional ousada, que poderia acarretar a entrada do país na luta, tendo de vencer o sentimento de segurança, gerado no passado, com argumentos, embora valiosos, que se não estribavam em fatos?

Parece explicar-se, dessa maneira, a razão por que o governo americano, para lançar o país na guerra, tenha alegado motivos secundários, mas de fácil apreensão pela opinião pública.

"A razão substancial e decisiva da entrada dos Estados Unidos na guerra — diz o referido autor — foi terem sido cortadas as comunicações no Atlântico, o que significava reduzir pela fome a Inglaterra e, por conseguinte, a conquista da Europa pela imperial Alemanha." (5)

"O Presidente Wilson, — continua Valter Lippmann — evitou dar essa justificativa à sua decisão, quando interveio, preferindo baseá-la na específica objeção legal à guerra submarina sem restrições, e na generalizada repulsa nacional à agressão cruel, sem leis. No entanto, essas razões superficiais para a declaração de guerra não teriam dado resultado se a maioria do povo não houvesse reconhecido intuitivamente, e se alguns americanos não tivessem visto claramente o que a ameaça de uma vitória representaria para os Estados Unidos.

"Embora faltasse a tradição de uma política externa que tornasse evidentes as condições da situação, muitos americanos viram, em 1917, que se a Alemanha vencesse, os Estados Unidos teriam de enfrentar um novo Império Alemão, que se desenvolveria agressiva-

(4) U. S. Foreign Policy, pág. 22.

(5) Op. cit., pág. 33.

mente, tendo feito da Inglaterra, da França e da Rússia os seus aliados, e do Japão seu aliado. Viram que, em tal situação, a defesa do Hemisfério Ocidental exigiria vastos armamentos, além dos que eram necessários no Pacífico e maiores do que estes, num estado perpétuo de alerta militar. Era nêsse sentido prático e concreto, embora o Presidente Wilson houvesse infelizmente preferido não particularizar a vitória alemã, em 1917, teria perdido o mundo para as democracias americanas, desde o Canadá até a Argentina." (6)

Explica, assim, o avisado escritor americano os motivos da entrada dos Estados Unidos na primeira guerra mundial e as dificuldades que teve de vencer o Presidente Wilson para fazer aceitar sua decisão pela opinião pública.

As razões ostensivas pelas quais o Brasil entrou nessa mesma guerra prendem-se, também, aos ataques submarinos aos nossos navios mercantes, ataques que motivaram, primeiro, a rotura de relações, depois, a beligerância, declaradas sucessivamente, quando, a despeito dos protestos da chancelaria brasileira, a orientação alemã persistiu inflexível. Mas, ao dar ao governo americano conhecimento do estado de guerra com o Império germânico, o nosso governo, em termos significativos, proclamava tê-lo feito por solidariedade aos Estados Unidos.

O Itamarati conhecia certamente o rumo que seguia a política da guerra, e verificava que a segurança do Atlântico, indispensável à defesa econômica e militar dos Estados Unidos e da Inglaterra, uma vez perdida para essas duas potências, estaria perdida, com maior razão para nós.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Obtidos, com a derrota dos Impérios Centrais, os objetivos que levaram os Estados Unidos à luta, voltou a preponderar no país o propósito de isolamento, despertado, desta vez, pela atitude do Senado, ao rejeitar o tratado de paz, a despeito da tentativa salvadora empreendida por Wilson, com tão lamentável insucesso.

O preço incalculável desse erro político foi a hecatombe da segunda guerra mundial, com o seu cortejo de sofrimentos, nunca vistos no passado, e de gastos imensos, que arruinaram o mundo irremediavelmente.

A ocupação da Renânia pelo exército alemão, em 1936, foi o sinal de alerta aos dirigentes da política americana. Ato de força, praticado por uma nação derrotada na guerra, menos de vinte anos antes, indicava evidentemente o seu propósito de libertar-se de todas as

(6) P. cit., págs. 34-35.

ações impostas no tratado de paz, o que se não poderia realizar em uma eficiente preparação para a guerra.

A atitude assumida pelas grandes potências européias, responsáveis pela execução do Tratado de Versailes, e de outros instrumentos anteriormente negociados com o fim de manter a paz, caracterizou-se no âmbito da Liga das Nações, como fora dela, por uma irresolução tão manifesta que só poderia servir de estímulo ao espírito de desforra que alimentava o governo alemão. Era patente que o mundo caminhava para outra grande guerra, se não fôsem detidos em tempo os preparativos da agressão germânica.

A clarividência política e o profundo amor à paz, que impulsionavam os atos de governo do grande presidente norte-americano, foram aplicados não só a deter a crise, — objetivo em que Roosevelt queria de esgotar todos os recursos de seu engenhoso espírito — mas também a prevenir-lhe os malefícios, quando desencadeada. Sua atividade vigilante desdobrou-se, tanto no campo externo, como no interno da política americana, num incessante esforço por orientar a opinião pública no sentido da temerosa realidade em perspectiva, a fim de poder contar, no momento oportuno, com os meios adequados de debelação da ameaça, ou à repulsa ao golpe, quando o agressor atingisse os interesses vitais dos Estados Unidos.

AÇÃO DIPLOMÁTICA NO CONTINENTE

No setor do Hemisfério Ocidental, sua iniciativa visou desde logo criar, entre as nações americanas, o ambiente de compreensão mútua, propício à aceitação do princípio, de que a segurança do continente interessa igualmente a todas.

Assim, com o seu concurso pessoal, a Conferência de Consolidação da Paz, reunida em Buenos Aires, em 1936, instituiu, na Declaração dos Princípios de Solidariedade e Cooperação Inter-americana, a regra fundamental do apoio recíproco, segundo a qual "todo ato suscetível de perturbar a paz na América afeta todas e cada uma das nações do continente". E, em outros acordos, aprovados na mesma conferência, firmaram-se as regras a empregar, não só no caso de guerra entre países americanos, mas também quando uma guerra fora do continente ameaçar a paz das repúblicas deste hemisfério, — aplaudindo, assim, o caminho, trilhado com tanto êxito nas conferências posteriores, e que conduziu à completa solidariedade das nações americanas, na repulsa ao ataque de potência extra-continental a qualquer delas.

Essa política previdente, de cooperação americana, embora satisfizesse os interesses de todos os povos do hemisfério, correspondia sobretudo a uma das grandes preocupações de segurança dos Estados

Unidos, porque eliminava a possibilidade de servir-se um adversário europeu de bases no continente para desferir golpes profundos contra os órgãos vitais do país.

Conseguida a solidariedade da América, no caso eventual de uma agressão ao continente, poderiam os Estados Unidos aguardar, com menor ansiedade, a crise européia, esperando o momento oportuno para sua intervenção nos acontecimentos.

A ENTRADA NA LUTA

Qual seria esse momento?

Se nos reportarmos aos motivos reais por que intervieram os Estados Unidos na primeira guerra mundial, teremos de concluir que esse momento surgiria quando o poder naval inglês corresse o risco de ser suplantado no Atlântico, desaparecendo, com isso, a segurança das comunicações marítimas, na bacia oceânica a que estão ligados os interesses militares e econômicos do povo americano.

Mas, se era esse o momento da intervenção, quando ele surgisse, deveria a nação estar preparada para proceder com segurança e êxito.

Como foi levada a cabo essa preparação, é hoje conhecido, por documentos oficiais e publicações de escritores autorizados.

"De 1939 a 1940, — diz um desses escritores — o Presidente Roosevelt moveu-se, ansioso e hesitante, entre o seu conhecimento do que era preciso fazer e a estimativa daquilo que o povo poderia compreender como devendo ser feito". (7)

Já agora, aos perigos de uma vitória alemã se viria juntar a ameaça da luta no Pacífico, transformado o Japão, de aliado da primeira guerra mundial, em inimigo, a serviço do Eixo. De fato, ao irromper a guerra na Europa, em 1939, não podiam os Estados Unidos correr os riscos de uma luta, em grande escala, contra o adversário do Extremo Oriente, enquanto não tivessem a certeza de que a Alemanha não os poderia atacar através da América do Sul, e do Atlântico. Porque a Alemanha fôra o aliado oculto e, desde Setembro de 1940, era o aliado ostensivo do Japão. Por isso, só em Julho de 1941 puderam os Estados Unidos impor ao Japão restrições comerciais que equivaliam a uma declaração de guerra econômica.

O confronto entre as datas dos grandes lances da guerra na Europa, nos anos de 1940 e 1941, e as da adoção, nos Estados Unidos, das medidas de preparação para a luta em perspectiva, mostra o fundamento do asserto.

Tenha-se presente, com efeito, que a batalha da Grã-Bretanha ganhou em 10 de Maio de 1941, data do último *raid* sobre Londres.

(7) Valter Lippmann, U. S. Foreign Policy, pág. 14.

Hitler se voltou para Este, e empenhou seus exércitos no ataque à Rússia, em 22 de Junho do mesmo ano; e ver-se-á que o Congresso americano, ao criar a lei do Lend-Lease, a 11 de março, ia em socorro à situação periclitante da Grã-Bretanha e às dificuldades eventuais da Rússia.

É certo que o Congresso dos Estados Unidos adotou a conscrição em Setembro de 1940, mas só no meiado de 1941 poderia contar com um exército suficientemente numeroso e adestrado.

A autorização para construir uma armada, capaz de operar nos dois oceanos, foi dada em Julho de 1940; mas só um ano depois estava terminada uma pequena parte dela.

Embora o Congresso concedesse, com antecedência, amplos créditos para a mobilização industrial, só no verão de 1941 começou a produção de munição em escala considerável.

Aceitar, por conseguinte, o desafio lançado pela agressão japonesa à China antes de 1941, seria, como diz uma crítica americana, equivalente a aceitar o risco de uma grande guerra no Pacífico sem um exército, uma força e uma indústria de guerra, ou os elementos de uma verdadeira marinha moderna, à altura de tão grande compromisso; e, ainda mais, sem ter a segurança de que a Grã-Bretanha e a Rússia poderiam impedir a Alemanha de atacar as comunicações no Atlântico. Em Julho de 1941, segundo a opinião da mesma crítica, o risco era grande, porque não se estava certo, então, de que a Rússia resistiria ao ataque germânico.

O momento da intervenção direta dos Estados Unidos na guerra europeia parecia, assim, ter passado, uma vez que a segurança do Atlântico estava suficientemente garantida, e o ataque ao Hemisfério ocidental afastado, quando a traiçoeira agressão a Pearl Harbour lançou a nação americana a sustentar um tremenda guerra em duas frentes, separadas por dois oceanos.

OS PERIGOS DA FÓRÇA AÉREA E O NORDESTE DO BRASIL

No cálculo dos meios necessários à segurança dos Estados Unidos, no mar e em terra, contra uma agressão das potências do Eixo, no Atlântico, um fator novo, de comprovada eficácia nas guerras de experiência que precederam o conflito geral, influiu decisivamente.

Enquanto a luta se travava com forças navais e exércitos de terra, a defesa do território continental americano requeria, de fato, apenas uma frente avançada, constituída do poder naval anglo-americano e de pontos fortes, nas regiões ao norte e ao sul, destinados a impedir que, ocupados pelo inimigo, servissem de bases de ataque contra os centros metropolitanos. O emprêgo, porém, da aviação em larga escala, com aparelhos de grande raio de ação e poderosa capacidade de

carga, tornou vulneráveis obras defensivas dantes consideradas abrigo das armas inimigas.

Na doutrina de Monroe previra-se a intervenção armada no continente americano contra a tentativa de qualquer potência extra-continental de fixar-se em regiões das Américas porque, uma vez efetuada a conquista, estaria ameaçada a segurança dos Estados Unidos. Os propósitos, é certo, foram considerados, algumas vezes, no estrangeiro, como um disfarce do imperialismo yanque, e, no próprio país, como um compromisso por demais extenso, que se deveria reduzir a uma área limitada ao sul pelo rio Amazonas e o saliente do nordeste brasileiro. A defesa de toda a América do Sul contra invasão ou usurpação, por potência não americana, foi matéria posta em discussão como de interesse indiscutível para os Estados Unidos somente em 1940. (8)

A resposta a essa importante questão, afirma Valter Lippmann, definirá o verdadeiro alcance, que, para a segurança dos Estados Unidos, apresenta a defesa de todo o continente. Mas, qualquer que seja o limite territorial requerido para essa segurança, é óbvio ser de interesse de todas as nações americanas colherem os benefícios das correntes dela, porque, uma vez abatida a principal potência do continente, estarão as demais expostas à mesma sorte.

"O povo americano — diz a esse respeito o referido autor em 1940 que, se concordássemos com o estabelecimento do poder militar, germânico ou japonês, na região ao sul do Amazonas, frontariamos com a ameaça, contínua e direta, à segurança das regiões ao norte do mesmo rio. Monroe, Jefferson e Madison viram isso há mais de um século antes. Com o desenvolvimento espetacular da potência ofensiva da força aérea, o fato se tornou, em 1940, mais evidente. A presença de forças aéreas hostis, em bases sul-americanas, assim como o domínio das comunicações, da Europa e da África, através do Atlântico, para a América do Sul, teriam colocado os Estados Unidos permanente e perigosamente na defensiva. Assim, a verdadeira região protetora da segurança dos Estados Unidos é o conjunto de terras ao norte e ao sul da América. Essa é a região que terá de ser defendida contra a invasão, a conquista, a ocupação ou as conspirações internas; e, uma vez perdida, terá de ser libertada." (9)

Revalidando essas conclusões, encontram-se as palavras do general George C. Marshall, no seu relatório bienal ao Secretário de Guerra americano, relativo aos anos de 1941 a 1943.

(8) — Discurso do General Robert E. Wood, no Conselho para as relações exteriores, de Chicago, em 4 de Setembro de 1940. Apud Valter Lippmann, *U. S. Foreign Policy*.

(9) *U. S. Foreign Policy*, pg. 91/92.

“De vital importância para a defesa estratégica dos Estados Unidos — diz êle — é o Brasil, que oferece o ponto mais acessível à aproximação do continente vindo de Este. E’ também vital para a segurança do canal do Panamá que as diferentes vias de acesso através do território brasileiro estejam em mãos amigas e convenientemente guardadas. A amizade tradicional entre o Brasil e os Estados Unidos, e o completo acôrdo entre os dois povos, nos assuntos de interesse para o Hemisfério Ocidental, prossegue-êlo, foram de grande auxílio à preparação da nossa defesa”. (10)

A segurança do território continental dos Estados Unidos, contra os ataques da aviação inimiga, na frente do Atlântico, foi preservada, como se sabe, por uma cadeia de bases estabelecidas numa ampla curva, traçada da Islândia, Groelândia, Terra-Nova, às Antilhas e Guiana Inglesa, dirigindo-se, através do Brasil, à ilha da Ascensão e à Costa da África.

No flanco sul dessa cadeia, o saliente nordestino do Brasil, como afirmou o General Marshall, era de vital importância para a segurança dos Estados Unidos e à integridade do Canal de Panamá — via inter-oceânica de valor decisivo no jogo das forças navais americanas do Atlântico e do Pacífico. Justifica-se, por essa forma, o empenho do governo de Washington por obter do nosso país, ainda no regime da neutralidade, as concessões que o habilitariam a utilizar eventualmente os pontos mais convenientes de nosso território para operações aéreas e navais, no caso de entrarem os Estados Unidos em guerra contra as potências do Eixo.

A CONCESSÃO DE BASES NO NORDESTE

O nosso consentimento à execução das medidas preparatórias, requeridas para a conveniente utilização do território, seria apenas antecipar a colaboração que o país se obrigara a prestar às demais nações americanas, no caso de ataque a qualquer delas por potência extra-continental. Por outro lado, conforme ficou evidenciado anteriormente, era de interesse para os povos dêste hemisfério que se mantivesse invulnerável a força em que repousa a defesa coletiva do continente, da qual é parte magna o poder militar norte-americano. A colaboração brasileira com a grande nação do norte decorreria, por conseguinte, dos nossos compromissos internacionais e do imperativo de nossos interesses. E assim o compreendeu o nosso governo, quando imprimiu à sua política externa, em plena vigência do regime de neu-

(10) Biennial Report of the Chief of Staff of the United States Army, July 1, 1941, to June 30, 1943, to the Secretary of War.

Nota à pág. 6.

tralidade, a orientação que levaria à solidariedade com os Estados Unidos, se estes fossem atacados pelas potências do Eixo.

A vinda do chefe do Estado Maior do Exército americano ao Brasil, em Junho de 1939, numa demorada visita, de caráter preventivo, prende-se à solução desse problema. Era preciso, com efeito, e com a necessária antecedência, as condições em que a nossa região nordestina entraria no sistema defensivo dos Estados Unidos constituindo o bastião sul da cadeia de postos estratégicos avançados. Tratando-se da utilização de território brasileiro para fins militares internacionais, no interesse dos dois países, as obras a construir, tanto em material como em pessoal, exigiriam a colaboração de ambos, cada qual contribuindo com os recursos de que dispusesse e pela forma que mais respeitasse os nossos direitos de soberania. Por outro lado, o fato de se não terem iniciado ainda as hostilidades na Europa exigia toda a discrição quanto ao acôrdo a que chegassem as duas nações. Em que condições foram tiradas as propostas concretas apresentadas pelo general americano só as autoridades brasileiras, que com êle trataram, estão habilitadas a esclarecer.

A essa visita, como é do domínio público, seguiu-se imediatamente a do chefe do Estado Maior do Exército brasileiro aos Estados Unidos, repetida em 1940, quando se reuniram em Washington os chefes de Estado Maior das forças armadas dos países americanos.

Desencadeada a guerra no Velho Mundo, vitoriosos os alemães na agressão aos povos europeus, esmagada a França, batidas no continente as forças expedicionárias inglesas, aproximava-se o momento crítico para a segurança da América, em que se revelaria a sorte reservada ao poder naval britânico e às livres comunicações do Atlântico. Chegara-se ao meião de 1941. Estava perdida pelos alemães a batalha aérea contra a Inglaterra. Mas os maiores riscos cercavam ainda a marinha de guerra britânica, concentrada nos mares da região trópica e exposta aos traiçoeiros golpes dos submarinos inimigos.

Urgia, nessas condições, executar as medidas de colaboração acordadas entre os Estados Unidos e o Brasil, respeitadas as obrigações impostas pelo regime de neutralidade em que ambos se encontravam.

O primeiro passo nêsse caminho foi a autorização pelo governo brasileiro, à Panair do Brasil S. A., para construir, melhorar e ampliar aeroportos em Amapá, Belém, São Luiz, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió, e Salvador, dada a 25 de Julho de 1941.

As características dessas bases aéreas, que iriam constituir a rede de união entre o saliente do Nordeste, ponto mais próximo

rica, e a Guiana Inglesa, onde os americanos já estavam estabelecidos, mostram claramente os fins militares a que se destinavam. Os próprios termos do decreto de concessão o indicam, quando permitem à empresa utilizar as bases "para aeronaves de grande porte, ampliando-lhes, para isso, as pistas além de mil metros e preparando o piso de modo a suportar a compressão de grandes aeronaves".

Dado o pequeno número de aparelhos empregado pela empresa, naquela época, torna-se evidente que as novas instalações não visavam fins comerciais, nem éstes justificariam a inversão de tão vultuosas capitais.

A concessão foi, por conseguinte, o passo decisivo do governo brasileiro no sentido da colaboração com os Estados Unidos para a defesa conjunta do continente. Disfarçava-se, é certo, com as aparências de favores comerciais a uma empresa particular, mas unificava, de fato, a política dos dois povos, com relação à guerra. A comunhão de interesse na bacia do Atlântico prevaleceria, como se verificara na guerra anterior.

PLANOS DE COLABORAÇÃO

O passo decisivo estava dado. Era preciso tirar-lhe as consequências.

Uma vez chegado o momento de franquear as bases à aviação de guerra americana, teria de ser defendida a região em que assentavam. Impunha-se, por conseguinte, a elaboração de um plano de ação, com a necessária antecedência, contendo os princípios que orientariam a defesa, e os meios a empregar, definindo-se a contribuição, em que entrariam, para sua execução, as duas partes interessadas, e as responsabilidades de cada uma em face da missão comum. As medidas de preparação militar teriam de seguir a orientação da política externa.

Com o fim de promover os necessários entendimentos, veio ao Brasil, em Outubro de 1941, uma Comissão de oficiais do Estado-Maior do Exército americano. As negociações entabuladas, então, com o nosso Estado Maior, não conduziram, porém, aos resultados desejados. Regressou ao seu país, sem que ficasse estabelecido o regime de colaboração entre as duas nações interessadas na defesa da região reputada de vital importância à segurança do continente.

ROTURA DE RELAÇÕES

O ataque japonês a Pearl Harbour veio achar a questão neste momento: não havia concordância entre a política externa e a preparação militar conseqüente. Sem um plano de organização da defesa do norte

e do nordeste do país, as medidas preparatórias, postas em prática com esse fim, não correspondiam à gravidade da situação, dando impressão de atenderem apenas ao propósito de salvar as aparências.

O telegrama do Chefe da Nação ao presidente dos Estados Unidos, passado no dia seguinte ao ataque a Pearl Harbour, informando-o de ter ficado resolvido em reunião do Ministério, "que o Brasil se declarasse solidário com os Estados Unidos, coerente com as suas tradições e compromissos na política continental" (11) acentuava ainda mais a necessidade de tornar convergentes as medidas, diplomáticas e militares, exigidas pela situação de pré-guerra em que o país se encontrava.

Os acontecimentos marchavam com rapidez assustadora no sentido da entrada do Brasil na luta.

Efetuada no Rio de Janeiro a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, reuniram as nações do hemisfério, na Resolução I, "sua completa solidariedade e sua determinação de cooperar tôdas juntas para sua proteção recíproca até que os efeitos da presente agressão ao continente hajam desaparecido". E recomendaram "a rotura de suas relações diplomáticas com o Japão, a Alemanha e a Itália, por haver o primeiro desses Estados agredido e os outros declarado guerra a um país americano". (12)

A rotura de relações foi logo declarada. O que significava, tinha-o avisado o embaixador da Alemanha, em nota de 16 de Janeiro ao Itamarati: "o estado de guerra latente, acarretando provavelmente ocorrências que equivaleriam à eclosão da guerra efetiva".

A advertência valia por uma ameaça, lançada logo no início dos trabalhos da Conferência. Sabia o país, portanto, para onde ia. Mesmo que nunca se impunha ativar a preparação militar, a fim de pô-lo em concordância com a política externa do governo.

Pendia de solução, desde 1939, o regime de colaboração a que se submeteria a defesa da região norte e nordeste do país, onde se localizavam as bases aéreas que dentro em breve utilizaria a aviação de guerra americana. Urgia não só completar os estudos relativos à situação militar em previsão, se acaso não estivessem terminados, como os entendimentos com o governo americano, quanto à repartição das responsabilidades e o fornecimento dos meios com que armaria cada nação.

Dada a circunstância de estarem os transportes, entre os principais centros do país e o nordeste, na dependência das comunicações

(11) *O Brasil e a segunda guerra mundial*, Ministério das Relações Exteriores, Vol. I, pág. 236.

(12) *Id.*, Vol. II, pág. 11.

marítimas, tornava-se ainda mais urgente a remessa do pessoal e material para a região, maximé em face da ameaça germânica de que, com a rotura de relações, se produziriam ocorrências equivalentes à declaração da guerra efetiva.

Que ocorrências poderiam ser essas senão o ataque submarino às comunicações marítimas de que dependia a concentração de nossas forças no nordeste?

PLANO DE DEFESA DO NORDESTE

Coube ao Inspetor do 1.º Grupo de Regiões Militares, comandante eventual do teatro de operações, elaborar, por ordem superior, em Abril de 1942, o plano de defesa do nordeste do país.

Depois do necessário estudo do terreno, e da inspeção do pessoal e material, existentes nas diferentes guarnições, apresentou êle o seu trabalho em 30 de Maio. Haviam decorrido quatro meses desde a rotura de relações e faltavam pouco mais de dois para o afundamento dos primeiros navios brasileiros em águas territoriais.

Restava assentar a forma que teria a colaboração militar, entre as duas nações interessadas, a fim de pôr a região em estado de defesa, medida indispensável à execução do plano.

Entrementes, obtinham os Estados Unidos, em Março de 1942, por uma concessão verbal, no dizer do General Marshall, (13) permissão do Brasil para construir nas bases de Belém, Natal e Recife, instalações adequadas ao trânsito intensivo de aeronaves e ao estacionamento de técnicos de suas forças armadas.

O ACÓRDO MILITAR

A 23 de Maio de 1942, assinavam finalmente os dois governos um acôrdo em que se traçavam as normas e condições destinadas a regular o concurso das forças militares e económicas dos dois países na defesa do continente americano.

Nêle se criaram duas comissões mistas, compostas de pessoal do Exército, da Marinha e das Forças Aéreas de ambos os países, competindo-lhes elaborar planos minuciosos e estabelecer, entre os Estados Majoeres respectivos, os acordos necessários à defesa mútua. Esses planos deviam compreender, entre outros assuntos, as atribuições de comando nas zonas de operações que se pudessem prever. No caso de mudança na situação estratégica, cabia-lhes recomendar aos governos de ambos os países as ampliações ou modificações a introduzir nesses planos e as medidas necessárias à sua execução.

Eram funções de um verdadeiro estado maior internacional.

(13) Biennial Report, 1941-1943, pág. 39.

A COMISSÃO DE WASHINGTON

Os membros da Delegação Brasileira à Comissão de Washington, a primeira a ser criada, nomeados no fim de Julho, chegaram aos Estados Unidos na segunda semana de Agosto. A 25 dêsse mês, três dias depois da entrada do Brasil na guerra, as duas delegações, brasileira e norte-americana, reuniam-se em sua primeira sessão plenária.

Era nêsse ambiente de insegurança para o nosso país, com as comunicações entre o norte e o sul interrompidas pela ação dos submarinos inimigos, que iam discutir os planos de colaboração na defesa do continente.

Constavam do seu programa de trabalhos duas ordens de questões: *assuntos especiais*, de interêsse imediato; *plano de defesa mútua*.

Os estudos far-se-iam simultaneamente, isto é, conjuntamente com a elaboração do plano de defesa, a Comissão trataria de solucionar alguns casos particulares, relacionados com os serviços já em funcionamento no norte e nordeste do Brasil. Compreendiam; a transferência do Quartel General do comando dos Transportes Aéreos, da Guiana Inglesa para o Brasil; o estabelecimento de relações, dêsse comando e da força naval americana, com as autoridades militares, navais e aéreas do norte e nordeste do nosso país; instalação de estações de escuta, contra aviões, nessa região; regime policial sob que ficaria o pessoal técnico americano estacionado, ou de passagem, nas bases de Belém, Natal e Recife; definição das relações entre a Comissão de Washington e sua congênere, a criar no Rio de Janeiro; ordem de preferência no fornecimento de material de guerra às forças armadas do Brasil; estudo dos casos particulares que viessem a ocorrer.

Iniciados os estudos dos assuntos especiais, como foi dito, a 23 de Agosto, a 30 de Outubro estavam terminados, sendo os seus resultados submetidos à apreciação dos dois governos. Aprovados, sem demora, por êstes, entraram em execução as medidas ali consubstanciadas.

Outra questão de grande importância restava todavia a examinar a repartição do comando na zona do nordeste. A Comissão propôs aos dois governos, a 13 de Novembro, uma solução, que foi aceita. Por ela, as operações das forças armadas no mar, tanto costeira como ao largo, ficaram sob o comando do almirante americano, chefe da Força do Atlântico Sul; as operações em terra, a cargo do Exército brasileiro os dois comandos prestando-se recíproco apoio. O tráfego na costa do Brasil era pôsto sob a proteção da Força do Atlântico Sul; a defesa do território e a proteção aos estabelecimentos militares nêles existentes, entregues à guarda do Exército.

Como se vê, em pouco mais de dois meses as questões atinentes à colaboração estavam resolvidas, com satisfação dos dois governos. Foram, então, concentrados todos os esforços nos estudos relativos aos planos de defesa.

O primeiro a ser elaborado foi o da defesa aérea do território norte e nordeste do país. Deu lugar a dois documentos; um, concernendo a dotação do material a ser empregado na guerra, indicava o número e a natureza das unidades a criar, com a respectiva ordem de urgência, assim como o local de suas sedes; o outro, prevendo o material destinado à instrução, continha as medidas concernentes à reparação do pessoal. Esses dois documentos formam um sistema, cujas disposições se completam.

Por ocasião dos entendimentos necessários à elaboração desses documentos, ficou a Delegação brasileira conhecendo o critério a que obedeceria o fornecimento de material bélico às nações do continente. Consistia em dar preferência às nações empenhadas na luta em teatros de operações ativos; e em não fazer entrega de material, para ficar em depósito, enquanto houvesse falta nas forças que se destinavam à frente de batalha.

ORGANIZAÇÃO DA DEFESA DO NORDESTE

O grande problema a que teria de dar solução a Comissão Mista de Washington era a organização da defesa da região setentrional do Brasil, em que assentavam as bases aéreas, de que se estavam servindo os aviões de guerra americanos, e contra a qual, se baqueasse o poder anglo-saxão no Atlântico, se lançariam as forças do Eixo, num primeiro esforço, a fim de alcançarem os Estados Unidos.

A dificuldade estava em que a Delegação brasileira seguira para Washington sem conhecer com exatidão como se pretendia realizar a defesa da região, e a discussão da matéria com a Delegação americana teria de ser feita objetivamente. Do ponto de vista americano, constante do Programa de trabalhos da Comissão, aprovado na sessão inaugural, o problema a resolver preliminarmente pela nossa Delegação consistia no cálculo das necessidades imediatas, a atender na proteção do norte e nordeste do Brasil, inclusive o material de guerra, destinado às forças brasileiras, encarregadas da defesa da região, admitindo-se que o referido material podia ser adquirido com aquele fim especial. Mas, para estimar os meios necessários à segurança territorial do setentrião brasileiro, mesmo atendo-se apenas à guarda dos caminhos de acesso às bases aéreas lá estabelecidas, era condição preliminar, conhecer a extensão que se daria à organização defensiva. E essa era a questão ainda pendente de solução nos primeiros meses de funcionamento da Comissão. O tempo urgia, porém, e era imperioso apresentar aos americanos o resultado do cálculo.

A 11 de Setembro, dezessete dias apenas depois de instalada a Comissão, o chefe da Delegação brasileira forneceu um documento contendo o seu ponto de vista sobre as bases para o dito cálculo. Etribava-se no *Plano de defesa* entregue, a 30 de Maio, às autoridades militares do nosso país. Eram ali examinadas as características do território, as idéias que deviam orientar a organização da defesa e os meios necessários para levá-la a cabo. Depois de ponderar a esse estudo fundamental, poderia a Comissão formular, e apresentar, uma proposta coerente, capaz de conduzir à solução efetiva do problema.

A iniciativa do chefe da Delegação proporcionava, sem dúvida, uma base conveniente aos trabalhos da Comissão; mas o caminho que elle enveredava, sem o indispensável apóio da autoridade brasileira, podia criar uma grave crise, cujo desfecho acarretaria, certo, o descrédito do país e a desconfiança em seus propósitos. O meio de evitá-la seria apresentar a questão, com franqueza, aos chefes brasileiros responsáveis pelo cumprimento do Acôrdo, de modo que a execução estava a Delegação incumbida.

Assim, em carta de 29 de Outubro, foram solicitadas à autoridade competente as necessárias informações sobre os planos adotados para a defesa do norte e nordeste do Brasil, a fim de ficar a Delegação habilitada a dar à Comissão conhecimento do montante dos meios indispensáveis à segurança daquêle teatro de operações, e colaborar no plano de defesa mútua, de acôrdo com a situação estratégica.

A 20 de Novembro do referido ano foram expedidos do Rio de Janeiro os primeiros dados sobre o premente assunto, completados e seguidos, em outro documento, datado de 4 de Dezembro.

No primeiro documento, declarava a autoridade remetente, que os planos a que obedecia a organização da defesa do norte e do nordeste do Brasil tinham sido objeto de estudos continuados, tomando-se por base, nêsses estudos, as conclusões que se continham no Plano apresentado pelo Inspetor do 1.º Grupo de Regiões, a 30 de Maio. Acrescentava que o chefe da Delegação brasileira possuía assim todos os elementos essenciais para desobrigar-se de sua relevante missão junto à Comissão Mista.

No segundo, declarava que o plano de organização da defesa do território, entregue a 30 de Maio, merecera a sua aceitação e, dentro das idéias nêle contidas, conviria prosseguir a Delegação brasileira com seus patrióticos trabalhos junto à Comissão.

Mas, enquanto se esperavam essas informações, um acontecimento militar, de mais alta importância estratégica, veio influir decisivamente no cálculo das necessidades a atender na organização da defesa do território brasileiro: a invasão do norte da África, a 8 de Novembro, por forças consideráveis anglo-americanas.

Um dos primeiros frutos dessa operação, que havia de terminar em o mais completo êxito, foi a adesão à causa das Nações Unidas Império colonial francês da África e, por consequência, o desaparecimento de toda ameaça de ataque ao território do Brasil. Substancia apenas a possibilidade de *raids*, tanto de aviões, em pequeno número, como de submarinos, tornando-se cada vez menos admissível o desembarque de tropas expedicionárias do Eixo, pouco numerosas, e a *sabotagem*, transportadas nessas belonaves.

Não é difícil compreender como a nova situação militar influenciou a orientação do Estado Maior Americano, com relação ao problema da defesa do Norte e Nordeste, e, por conseguinte, sobre o fornecimento de material com êsse fim. Os seis meses perdidos, Maio a Novembro, não poderiam ser recuperados e o impulso das operações militares, aos poucos, imporia outros destinos à produção bélica do "Arsenal das Democracias".

Os entendimentos entre as duas Delegações tornaram-se, com o tempo, mais difíceis. À nossa argumentação, com relação à entrega do material já requisitado, produziu resultado satisfatório, mas não convenceu os membros da Delegação americana quanto a novas requisições, por julgarem eles, que a situação estratégica não justificava tais a organização da defesa daquela região com forças tão consideráveis como as projetadas. Mostravam-se agora empenhados em tornar a ofensiva, levando a guerra fora do continente, orientação que nossa Delegação não podia seguir, em face do Acôrdo de 23 de Maio. As divergências de opiniões tinham sua origem na complexidade do problema.

COLABORAÇÃO FORA DO CONTINENTE

Mediante concessões mútuas, chegou-se finalmente a uma solução conciliatória, em que se previa a organização da defesa do norte e do nordeste, conforme se continha no projeto da Delegação brasileira, declarando-se todavia que as grandes unidades, a *carga* das quais ficaria, constituíam força apta a ser empregada fora do continente, de colaboração com forças americanas, se assim o decidisse o governo brasileiro.

Dentro dessa previsão, de servirem, não só à defesa da região setentrional do país, mas também para, de colaboração com forças americanas, tomarem parte direta na luta fora do continente, as forças necessárias à organização do norte e do nordeste foram contempladas com o armamento e a munição correspondentes aos seus efetivos.

Acusando o recebimento da comunicação, que sobre o assunto lhe fizera o chefe da nossa Delegação, o Presidente da República, em carta de 29 de Março de 1943, felicitava-o e a seus companheiros de

trabalho pelos resultados a que chegaram, e dava sua aprovação às medidas recomendadas aos dois governos, julgadas por ele como uma forma prática, altamente vantajosa para a nossa colaboração militar.

Nesse documento, de importância decisiva para a história da participação de nossas forças armadas nas operações do teatro europeu na segunda guerra mundial, declara o Presidente concordar com a gestão, que lhe fizera o chefe da Delegação, no sentido de adoptar o plano de defesa do nordeste, visando uma colaboração efectiva na luta, pela forma que as circunstâncias viessem a exigir.

Dessa resolução foi dado conhecimento à Comissão, em sessão plenária, e ao chefe do Estado Maior Americano, em audiência especial. Recebida, com júbilo, pelas autoridades militares dos Estados Unidos, a deliberação do governo brasileiro, que dava novo impulso ao nosso esforço de guerra, ao lado dos Estados Unidos, iniciaram as duas Delegações o trabalho, estabelecendo desde logo a relação de assuntos a examinar e a resolver previamente, a fim de assegurar decisões nas possibilidades reais dos dois exércitos, condição importante para que fossem levadas a prática com eficácia, dentro de prazos compatíveis com as exigências da guerra e com as possibilidades do Brasil.

Desses estudos preliminares ficou evidenciada a necessidade de entendimentos directos da Comissão Mista de Washington com as autoridades militares brasileiras, com o fim de conhecer-lhes, sem compromisso, a opinião sobre questões de carácter fundamental no traçado do plano para a colaboração projetada.

A base em que este plano assentaria era a solução dada à organização da defesa do nordeste, para a qual se previra um grupo de forças, julgado excessivo, em face da situação estratégica, cuja constituição obedecera à ideia de ter na região, prontas a empregar fora do continente, grandes unidades convenientemente adestradas.

Era, de fato, a solução mais simples, uma vez que o exército brasileiro estava mobilizado, e as tropas do nordeste, cuja finalidade era defender o território contra tentativas de o inimigo ali se fixar, preparariam, com rapidez, para a nova missão. Daí a proposta da Comissão Mista, que dava à nossa Força Expedicionária a constituição de um Corpo de Exército de três Divisões.

Mas assim como, para a defesa do nordeste, fora preferida para o Brasil a solução de organizar, no próprio teatro de operações, unidades compostas de conscritos, a adestrar sob a ameaça da invasão, assim também, na organização da força expedicionária, adoptou-se como critério de formar unidades novas.

No Rio de Janeiro, a Comissão reuniu-se três vezes, sob a presidência do Ministro da Guerra, e entrou em entendimentos com o Chefe da Aeronáutica. A uma das reuniões estiveram presentes o chefe do Estado Maior do Exército e os sub-chefes do Estado Maior do Exército, o presidente

ns membros, brasileiros e americanos, da Comissão Mista do Rio, o comandante da 7.^a Região Militar.

Dêsse estudo, em conjunto, resultou a aceitação, por parte das autoridades brasileiras, da proposta da organização para a força expedicionária, apresentada pela Comissão; mas não a de constituir-las em grandes unidades existentes no nordeste, como seria mais fácil e rápido. Em vez disso, prevaleceu a idéia de formarem-se unidades novas, no sul do país, para onde seria remetida a parcela do material americano destinada à instrução da tropa.

De regresso a Washington, a Comissão deu redação final ao plano de colaboração das forças militares dos dois países em teatros de operações fora do continente, o qual foi aprovado em 21 de Agosto de 1943, — véspera do primeiro aniversário da entrada do nosso país na guerra, em sessão plenária a que assistiu o Ministro da Guerra do Brasil, então de visita aos Estados Unidos.

Havia a Delegação brasileira cumprido amplamente a incumbência que lhe fôra confiada, de traçar planos minuciosos para a colaboração dos dois países na defesa do continente. E levara os seus esforços mais adiante, quando reconhecera que a invasão do norte da África, pelas forças aliadas, diminuía o valor da nossa colaboração, reduzindo-a, em terra, à guarda das bases aéreas do nordeste, como a reafirmar os nossos direitos de soberania sobre o território. A sua iniciativa, de propor a participação direta das forças brasileiras na luta, fora do continente, defendida em mais de um documento dirigido ao chefe da Delegação, inspirou-se no patriótico propósito de assegurar ao país, uma vez finda a guerra, uma situação internacional de relevo, útil aos seus altos interesses e aos de seu grande aliado do norte, em cujo sistema de segurança estratégica representa papel importante.

Aprovados os planos, a execução prática das medidas relativas à organização da Força Expedicionária ficou, como de direito, a cargo da autoridade brasileira, continuando, porém, a Delegação em Washington a promover, junto às autoridades americanas, a satisfação das providências requeridas com aquêle fim.

Combe-me, Senhores, a honra de orientar-lhes os trabalhos, desde a sua criação. Mas o completo êxito de que foram êstes coroados deve-se à competência e ao espírito de colaboração de que deram constantes provas os representantes da Marinha e da Força Aérea brasileiras, e os camaradas do Exército, membros da Delegação.

A êles deixo aqui consignado o meu reconhecimento. De parte da Delegação americana, composta de chefes experientes e conscienciosos, e de camaradas amáveis e dedicados, receberam os brasileiros testemunho inequívoco de compreensão e cordialidade, que facilitaram o serviço e criaram laços indissolúveis, de admiração e amizade, fortes e íteis como os que ligam as duas nações.

Mas é aos nossos bravos soldados, marinheiros e aviadores, que estremaram seus esforços na execução dos planos elaborados pela Comissão Mista de Washington, que rendo, neste momento, a homenagem de minha admiração patriótica, pezaroso tão somente de não me ter consentido partilhar de seus sofrimentos nos campos de batalha e rematar a minha modesta colaboração concorrendo, em parte mínima embora, para a vitória da causa da civilização ocidental, que estão ligados os destinos do Brasil.

248 —



Shell coopera no Progresso do Brasil

Na guerra ou na paz a SHELL tem desempenhado papel saliente no progresso desta grande Nação, procurando sempre cooperar com o governo e as indústrias em todos os problemas relacionados com os fornecimentos de produtos petrolíferos

ANGLO-MEXICAN PETROLEUM C^o LTD

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, N^o 19 • RIO

Estudo Histórico Geográfico do México

Gen. ONOFRE MUNIZ GOMES DE LIMA

(Conclusão)

— ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.

A Constituição que vigora atualmente e que é o resultado da vitória do "Ejército Constitucionalista" criado e dirigido por Venustiano Carranza, sobre as hostes usurpadoras de Victoriano Huerta e posteriormente sobre os grupos dissidentes de Pancho Villa e outros, foi promulgada em 5 de Fevereiro de 1917. Estabelece a forma de governo republicana democrática e federal. Em consequência cada um dos Estados que compõem a Federação é livre e soberano em seu regime interno, acorde com o estatuído na Constituição Federal. A designação oficial do país é Estados Unidos Mexicanos.

Nos termos da Constituição a Soberania Nacional reside essencialmente no Povo, o qual a exerce por meio dos Poderes Públicos, podendo consequentemente modificar a Constituição e mesmo a Forma de Governo.

São três os poderes Constitucionais :

Poder Legislativo,

Poder Executivo e

Poder Judiciário.

Não podem reunir-se dois dêles em única pessoa ou corporação, nem é permitido incarnar-se o legislativo em um só indivíduo.

O Poder Legislativo é exercido por dois corpos eletivos nominados "Câmara de Deputados" e "Senado". Conjuntamente formam o "Congreso de la Unión".

A Câmara representa o Povo e compõe-se de 175 deputados ou seja um por 100.000 habitantes ou fração maior 50.000, eleitos por três anos. Nas eleições são, porém, eleitos dois para cada cadeira, sendo um como suplente. Assim, ocorre uma vaga — por morte ou qualquer outro motivo legal — processa imediatamente a substituição e a Câmara está sempre completa.

Os Estados cujas populações sejam insuficientes para atingir o coeficiente constitucional elegem pelo menos dois deputados.

São requisitos para ser eleito e reconhecido deputado: cidadão mexicano no exercício de seus direitos; ser maior de 25 anos; ser originário do Estado ou Território em que se efetua a eleição ou ser vizinho do mesmo e com residência efetiva de mais de seis meses, anteriormente ao pleito; não se encontrar em serviço ativo do Exército, nem ter função de mando na Polícia Rural do distrito eleitoral; não desempenhar cargos incompatíveis, como Secretário ou Sub-Secretário de Estado, Magistrado da Suprema Corte de Justiça, etc.; não ser ministro de qualquer culto religioso.

O Senado representa os Estados da União e constitui-se de 58 membros, ou 2 por Estado e dois pelo Distrito Federal. O Senado é eleito integralmente cada seis anos. Como os deputados, cada senador tem seu suplente.

As condições para poder ser eleito e reconhecido Senador são: ser maior de 35 anos e os demais requisitos exigidos para os deputados.

Os Senadores e deputados não podem ser reeleitos para o período imediato.

Atribuições do Congresso: elaborar a feitura ou modificação das leis gerais obrigatórias em todo o país; discutir e aprovar os orçamentos federais, negociar empréstimos, declarar guerra, aprovar os tratados de paz, regular definitivamente

Estados, legislar, no que se refere ao Distrito Federal e aos Territórios, estabelecer contribuições, expedir tarifas para o comércio exterior, criar e suprimir empregos públicos federais, conceder anistia, constituir-se em Colegio Eleitoral, aceitar a renúncia do Presidente da República.

O período de sessões ordinárias do Congresso dura anualmente de 1.º de Setembro a 31 de Dezembro.

São eleitores os mexicanos (homens) maiores de 21 e os maiores de 18 se casados, que não tenham sido processados.

O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República que é eleito pelo Povo para um período de seis anos, que se inicia a 1.º de Dezembro do ano de sua eleição.

São requisitos para Presidente da República; ser cidadão mexicano por nascimento, ser maior de 35 anos e residente no país durante todo o ano anterior ao dia da eleição, etc.

Atribuições do Presidente: promulgar e executar as leis expedidas pelo Congresso, nomear e remover livremente os Secretários de Estado ou do Despacho; dispôr das forças de terra, mar e ar; declarar a guerra mediante lei prévia do Congresso; dirigir negociações diplomáticas e celebrar tratados, submetendo-os à aprovação do Senado; nomear e remover os ministros, consules e demais agentes diplomáticos, os oficiais superiores do Exército, os ministros da suprema Corte de Justiça e os outros funcionários; indultar etc.

Para exercer suas atribuições dispõe o Presidente de certo número de Secretários do Despacho ou Ministros que atualmente são onze: Gobernación, Relaciones Exteriores, Hacienda y Crédito Público, Defensa Nacional (terra e ar), Marina, Educación Pública, Trabajo y Previdencia Social, Agricultura y Fomento, Comunicaciones y Obras Públicas, Economía y Salubridad y Asistencia Pública; e quatro departamentos autônomos: Departamento Agrário, Departamento de Assuntos Indígenas, Departamento del Distrito Federal e Departamento de Seguro Social; e duas Gerencias Gerais: Gerencia General de los Ferrocarriles e Gerencia General de Petroleos Mexicanos.

Segundo a lei não ha preeminência entre as Secretarias Departamentos de Estado. A frente de cada Secretaria há um Secretário, um sub-Secretário e um Oficial Mayor.

Conselho de Ministros chamam a reunião dos Secretários Chefes de Departamentos de Estado e Procurador Geral de Justiça sob a presidência do Chefe do Executivo Federal.

O Poder Judiciário reside: 1.º na Suprema Côrte de Justiça, a que se associam os Tribunais de Circuito e os Juzgado de Distrito; 2.º no Ministério Público Federal, incumbido de defender perante os Tribunais os direitos da Sociedade.

A Suprema Côrte de Justiça, residente na Capital, é constituida de 21 ministros, de nomeação do Presidente da República que a submete à aprovação do Senado. Anteriormente os Ministros da Suprema Côrte eram demissíveis "ad libitum" do Presidente e suas investiduras duravam normalmente o período presidencial, de modo que o Presidente empossado nomeava integralmente a Côrte para seu período de govêrno. Este regime de justiça subordinada aos interesses políticos, por cuja conservação tão obstinadamente se batiam os usufrutuários da Revolução acaba de ser derrocado pelo ato do Presidente Avila Camacho, aprovado pelo Congresso, tornando inamovíveis os membros dos altos Tribunais Federais, apesar da opposição dos Congressistas do Setor obreiro e das ameaças do seu orador — Senador Amilpa — no discurso que proferiu no Senado (22-IX-44) justificando o voto contrário dos representantes dos operários e em que externou conceitos deprimentes da capacidade e probidade dos membros da magistratura judicial.

O Ministério Público consta do Procurador Geral da República e de "Agentes" adstritos aos diversos Tribunais de Circuito e do Distrito. O Procurador Geral da República é conselheiro jurídico do Govêrno e intervem pessoalmente em todos os negócios em que a Federação é parte.

São atribuições do Poder Judiciário: resolver os assuntos que versem sobre violações de garantias individuais, controvérsias entre Estados, delitos contra bens ou rendas da União, terrenos baldios, vias gerais de comunicações, etc.

O CHEFE

*Conferência proferida pelo GENERAL
GAMELIN, por ocasião da reabertura do ano
letivo da Escola de Estado Maior, em 1924.*

TA DO TRADUTOR — *As palavras de um Chefe da estatutura moral, intelectual e profissional do General Gamelin, são sempre oportunas e proveitosas para quem as lê, ou recorda, com aquêlê sentimento de consciênciã profissional que êsse grande Mestre situa na base de um exêrcito cuja solidez deve resistir a tôdas as provas. E se há leitura que se deva fazer "de lapis em punho, detendo-se para meditar e discutir consigo mesmo", como aconselha o Grande Chefe, outra não conheço, à qual se aplique com tanto proveito, como esta magistral conferência que, prazeirosamente, divulgamos em nossa revista. São conceitos e conselhos que podemos ler com inteira fé, quando sabemos que êles partiram do Homem de guerra que foi tão grande nos dias da vitória, quanto nas horas do infortúnio. E, o que de mais perto inda nos toca, que foi o obreiro primacial da obra de verdadeira renascimento intelectual do corpo de oficiais de nosso Exêrcito. São úteis, são oportunas suas palavras, porque duas décadas se escoaram já, desde que foram proferidas pelo insigne Mestre, e ouvidas por outras gerações escolares de oficiais. Os "novos", não as conhecem, e precisam, e devem conhecê-las, não que ao seu valor intrínseco reunam o sabor do ineditismo, mas porque a leitura repetida, mesmo daquilo que julgamos sabido, é talvez, o melhor meio de inculcar no sub-consciênte, e para sempre, as verdades fundamentais, formadoras da personalidade moral, intelectual e profissional do homem. E as palavras de um Mestre, como o General Gamelin, vão diretamente ao âmago das consciências. Que os "novos" leiam, meditem, e concordarão comigo. — Cel. Renato B. Nunes, da Reserva de 1.ª classe.*

Senhor Ministro.

Senhores Almirantes e Generais.

Senhores.

Começo por desculpar-me de não tomar a palavra em português. O assunto que me proponho versar: — o Chefe militar, suas características e formação, — é delicado, e recearia, exprimindo-me numa língua que não me é materna, não ser suficientemente senhor da palavra. E, sem dúvida, haveis de preferir ouvir um francês que julgo correto, a um português, provávelmente um tanto torturado.

Por um escrúpulo compreensível, jamais quisemos propor-vos a modificação do nome desta Escola: — Escola de Estado Maior, nem

o título do curso que lhe é anexo: — Curso de Revisão, — ao qual acaba de reunir-se o Curso de Aperfeiçoamento de Officiaes Superiores.

Entretanto, mesmo antes que me tornasse um dos vossos, havia decidido que, de futuro, ninguém pudesse ascender ao posto de general, se não tivesse frequentado esta Casa.

Considero, confesso-vos, como correspondendo melhor a seus objectivos, os nomes de "Escola de Guerra", e de "Curso de Altos Estudos Militares".

Certamente, por mui propicia que seja a sorte que vós almejo, de todo coração, ella não poderá garantir que cada um de vós venha a ser um dos Grandes chefes do Exército brasileiro. Tereis que tornar-vos, antes de tudo, Officiaes de Estado Maior, conscienciosos, e bons commandantes de corpos. Mas, há talvez, entre vós, homens que terão um dia, em suas mãos, a sorte do país.

De resto, o papel do Estado Maior não cessou, durante todo o século XIX, de avultar em importância. Na guerra moderna, este é tão intimamente associado ao Commando, que se não poderia conceber-lhes as actividades, se não se desenvolvessem de concerto. Para "auxiliar" o commando, preparar, redigir, notificar suas decisões, velar pela execução delas, é mister comprehender-lhe as necessidades. Inversamente, podeis conceber um grande chefe de hoje, que ignore o jôgo dos transportes ou o funcionamento dos serviços que garantem o aprovisionamento das unidades sob suas ordens?

Aliás, senhores, a experiencia da guerra encarregou-se de provar-lo: — com mui raras excepções, e ainda assim, por se tratar de Generaes formados na escola pratica de nossas campanhas colonias, — todos os grandes chefes do Exército francez, saem do Estado Maior.

Um jornalista talentoso, Eduardo Julia, depois de haver refutado com espirito, num artigo recente, os brilhantes paradoxos de Pierrefeu, concluia:

"Um Estado Maior é um convento onde se formam individuos capazes de assumir, sem tremer, a responsabilidade pelo destino de uma nação." E observava:

"Tôda vida monástica tem seus inconvenientes. Não há nenhum que proporcione tantas vantagens espirituais."

Já não é mais necessário demonstrar como se pode ensinar tática e estratégia mediante a pratica do caso concreto, isto é, do esforço pessoal, frequentemente repetido, guiado e corrigido pelo mestre. O método já era preconizado por Sócrates, e consiste em "desembutchar os espiritos". Poder-se-á, de fato, contribuir, no seio de uma Escola, para formar "Chefes"? Notai bem, digo, "contribuir", porque, além disso, devem existir dons inatos. Conhecemos homens de grande valor, que não possuem, entretanto, as qualidades indispensaveis de vigor e de decisão para serem chefes militares. E, por ou-

do lado, trata-se de disciplinas não somente intelectuais, como de ordem moral, às quais é mister submeter-se no decurso de toda uma existência, consagrada ao officio das armas.

O conquistador genial, que atinge de improviso os pináculos da arte, um Alexandre ou um Bonaparte, ou, em menor grau, um Condé, constitui a exceção.

Lógicamente, o modelo seria um Turenne, que se alça por etapas sucessivas e pela própria prática dos combates, até às mais altas concepções.

Em nossos exércitos modernos, porém, é, na maior parte das vezes, durante os longos períodos de paz e no silêncio laborioso do "grande mudo" que se formam os generais aos quais incumbe, nas horas do destino, resolver a sorte dos povos: em Sadova, de Moltke tem 66 anos; no Marne, Joffre tem 62; em 1918, Foch conta 66.

Esta observação não pretende instituir em principio a gerontocracia. Penso sinceramente que entre 40 e 50 anos, um Foch, por exemplo, possuiria igual mestria; mas, é mui provável que não a tivesse aos 30 anos. Quanto mais avançamos, com efeito, mais os "meios" empregados na guerra se tornam complexos, e mais longa é a aprendizagem que seu manêjo impõe.

Quais são, pois, as qualidades necessárias ao Chefe Militar? Como poderão ser adquiridas ou, pelo menos, aperfeiçoadas?

Duas características essenciais diferenciam a atividade do homem de guerra da do escritor, do artista ou do sábio.

Estes, lutam com os esmorecimentos de seu próprio talento, com as fraquezas inatas da inteligência humana, ou com o caráter precário e incompleto dos "instrumentos" de que dispõem.

O chefe de guerra, porém, tem, diante de si, um "inimigo em plena liberdade" de concepções e de atos. Dessa maneira, procurando impôr-se progressivamente, cada vontade é contrariada por outra vontade hostil. Daquele que nos defronta, conhecemos, quase sempre, pouca coisa, notadamente na guerra de movimento: o contato aparente, algumas raras precisões sobre os grossos, e, assim mesmo, de data já passada; em todos os casos, a não ser por um acaso excepcional, ignoramos suas intenções. A respeito do inimigo, ficamos adstritos a formular hipóteses que vamos eliminando progressivamente. No problema que devemos resolver, há um dado que permanece sempre desconhecido e, de qualquer maneira, incessantemente variável. E' disso que se esquecem constantemente os críticos, principalmente os leigos que, depois dos fatos passados, e conhecendo os dois jogos, pretendem analisar uma campanha.

Para ser imparcial, e mesmo para colher um ensinamento proveitoso, é preciso colocar-se no ponto de vista das condições e do momento em que foi tomada certa decisão. Proceder de outra maneira,

é como se se quisesse, por exemplo, julgar os acontecimentos, ou homens da antiguidade ou da idade média, adotando o critério nossas idéias modernas, o que equivaleria, sem dúvida, a falsear a História. E, para apreciar o talento de um General, devemos sempre levar em conta o valor de seu adversário.

Precisamente porque temos diante de nós um antagonista ataca o fator "tempo" adquire um valor particular. Se perdemos a oportunidade, não somente ela nos escapa, como é o inimigo que dela aproveita. Mais vale, muitas vezes, todos sabeis, uma decisão tardia, tomada, porém, no instante oportuno, do que uma solução mais lógica que sobrevem mui tardiamente.

Retomar a obra vinte vezes, burilá-la e repoli-la sem cessar, segundo a fórmula da Arte poética, eis um conselho que, pelo menos na maior parte dos casos, não se deve dar aos militares. E' a é, entretanto, e particularmente, que se pode aplicar o adágio da sabedoria popular: "O melhor é muitas vezes o inimigo do bom". Orne, entretanto: ter espirito de decisão, não significa decidir-se precipitadamente; e a profundidade da inteligência importa, no caso, mais do que sua vivacidade.

Há outro dado essencial que distingue o Chefe do homem comum: suas idéias, e até de certas categorias de homens de ação; suas concepções só adquirem valor, por intermédio de seus subordinados. E mais isto, estes são constantemente forçados a adaptar as idéias do superior a situações imprevistas e mutáveis, o que os leva, às vezes, a modificar-las segundo as reações de seus temperamentos. Cada um de nós deve, portanto, ter conta das iniciativas felizes ou desastrosas de seus subordinados que, incessantemente, falseiam ou melhoram as nossas obras que montamos. Faz-se mister, freqüentemente, "aceitarmos o fato consumado", e o adotarmos como novo ponto de partida.

E quanto mais ascendemos na hierarquia, tanto mais nossa vontade corre o risco de ser deformada pelos intermediários sucessivos. Quanto maior tempo se torna necessário para que nossas ordens se executem, mais oportunidades se apresentam, portanto, para as intervenções previstas ou imprevistas do inimigo, como para os lances inevitáveis do acaso.

Eis porque o grande mérito consiste em saber prosseguir numa única idéia de conjunto, adaptando, continuamente, sua realização progressiva, ao estado dos meios de que se dispõe, ao terreno no qual nos achamos, às condições climatéricas, aos atos do inimigo.

Não ser versátil nem teimoso; ver sempre o que é praticamente realizável; saber e querer realizar: — eis o que é difícil. Ganhar uma partida de cartas, tendo, sem cessar, todos os trunfos, é um jogo simplificado. Vencer o inimigo é coisa fácil, quando a espionagem ou a sorte nos desvendaram os segredos de seus projetos, quando su-

pas estão desmoralizadas, ou seu armamento é inferior em número ou qualidade, quando o comando adverso se revela pusilânime e incompetente. Mas, triunfar de um exército de idêntico valor moral, intelectual e material, não é tarefa tão simples como parecem acreditar os que nunca meteram mãos à obra.

Por êsses diversos aspectos, as qualidades do Chefe de Guerra assemelham às do Homem de Estado, ou às do grande Homem de Negócios. Existem entre êles, entretanto, algumas diferenças específicas.

— Observemos, previamente, estas: Enquanto o homem de negócios não põe em jôgo mais que sua reputação, a fortuna própria ou dos que voluntariamente nêle confiaram, o Homem de Estado, como homem de guerra, são responsáveis pelos interesses nacionais. Constituiria injúria gratuita supor que êles assumem essa grave responsabilidade sem compreender e sentir-lhe o pêso. Em compensação, dispõem de toda a força dos poderes públicos.

— Para um General, no desenvolvimento de uma campanha, a parte do desconhecido, no que respeita às intenções e à verdadeira situação do inimigo, é maior ainda do que as incertezas de um Chefe de Governo a respeito do fim a que querem chegar seus adversários, na política interna ou externa. Sei bem que, em compensação, os Ministros da maior parte de nossas democracias modernas, são constrangidos a explicar diariamente suas intenções perante os parlamentos e a opinião pública, o que constitui um duplo inconveniente. De um lado, com efeito, somente os podemos escolher entre os oradores, o que limita singulamente o recrutamento. Por outro, êles perdem o benefício do segredo e, portanto, da surpresa, que são, em tantas circunstâncias, fatores do êxito.

De igual passo, no trato dos negócios públicos, as contingências de tempo são raramente tão tirânicas quanto as crises decisivas de uma campanha. Certamente, ao político é preciso o espírito de réplica pronta e de oportunidade, que é útil, sem ser indispensável, ao militar. Mas não deve, o próprio político, desconfiar das decisões apressadas, muitas vezes adotadas sob o aguilhão de um adversário a cujo jôgo importa não se submeter?

— Em regra geral, o Homem de Estado, como o Homem de negócios, escolhe seus colaboradores dentre os que compartilham de suas idéias. O militar, porém, nomeado para comandar uma tropa, não pode, a não ser excepcionalmente, transformar o quadro de seus subordinados e, ainda assim, de maneira restrita e dentro em prazo longo; na batalha, raramente tem oportunidade de reparar-lhe os erros. Daí, a necessidade primordial da comunidade de formação e de doutrina de um corpo de oficiais.

— Conhecemos todos, Diretores de grandes companhias industriais que não são engenheiros. Tem havido, no curso da História em nossos dias, Ministros da Guerra que não eram militares, da Marinha, que não eram marinheiros, hábeis negociadores, que não eram diplomatas de carreira.

Em suma, pode-se ser Homem de Estado sem ser especialista. Podeis, porém, conceber um Grande General que não alie o conhecimento perfeito de sua profissão às qualidades intelectuais e morais indispensáveis?

Isto não significa que um General deva ser universal.

A prova de que não pensamos assim, é que colocamos a seu lado um Estado-Maior e técnicos. Sabem todos que em 1815, um Bérthier, se bem que não passasse de uma espécie de grande funcionário, fez falta a Napoleão; que um Blücher, mais homem de ação que de pensamento, era, com felicidade, completado por um Gneisenau, que se julga geralmente ter sido o inverso. De fato, temos visto constantemente militares se transformarem em diplomatas, homens de Estado e até chefes de Estado. Mas, tôdas as vezes que um Governo, abandonando o domínio que de direito lhe cabe: a direção da guerra, que intrometer-se na conduta das operações, desconheço os resultados favoráveis obtidos.

— Enfim, o Homem de Estado de hoje, e o Homem de negócios formam-se na livre discussão da tribuna, da imprensa, das comissões dos conselhos. Chega ao poder com um programa aceito pela maioria que o apoia; tal é a razão mesma de sua elevação. O militar forma-se nas regras restritas de uma carreira hierarquizada, que ameaça entorpecer as energias e atenuar as personalidades. Mas o contrapêso das qualidades particulares que dêle se deve exigir, está precisamente na Disciplina. Intelectualmente, não desconhecemos as fraquezas, nem os inconvenientes de uma regra tão estrita. Que segurança, entretanto, que força é para um Chefe, saber que, desde que ordene, tem a certeza de ser obedecido!

Parece-me desnecessário levar mais longe este paralelo. Só revelei essas diferenças para melhor enquadrar e precisar meu pensamento. O que importa estabelecer, é que, se a perfeição não é deste mundo, temos possibilidades ainda menores de nos aproximarmos dela no domínio da ação, do que em qualquer outro. As dificuldades emanantes das coisas, juntam-se as que vêm dos homens e de seus interesses opostos. Quando adotamos uma decisão, notadamente no campo de batalha, sabemos muito bem que ela não é perfeita; mas julgamos que reúne a maior soma de vantagens e de possibilidades de êxito. Nem sempre as manobras mais bem preparadas logram êxito, mas acontece, também, alcançarem êxitos incontestáveis, sob uma forma que, entretanto, não havíamos previsto. Uma das mais notáveis con-

ções estratégicas, a de 1806, como a dupla vitória de IENA e UERSTAEDT, que a sancionou, são, a este respeito, brilhantes exemplos. Entre os grandes Generais, raros foram os que não experimentaram revezes. Até Alexandre, que morreu em plena juventude; apesar, exceto quando se bateu contra Pompeu, aproveitou-se sempre da incontestável superioridade de meios; enfim, o mérito de Moltke é fortemente atenuado pela sorte de haver enfrentado sempre adversários nitidamente inferiores em valor ou em número. Napoleão foi atido, costumava dizer o Coronel Foch, isto serve para tornar modestos os outros."

Dirigir operações de guerra, ou os povos, segundo uma expressão recentemente em voga e que poderíamos, aliás, aplicar ao próprio universo em que vivemos, é "uma criação contínua". No dia seguinte a u'a manobra, faz-se mister montar outra manobra. Mal se consegue mediante um tratado, os resultados de uma campanha feliz voltam à baila. Só se repousa quando a morte, ou a retirada, nos forçam a abandonar o posto de combate.

E' uma razão para proclamar a falência da estratégia ou da tática? Devemos renunciar, porque diariamente o êxito não coroa nossos esforços? Porque o pensamento humano se confessa impotente para desvendar o enigma do universo, devemos desesperar? Por toda parte, ao contrário, brada a natureza que a luta é a lei da vida, que a própria vida é uma vitória, que, finalmente, o êxito é o apanágio dos que têm as melhores armas, e delas sabem servir-se com maior habilidade. "Não há grandes ações consecutivas, disse Napoleão, que sejam obra do acaso e da sorte; elas derivam sempre da combinação e do gênio."

Certamente, as circunstâncias criam o meio em que o gênio pode desenvolver-se, mas, a seu turno, este reage sobre os acontecimentos e muitas vezes os governa. Nenhuma constatação é mais confortante, nem constitui melhor fermento de energia.

Então, Senhores, na base: a inteligência necessária ao êxito em todos os empreendimentos humanos; um mínimo de qualidades físicas indispensáveis à profissão militar; a coragem, sem a qual sucumbem, diante do perigo, as mais brilhantes aptidões. Tais são as qualidades necessárias, mas não suficientes.

E'-nos preciso acrescentar:

— *O saber*; conhecimentos gerais, que nos permitam situar nossa atividade própria na nação; conhecimentos profissionais, que nos garantam empregar judiciosamente os meios de que dispusermos e encontrar, em quaisquer circunstâncias, não direi a melhor solução, mas uma solução racional. Do ponto de vista intelectual, como do ponto de vista moral, o perigo, é o desconhecido. Que justa confiança temos em nós mesmos quando, ao defrontarmos pela primeira vez, o

campo de batalha, sabemos que dificuldades nêle vamos encontrar! que consequências, do ponto de vista do exercício de nossa autoridade sobre nossos inferiores! Um chefe brilhante é o orgulho de sua tropa. Que não poderemos empreender com um corpo de oficiais e de soldados que não duvidam de nosso valor profissional? Porque, poderemos convencer-vos, nossos subordinados nos julgam, sem dúvida, com mais justiça do que nós os julgamos.

Não somente conhecer o material, mas conhecer o homem: o indivíduo, como a multidão; ser capaz de tirar dêles o maior proveito.

— *A Consciência profissional*, sem a qual não há exército inabalável, precisamente porque não existe confiança recíproca. O cumprimento do dever não admite mais ou menos. Bem sei que disseram: "O dever é aquilo que se exige dos outros". Entretanto, para nós, outros, militares, que permanecemos "antigos", o dever é, sem dúvida, o que devemos exigir dos outros, mas é, antes de tudo, o que exigimos de nós mesmos. E não haverá disciplina, se não existir a subordinação constante do indivíduo à coletividade.

— *Saber e Consciência*, conduzem ao *Domínio de si próprio*, que é a faculta: não se deixar abater pelos acontecimentos, e não desvendar-se aos que nos rodeiam, as perturbações de nosso espirito ou de nosso coração. Nas horas decisivas, a menor palavra de dúvida emitida pelo Chefe, pode matar, nos subordinados, a fé na vitória.

Senhores, já me foi dado viver períodos de angústias ou de triunfo, ao lado de alguns de nossos chefes da última guerra e, particularmente, junto aos dois maiores: Joffre e Foch. Acreditei-me: a qualidade essencial, que os torna sem par, é a *firmeza d'alma*. A guerra é a vida condensada; os golpes da sorte, muitas vezes imerecidos, acumulam-se sobre nossas cabeças: é inútil recriminar as decisões. É mister ser bom jogador e ter espirito realista. Acabamos de perder uma partida; conservemos tensas tôdas as molas de nossa inteligência e de nossa energia, para ganhar a seguinte. Não nos deixemos abalar pela má fortuna, mas não nos embriaguemos com os triunfos. Pela vontade perseverante de agir, saibamos colocar constantemente o adversário diante do "fato consumado".

Na tarde de 4 de setembro, no momento em que acabávamos de redigir as ordens que iam desencadear a batalha, dizia eu ao General Joffre: "Tencionais, meu General, prevenir o Governo?" — E elle respondia: "Para que, esta tarde? Êles nada mais podem fazer. Deixemos que durmam; bastará preveni-los amanhã de manhã." E acrescentava: "Vamos deitar-nos; teremos o que fazer amanhã". Que senso das responsabilidades, que calma, que verdadeiro heroismo!

E, Senhores, de vez que temos entre nós, hoje, representantes da Marinha da nobre nação americana, permiti-me evocar outra lembrança pessoal, à qual não serão êles insensíveis. Era em junho de

1918, — reparai na data — logo depois dos ataques de 27 de maio contra o Chemin-des-Dames, que trouxera os alemães até ao Marne. Abria-me a honra de ter comigo, num setor da Alsácia, a maior parte de uma das mais belas divisões dos Estados Unidos, e o General Pershing, veio visitar suas tropas. Depois de inspecioná-las, reuniu seu Estado Maior e o da 32.^a D. I. Americana, e, após haver manifestado sua inteira satisfação pela camaradagem que reinava entre nós, disse: "Senhores, conversamos ontem, o General Foch, o General Petain e eu. E todos os três estamos seguros de ganhar "a guerra". Ouço ainda o sotaque do General Pershing — e qual de nós não o tem, numa lingua estrangeira — e revejo seu braço quase dispendido, e o punho cerrado.

Por certo, um verdadeiro Chefe aspira ao poder, mas, para o bem da Pátria. Quer a glória, porém, menos a sua que a dos seus exércitos. Nada de vulgar; nunca. As suas aspirações o elevam às cumeadas. Ama, com "paixão de fogo", como dizia Pascal, o sabor acre da luta, porque "a vida tumultuosa é agradável aos grandes espiritos". Dêle pode dizer-se, no dominio da ação, o que Barrès dizia do próprio Pascal, no reino do pensamento: "E' o modelo dos que resistem a todos os assaltos mediante os quais a natureza, antes de destruí-los, experimenta todos os dias enfraquecer-nos". E' o navio moderno que, em meio à tempestade, mete a proa nas ondas, impellido pela força das hélices.

Tôda esta discussão, ninguém duvide, não tem em mira, absolutamente, demonstrar a primazia dos militares. Longe de mim, esta concepção sacrílega. Quem recebe as honras do triunfo não é maior do que o sábio, o escritor ou o artista, que cria uma obra imortal. Mas o inverso não seria mais exato, porque, onde estaria a medida comum? Uns, seryem mais diretamente à Pátria, outros, à Humanidade; todos, se não applicaram mal o gênio, são homens que honram o Homem, mas de maneiras diferentes. E seria vão discutir se fôra mais útil lançar no mundo novos germen de beleza, lutar contra a miséria ou a dor, isto é, contribuir para o desenvolvimento de nossa civilização, ou salvá-la.

Nesta Casa, Senhores, podemos ensinar-vos, "a profissão", a "prática de Estado Maior", que é, em verdade, puramente "um officio"; o conhecimento racional dos Regulamentos, isto é, dos "meios" de que a tática dispõe, e dos "processos", que permitem empregá-los da melhor maneira. Acima de tudo, e segundo a fórmula de Foch, procuraremos "ensinar-vos a pensar", isto é, a fazer trabalhar vosso cérebro: raciocinar uma questão; depois, pôr em jôgo a memória e a faculdade inventiva, a fim de fazer surgir a solução adstrita, antes de mais, aos limites do raciocinio. Achar-vos-eis, dessa maneira, em condições de elaborar as partes "artísticas" da tática e da estratégia. No

domínio moral, nós vos colocaremos em face da necessidade de tomar uma decisão”, e pediremos que dediqueis a vossos trabalhos, a todos os vossos atos, a mais “absoluta consciência”.

Desenvolver em vós mesmos as demais qualidades do Chefe, obra de esforços pessoais incessantemente renovados. Vossos superiores devem auxiliar-vos nesse empenho, guiando-vos; mas o resultado essencial virá de vós mesmos. Não tendes, em vossa História, tantas personalidades militares, que devem estar sempre presentes ao vosso pensamento, como um Caxias, um Osório, Porto Alegre, drade Neves, Barroso, Inhaúma?

Permiti-me, entretanto, terminar, dando-vos, nêsse domínio, alguns conselhos emanados não somente de minha experiência pessoal, mas da observação atenta dos homens de primeira plana, com os quais me fui dado conviver.

No que toca ao “saber”, cultivai-vos lendo; mas, lêde com o coração ou a pena em punho, detendo-vos para ponderar convosco as opiniões emitidas: e logo encontrareis na leitura não somente matéria para nutrir-vos a imaginação, como objetos de reflexão. Por outro lado, tôdas as ocasiões para aperfeiçoar-vos mediante a própria ação: de assumir um comando, por exemplo, de exercer uma função importante, não tanto com a ambição de brilhar, mas com a vontade de aperfeiçoar-vos. Após a ação, como depois da leitura, vosso “exame de consciência”: procurai as fraquezas ou as imperfeições, os meios de corrigi-las ou de remediá-las. Tende bastante confiança em vossos Mestres, ou em vossos Chefes, a fim de aproveitar-lhes as críticas ou os conselhos. Assim procedendo, não vos dirigireis a seus olhos; muito pelo contrário.

Do ponto de vista moral, amai o esforço e, ouso dizê-lo, na vida, a medida do razoável, o perigo. “Quem é corajoso diante da vida, — M. Doumer no “Livro de meus filhos” — é também diante da morte”. E esta máxima adquire perturbadora grandeza, quando se sabe que foi a valorosa conduta, e o fim glorioso que tiveram diante do inimigo, aquêles aos quais ela se endereçava. Para uma alma nobre, o perigo exerce indiscutível atração. Experimentamos, no triunfo, uma verdadeira alegria. Por havermos sabido afrontar a morte, sentimo-nos engrandecidos perante nós mesmos e os outros. Para nos convencermos de que a vitória bastará ouvir, no dia seguinte a uma réfraga um tanto áspera, a aprovação dos que dela participaram. O lado verdadeiramente positivo da última guerra (1), foi a duração dos períodos durante os quais o combatente se achava exposto a perigos incessantemente renovados de tôdas as espécies. Daí resultava, com o tempo, um desgaste

(1) — 1914-1918 (N. do T.).

so, ao qual poucas naturezas resistem. Bastava, porém, um repouso, e algumas vezes assáz curto, para que tôda a tropa readquirisse o ânimo.

De igual maneira, experimentamos uma satisfação, que nos parece legítima, quando triunfamos de uma dificuldade de ordem física, intelectual ou moral.

O aviador, quanto o marinheiro, encontram no exercício quotiânico de suas funções, uma lição de energia. Ao cavaleiro, quando na verdadeiramente sua aima, não lhe faltam ocasiões análogas, de riscos e de perfeiçoamento. Os desportos estão ao alcance de todos. O Exército francês, as altas montanhas são uma escola de primeira ordem, e não ignorais a brilhante atitude das tropas alpinas, desde os primeiros contatos com o inimigo; as colônias, não sômente em campanha, como nas necessidades da vida quotidiana, constituem, para nós, um dos melhores meios de formação. No Brasil, as oportunidades se oferecem a cada passo. Se nem a todos podê ser dado, como a alguns e vossos camaradas, marchar nas pegadas de um Rondon, podeis desenvolver, pelo menos, o gôsto pelas longas *rondonadas*, pelos reconhecimentos ao longo das fronteiras indefinidas de vosso país e na vastidão de vossos sertões.

Que por lá haja perigos, dificuldades, sofrimentos ou simples contrariedades, habituai-vos, não sômente, a nunca vos lastimardes, como nunca, a nada deixar transparecer diante de vossos subordinados. É a renovação da receita dos Espartanos, mas, à parte os exageros que experimentaram nas margens do Eurotas, não creio que seja tão má.

No exercício diário do comando, não deixeis jamais sossobrar a autoridade que vos é conferida. Não vos cabe o direito de tolar, nem que vos desobedeçam, nem que negligenciem. Meditai as palavras do Rei São Luiz: "Ninguém poderá governar bem sua terra, se não souber tão bem recusar como conceder". De fato, não atormenteis vossos subordinados: êstes devem estar persuadidos de que exigis dêles unicamente esforços úteis. Sêde benévolos, mas não hesiteis em fazer observações; e tendê sempre a coragem de emitir sôbre vossos subordinados o julgamento correspondente ao justo valor de cada um dêles. O Marechal Joffre dizia-me freqüentemente: "Quando leio as referências feitas aos Oficiais, julgo a um tempo quem emitiu o julgamento e o que foi julgado".

E', sem dúvida nenhuma, muito mais fácil obsequiar do que reprimir; mas serieis indignos de comandar, se não soubésseis fazer uma coisa e outra. É mais tentador ver em tôrno de si fisionomias sorridentes do que rostos carrancudos, mas o "ofício do Chefe" não comporta apenas obrigações agradáveis. "Não espereis governar sem que vos recriminem; a sentença é de uma mulher, mas que interveio profundamente nos negócios de Estado, e a quem Luiz XIV chamava de "sua solidez": Madame de Maintenon.

Não vos aconselho, notai bem, a dizer sempre "tudo" quanto saís; é preciso não desencorajar nem chocar. Mas a regra que dominar sempre vossa conduta, é ser "seguro" em vossas relações que jamais vos possam acusar, não direi de traição ou de falsidade o termo seria muito forte e excederia meu pensamento, mas, de simulação; é dessa maneira que podereis angariar e manter a confiança. Não tendes, aliás, nenhuma necessidade de invocar vossa firmeza, como uma mulher honesta não necessita falar de sua virtude. E' pelos vossos atos que vos avaliarão.

Habituai-vos a definir exatamente vossa vontade; mas ouvindo as observações, quando forem apresentadas respeitosamente.

Compenetrai-vos bem de que o segredo das decisões prontas e revogáveis, é ter refletido nelas longamente; se necessário, de habê-las discutido com conselheiros bem escolhidos. Diz-se muitas vezes com justa razão, que, comandar é prever: vosso pensamento deve, portanto, manter-se sempre adiantado em relação aos executantes (Quero dizer: tendo dado uma ordem, e velando sempre sua execução). Pensai imediatamente nas conseqüências possíveis, e na conduta que vos será necessário manter, segundo as circunstâncias. No campo de batalha, o Chefe é um cérebro em atividade.

As técnicas da guerra moderna são muito numerosas, para que seja possível conhecê-las tôdas; mas não olvideis que, se os técnicos são excelentes servidores, podem, entretanto, tornar-se maus mestres. Recorrei a êles constantemente; sem êles, nada podereis. Mas, de todos os ramos da atividade militar, deveis conhecer dados exatos, a fim de não vos deixardes dominar, e para guiar-lhes os esforços.

Habituai-vos, desde o tempo de paz, a aceitar a iniciativa dos subordinados. E, precisamente na vida quotidiana, nenhum inconveniente existe em deixar-lhes uma parte tão ampla quanto possível. São, portanto, capazes de admitir, por vezes, uma solução que não seja exatamente a vossa; isto será uma excelente escola para vossos subordinados e para vós. Não tenteis fazer tudo pessoalmente, porque só conseguireis prejudicar tudo. Em suma, engrandecei a todos que vos cercam, tal é o melhor meio de vos engrandecerdes.

E' neste sentido que se torna licito dizer que, se o Chefe de "saber" e, num determinado limite, "saber fazer tudo"; que, se "habilidade" é, quase sempre, qualidade preciosa, em muitos casos preciso "não saber fazer nada".

Acreditai, e bem, no que vos digo: não os aprecio, e prefiro os preguiçosos aos trapalhões. Em todo o caso, tenho horror a chefes que vêm "choramingar" a respeito de seus subordinados; co-

(1) — E' a "vanguarda mental do chefe", de que sempre falei a meus oficiais-alunos (N. do Tradutor).

endo que, depois de várias tentativas infrutíferas para tirar proveito disso, venham pedir-me o apóio de minha autoridade à sua ação disciplinar e, se fôr preciso, para quebrar uma resistência. Mas, quando um Coronel se queixa da totalidade de seu corpo de oficiais, é e que não merece a honra de comandar.

Senhores, não há "Comando", como não existe Governo, sem "Autoridade"; e são os Chefes mais firmes, como os homens de estado mais fortes, que, unicamente, em certos momentos e em circunstâncias especiais, podem permitir-se o luxo da indulgência e o prazer sadio do perdão. Porque, segundo estes dois belos versos de um poeta contemporâneo:

"Tudo se curva perante a maravilha
De um dever obstinado, que corrige e vela."

Deveis interessar-vos, certamente, pela leitura da abundante literatura que trata da psicologia das multidões — e, particularmente, da multidão armada. Tendo eu mesmo "flirtado" bastante com a filosofia, com ela me deleitei outrora. Não renego meus antigos amores, mas, confesso-vos que dêles me esquivei um pouco, pelo menos no que toca aos conhecimentos práticos. Mais ainda que a tática, o comando é uma arte, antes de tudo, de execução. À leitura de grossos volumes didáticos, podeis preferir, as mais das vezes, o estudo racionado dos fatos históricos. De igual passo, mais que as teorias dos filósofos, ser-vos-á útil meditar os exemplos e as observações dos que foram, efetivamente, condutores de homens.

E vereis que seu grande segredo é, precisamente, a própria superioridade: não direi em todos os domínios, mas naquêle em que se exerce mais particularmente sua atividade. Por certo, não desdenham êles de exteriorizar essa superioridade. Segundo uma observação de Napoleão III, que, foi mais sonhador do que homem de ação, mas que estudara bastante os feitos e gestos de seu tio: "E' mediante os pequenos meios que se cativam os indivíduos, como é pelas grandes providências que se conquistam as massas". E sabeis que Napoleão I não deixava de utilizar êsses pequenos meios.

Vivemos expostos à viva curiosidade daquêles cuja carreira, e por vezes a vida, estão ligadas às nossas decisões. Cumpre, portanto, que vigiemos nossas atitudes, nossos gestos e nosas palavras.

E' dom precioso, não direi, ser orador, mas saber falar com facilidade. Para impor-nos, entretanto, essa qualidade não é indispensável, pois conhecemos vários exemplos notáveis.

Em todo o caso, não procuremos forçar nossos talentos. A mistificação, seria logo desmascarada. Aos que têm consciência do próprio valor, a dignidade da compostura é natural.

Não nos é interdito, entretanto, conhecer-nos bastante, a fim de saber retificar, se fôr necessário, nossa silhueta. E' uma garridice legítima, como aprimorar a personalidade perante a História, para os que têm a certeza de nela figurar.

Senhores, vossa lei suprema deve ser "a ação". Não é aos militares que se pode aplicar o dito espirituoso do humorista: "E' um considerável esforço não ter feito nada". E' verdade que Rivarol acrescentava: "Mas é preciso não abusar".

Mas, objetar-me-eis, todo o vosso sistema é uma "mística". Não me desdigo; pelo contrário. E' a "fé" que vivifica a "ação".

E' honroso para a humanidade que muito maior número de homens se deixem matar pelas idéias, do que pelos interesses. Não há verdadeira grandeza, se não fôr animada pela centelha de um ideal.

Quis, Senhores, desde vossa entrada nesta Escola, elevar, para vós, o debate. E' salutar, por vezes, no decurso de longa etapa, abandonar momentaneamente a estrada, e galgar uma elevação vizinha, para meditar diante de um horizonte alargado. A partir da segunda-eira próxima, começareis a trabalhar; a tarefa vos parecerá, às vezes, erra a terra. Os arcanos da tática moderna parecem, freqüentemente, complicados; não vos deixeis entediar, nem desanimar. As casas mais sólidas não são as que se constróem num dia; nem as fortunas mais brilhantes as que ardem como fogo de palha.

Resta-me agradecer ao senhor Ministro da Guerra por haver honrado com sua presença esta cerimônia, e excusar-me, perante todos, por haver retido durante tanto tempo sua amísta atenção.

Quanto ao General Tasso Fragoso, sabe bastante quanto me sinto feliz por sentir que, em tôdas as circunstâncias se empenha em apoiar, com sua autoridade, o ensino que aqui professamos; e tenho o prazer de renovar-lhe, perante os Officiais de Estado Maior, dos quais é Chefe, a afirmação de minha afetuosa e fiel colaboração.

E... guarde sempre na memória: PNEUS?

SÓ CASA VICTORIA

Rua Cattele, 172/4  Fone 25-5580

RIO DE JANEIRO

OLEODUTOS CÉLEBRES

Tradução do Cel. PAULO MAC CORD

ENTRE A FRANÇA E A INGLATERRA

De 12 de agosto de 1944 a 8 de maio de 1945, cerca de 500.000.000 litros de gasolina foram enviados aos exércitos norte-americanos na Europa por intermédio do sistema de oleodutos estendido sob o Canal da Mancha pelos engenheiros britânicos, em cooperação com a Marinha da mesma nacionalidade. Quatro milhões de litros ainda atingem diariamente as costas da França através de 20 daqueles oleodutos. Dezesseis deses partem de Dungeness, na costa sueste da Inglaterra, e se dirigem a Bolonha; quatro vão da ilha de Wight a Cherburgo. Daí por diante a gasolina prossegue a sua viagem até o Reno em tubos de alta pressão. Este grande feito de engenharia foi chamado "Operação Plutônica", por se tratar de trabalho realizado sob o oceano, e assegurou a entrega ininterrupta de todo o petróleo (o que comumente exige um pôrto especial e extensas instalações de armazenagem) ao longo das praias, sem o perigo dos ataques aéreos, superficiais ou submarinos e com absoluta independência das condições climáticas.

Enquanto o plutônico projeto britânico esteve em andamento, o Exército dos Estados Unidos também estudou o mesmo assunto. Após a troca, porém, de entendimentos entre as autoridades respectivas, ficou resolvido que os esforços seriam todos concentrados naquele projeto, no qual cooperariam a fundo, com toda a dedicação, os representantes dos Estados Unidos. O General Eisenhower e seus principais auxiliares interessaram-se vivamente pela realização do referido projeto, tendo uma unidade do Corpo de Engenheiros, sob a direção do Coronel A. K. Easton, conseguido a fabricação de 260 quilômetros de cabo HAIS pela General Cable Company, Phelps Dodge Cop-

per Products Company, General Electric Company e Okonite Callender Cable Company. Com exceção desses 260 quilômetros de cabo manufaturados nos Estados Unidos, o oleoduto do Canal constituiu trabalho exclusivo dos britânicos, tanto na concepção como na execução.

Foi Lord Louis Mountbatten, então chefe das Operações Combinadas, que, em abril de 1942, perguntou a Geoffrey Lloyd, Ministro Britânico da Guerra Petrolífera, se era possível lançar um oleoduto através do Canal da Mancha. Os peritos ficaram em dúvida, mas A. C. Hartley, Engenheiro Chefe da Anglo-Iranian Oil Company, que havia empregado oleodutos de alta pressão de três polegadas na Pérsia, sugeriu a construção de um oleoduto semelhante a um cabo de energia elétrica submarino, porém sem núcleos nem isolamento, passível de ser lançado através do Canal em poucas horas, por meio de navios apropriados.

Trabalhando dia e noite durante duas semanas, os técnicos da firma Siemens e Henleys completaram a encomenda de algumas centenas de metros deste oleoduto, a ser lançado experimentalmente sob o Tâmisa, o que foi realizado com o auxílio de uma embarcação cedida pelo Departamento dos Correios Britânico. Os resultados foram coroados de tamanho êxito que o Primeiro Ministro Churchill aplaudiu a iniciativa, fazendo-se, então, encomenda de mais duas seções de 50 quilômetros de cabo do mesmo diâmetro original de duas polegadas, afim de permitir a realização de experiências completas no Canal de Bristol, onde as correntes e demais condições aproximavam-se grandemente das do Canal da Mancha. Subseqüentemente, o diâmetro dos cabos foi aumentado para três polegadas e reforçados os mesmos cabos para suportar pressões de mais de 85 quilos por centímetro quadrado. Oito meses após a concepção de Hartley, o cabo experimental foi lançado pelo navio Holdfast, originalmente um navio costeiro, adaptado com a maquinaria exigida para o transporte deste cabo excepcionalmente pesado, conseguindo-se, então, através do mesmo, enviar gasolina de Swansea para Ilfracombe. O fato de ser o cabo vazio

interiormente aumentou as dificuldades, diante da possibilidade de ser dobrado e paralisar o escoamento da nafta. Por isso, os cabos foram lançados completamente cheios d'água, a fim de se conservarem inflados. O oleoduto recebeu a designação de HAIS (Hartley-Anglo-Iranian-Siemens).

Neste interim, um outro oleoduto foi inventado por B. J. Ellis, Engenheiro Chefe de Campos de Petróleo da Burma Oil Company, e H. A. Hammick, Engenheiro Chefe da Iraq Petroleum Company. Este segundo oleoduto, denominado "Hamel", era constituído de seções de 6 metros de tubo de aço de três polegadas de diâmetro, suscetíveis de serem soldadas automaticamente até atingir o comprimento desejado e podendo ser enroladas em um tambor como um fio em um carretel, desde que o diâmetro daquele fosse superior a nove metros. Para concretizar a idéia, o Diretor Almirante de Construção Naval utilizou o navio *Persephone*, barcaça transformada em uma embarcação dotada de uma grande roda girando sobre munhões situados no seu convez e capaz de transportar muitos quilômetros de tubo Hamel de três polegadas e desenrolá-lo no mar. Disso se originou uma segunda idéia: um tambor flutuante em condições de transportar a extensão total da tubulação possivelmente necessária à travessia do Canal, e que poderia ser rebocado por embarcações apropriadas e funcionar, então, como uma grande bobina, desenrolando continuamente o cabo.

Dentro de poucos meses, uma fábrica especial, situada em Tilbury, na embocadura do Tâmisã, foi aparelhada para emendar seções de 6 metros de tubo Hamel até perfazer trechos de 1.300 metros, com uma capacidade de produção de 16 quilômetros diários e possibilidade de armazenar um total de 560 quilômetros. Pouco depois, uma outra fábrica semelhante foi montada para o caso de ser a primeira bombardeada.

Os tambores flutuantes, denominados "Conuns", eram ancorados em água profunda na extremidade dos portas-cabo, de maneira que as seções de 1.300 metros pudessem ser seguidamente emendadas até completar a extensão de 48.000 metros ou mais, a proporção que iam sendo enroladas. Tais tambores ti-

nham 30 metros de comprimento por 16 de diâmetro, de fora para fora, pesando, quando cheios, 1.600 toneladas — o peso de um destróier. Podiam receber 122 quilômetros de oleoduto. Um cilindro central em torno do qual era enrolado o cabo tinha 12 metros de comprimento por 12 de diâmetro.

Após as bem sucedidas experiências do cabo HAIS em abril de 1943, Geoffrey Lloyd conseguiu que a fabricação de Hamel e do cabo Hamel, bem como a coordenação de todos os trabalhos e a provisão de estações de recalque no litoral inglês, fossem a cargo direto do Departamento Britânico de Guerra Potencial. A obra prosseguiu, então, em ação combinada com o Departamento do Almirantado de Produção de Armas Diversas, enquanto a Marinha aceitava a incumbência do lançamento da tubulação dentro do mar. Assim, a Fôrça Plutônica foi constituída pelo Capitão J. F. Hutchings, da Marinha Real, com embarcações de todos os tamanhos, desde cargueiros de 10.000 toneladas até barcaças e barcos a motor acionados por marinheiros da Marinha Mercante Britânica, e posta sob o comando do Almirante Sir Bertram Ramsey, Chefe Naval Aliado.

A base principal da Fôrça Plutônica era Southampton, Inglaterra, com uma base secundária em Tilbury. Seu efetivo elevava-se a 100 oficiais da Marinha Mercante Britânica e 1.000 homens. Além do navio Holdfast, outros três navios mercantes foram equipados com maquinária de lançamento de cabo. Dois deles podiam transportar 160 quilômetros e um, 48 quilômetros de cabo HAIS. As barcaças do rãmissa foram adaptadas para levar o cabo às margens das praias, aonde não podiam chegar os grandes navios. Seis "contins" conduziam o tubo Hamel. Novos oleodutos foram estendidos do sistema britânico ao litoral, para levar gasolina, ao mesmo tempo que estações especiais de recalque de alta pressão eram hábilmente camufladas. Uma destas fazia parte de uma série de casas em Sandown, na ilha de Wight; uma outra achava-se num velho forte construído em 1860 contra possível invasão de Napoleão III, sendo algumas localizadas em um moderno parque de diversões e em postos balneários de Dungeness.

A "Operação Plutônica" começou assim que as minas foram varridas para as proximidades do extremo da península de Cherburgo. As linhas entre a ilha de Wight e Cherburgo foram instaladas em 10 horas e levaram gasolina para os exércitos dos Estados Unidos. As linhas estabelecidas logo após a captura de Lonha, entre Dungeness e aquela cidade, exigiram 5 horas de trabalho para instalação e canalizaram a preciosa nafta para o 9.º Grupo de Exército Britânico. O pessoal do Corpo de Serviços do Exército Real efetuou o recalque do petróleo para as estações hábilmente ocultas da costa francesa, sob a inclemência, quase sempre, do tempo, e caminhando com água pelo pescoço para trazer à costa a extremidade da linha proveniente dos aviões. Uma unidade especial do Corpo já mencionado também mantém contato direto com os pontos terminais franceses, por intermédio do telégrafo sem fio do Canal, pondo-se constantemente a par dos fornecimentos feitos.

ENTRE A INDIA É A CHINA

A gasolina destinada aos campos de pouso, caminhões e instalações militares semelhantes no teatro chinês foi no fim da presente guerra transportada pelo oleoduto mais extenso do mundo, com início em Calcutta, atravessando em toda a profundidade o vale do Brahmaputra, até Assam, penetrando na cadeia de montanhas de Patkai em direção a Burma e prosseguindo sobre a corcova do Himalaya através da fronteira para o interior da China, onde termina.

As Companhias de Distribuição de Petróleo do Serviço de Reabastecimento do teatro Índia-Burma, com o auxílio da mão de obra indiana e chinesa, trabalharam na instalação desse oleoduto, completando os trechos necessários a assegurar o aumento da tonelagem entregue.

Construído de tubos leves, tipo "invasão", de 4 e 6 polegadas de diâmetro, tal canalização teria valido o próprio custo e tempo de construção se não houvesse sido estendida para a China. Durante meses abasteceu as bases de supervoadoras B-29 na Índia e outros campos de pouso de Assam.

As turmas de trabalho, durante a construção, foram perturbadas, muitas vezes, pelos atiradores japoneses, passando a operar, então, como tropas combatentes e atirando-se à caça do adversário, em cujas pegadas prosseguiam no lançamento dos bombos. O transporte do pessoal e do material para o local dos trabalhos era, via de regra, realizado por estradas de ferro, linhas de barcaças, embarcações fluviais e jangadas improvisadas. Quando tudo isto faltava, o transporte aéreo era utilizado com o mesmo fim.

(Da Revista "The Military Engineer").

MOVEIS DE AÇO «MESTER»

Arquivos—Fichários—Cofres—Armários—Secretarias, etc.
Artigo de primeira qualidade, Fabricação esmerada, com
chapa polida e cores modernas

Distribuidores: REPRESENTADORA AMBRA LTDA.

Praça Getúlio Vargas, 2 — Sala 1110 — Telefone 42-5933

COMPANHIA SIDERURGICA BELGO-MINEIRA (MONLEVADE)

ESCRITÓRIO:

Av. Nilo Peçanha, 26 — Fone: 22-1970

TELEFONE 23-1128 — CAIXA POSTAL 377

End. Tel. "OLIVEIRAVAZ"

Código "RIBEIRO"

Oliveira Vaz & Cia. Ltda.

FAZENDAS POR ATACADO

RUA TEÓFILO OTONI, 20 E 22

RIO DE JANEIRO

Problemas Sociais do Oficial

Rui Alencar Nogueira
Cap. de Inf.

Em novembro do ano passado, publicámos pela Defesa Nacional, um artigo sob o título acima e que nos valeu inúmeros aplausos e felicitações por parte dos camaradas do Exército.

Abordámos então, a situação vexatoria em que se encontravam os militares para fazer face ao alto custo do padrão de vida, recebendo vencimentos insuficientes.

Tratámos do pagamento absurdo de uma ajuda de custo em doze meses, embora transferências por necessidade do serviço pudessem sair sem de uma, num mesmo ano.

Lembrámos a situação afitiva dos oficiais hospedados com família, em hotéis, cujas despesas iam além dos poucos recursos monetários concedidos para as viagens.

Trouxemos à baila o problema insolúvel da habitação, da exploração que sofre o militar ao chegar a uma localidade onde vai servir, das dificuldades para transporte e engradamento da bagagem, das questões referentes à educação dos filhos, à assistência médico-cirúrgica e ao amparo à família.

Tivemos oportunidade de abordar o caso dos velhos militares reformados, que vivem na maior penúria, muitos nos subúrbios desta Capital, abandonados e esquecidos.

Apresentámos algumas sugestões que sintetisamos, agora, nos seguintes itens:

- a) — pagamento de ajuda de custo, inclusive da meia, para os que viajam com família, aos militares transferidos por necessidade do serviço, independente de prazos especificados e em qualquer época do ano;
- b) — reorganização e criação de Colégios Militares (Pará, Ceará, Rio, Mato Grosso e Paraná) em moldes mais adequados, tal como o eram antigamente os excelentes colégios do Ceará e Rio Grande do Sul;
- c) — assistência médica eficiente e real, com características diferentes e melhores;
- d) — solução do problema da habitação, contratando o Ministério da Guerra com emprêsas particulares, o aluguel módico e isento de explorações, de um certo número de casas para os militares da guarnição;

e) — construção do "Retiro dos Militares Reformados", em aprasível, (Norte, Centro, Sul do País) de modo a abrigar os inúmeros militares espalhados pelo Brasil interior, em dificuldades de vida e ali queiram viver.

Vimos transcorrer exatamente um ano, agravarem-se tôdas as culdades para manutenção dos meios de subsistência, sem que uma medida surgisse para resolver verdadeiramente a situação do militar.

Sabido que não é mais possível viver-se, em condições mínimas de higiene e conforto, com os vencimentos atuais, foi estudada a elaboração de uma nova tabela, sob a orientação do Exmo. Sr. Gen. A. Mendes de Moraes.

A comissão para tal fim constituída chegou à conclusão de que um Capitão, por exemplo, necessita de um mínimo de Cr\$ 4.500,0 para manter a sua família, com decência.

Ora, se assim é, como será possível viver então com Cr\$ 2,60 teóricos?

A solução afinal, após meses de anciedade, sabemos todos nós foi: — o erário público não comporta tão vultosa despesa.

Mas, convenhamos, se não podem os militares dedicar os seus talentos em outros mistérios estranhos à profissão das armas e se não há possibilidade de haver um decréscimo sensacional no custo da vida, fatalmente urge uma medida para o caso.

Poderemos, nós militares, continuar na mais extrema penúria, humilhados, pensando nos múltiplos problemas financeiros, na vida da esposa que não pôde ter criadagem, na educação dos filhos, no futuro e na alimentação sadia, sem recursos outros além dos vencimentos?

Será a mais pura utopia imaginar que vamos ter diminuição de preços de tudo. É raciocínio de criança. Tôdas as classes, tiveram aumento de salários e o comércio, de um modo geral, acostumado a vender por preço elevado não retornará, nem poderá fazê-lo, por motivos obvios aos tempos passados.

Por outro lado a população que, também, na sua generalidade teve acréscimo de salários, habituou-se a comprar pelos preços atuais e já os considera normais.

Não podem ser, portanto, os militares e os servidores civis os únicos prejudicados e na sua extremada penúria, devam ser os mais patriotas de todos os brasileiros para reestruturação da situação financeira do país, que só uma medida geral pôde resolver.

Vamos traçar o quadro real da situação:

PESA MÉDIA:

	Moradores antigos:	Recem-vindos:
Aluguel de casa	Cr\$ 600,00	Cr\$ 900,00
Transportes	Cr\$ 120,00	Cr\$ 120,00
Água e luz	Cr\$ 100,00	Cr\$ 150,00
Alimentação	Cr\$ 250,00	Cr\$ 250,00
Alimentação	Cr\$ 100,00	Cr\$ 100,00
Alimentação	Cr\$ 1.000,00	Cr\$ 1.000,00
Medicamentos	?	?
Educação de filhos	?	?
Estuário	?	?
Despesas	?	?
	<hr/>	<hr/>
	Cr\$ 2.170,00	Cr\$ 2.520,00

Como estabelecer o equilíbrio?
 Fazendo verdadeira ginástica. Os que vieram há menos tempo para o Capital, têm que morar em edifícios novos, com aluguéis mais elevados e não podem ter a sorte de conseguirem a isenção das famigeradas "luvas", não podem ter criados para fazer a compensação orçamentária.
 Deixa de preocupar-nos imensamente uma situação deplorável destas?
 Dirão alguns: — mas nas cidades do interior tudo é mais fácil!
 Pura ilusão! Servimos sempre em cidades do interior e podemos afirmar: a compensação é a mesma. Pagam-se Cr\$400,00 por aluguel de casa e uma fortuna por um remédio qualquer, por uma peça de estuário, etc.

"Toda sociedade organizada se funda recipuamente na regulamentação, não importa a complexidade posterior que dela resultará, dos dois instintos primários do homem: o econômico e o sexual" (1).
 Como, portanto, deixar insolúvel a situação econômica que no momento atinge as classes dos servidores públicos?
 Certamente que os nossos chefes, cômicos das responsabilidades que lhes cabem nesta hora de demagogias e de propagandas extremistas que facilmente conseguem explorar os menos avisados, estarão alerta na defesa dos nossos elementares direitos, que têm por fundamento o próprio Estatuto dos Militares.
 Deixando de parte a questão já abordada, desejamos relembrar a necessidade imperiosa de um melhoramento da nossa assistência médica à tropa e às famílias dos militares.
 Quem labuta pelas casernas sabe o que significa uma "dotação de medicamentos" para um trimestre!

(1) — Calo Prado Junior — "Formação do Brasil Contemporâneo".

Nada mais absurdo. Significa isto, supôr limitado o número de médicos que possam adoecer.

Se possuímos um Laboratório especializado na fabricação de medicamentos, como persistir na distribuição usurária pelos Corpos de tropa, quando o nosso objetivo é manter em excelentes condições de saúde todos os indivíduos que compõem as forças armadas.

Além disto, certas normas até agora adotadas são prejudiciais ao serviço, porque formam verdadeiro tabú, dificultam a resolução de casos simples, que todos conhecem de sobra e que precisam ser modificados.

Não devemos fugir à verdadeira finalidade e é por isto que neste momento, quando se processa a reorganização dos nossos serviços de saúde, em moldes modernos, a exemplo dos americanos, por oficiais que estiveram no teatro da guerra, não é demais abordarmos este assunto.

Na qualidade de leigos nestas questões, não nos caberá apresentar sugestões mas, apenas, apontar as dificuldades que todos sentimos.

Se bem verdade é que é pequeno o quadro de oficiais médicos e os vencimentos militares não constituem mais no presente motivo de atração para quem tem profissão liberal, convenhamos que, mesmo diante de tanta abnegação, muito ha que se fazer para a satisfação plena das nossas necessidades.

Com o insuficiente número de hospitais, com a falta de aparelhagem necessária, com a utilização de dotações de medicamentos irrisórios, não podemos conseguir pleno êxito.

Senão, vejamos alguns exemplos: — começemos pelo problema da maternidade

O nascimento de um filho custa-nos uma fortuna. A internação da parturiente em hospitais civis mercantilizados, sai por preço exorbitante que nos leva, quasi sempre, ao empréstimo.

Possuímos uma unica secção, ainda pequena, no H.C.E., no Brasil inteiro...

Conhecemos um oficial que, em S. Paulo, percorreu todos os hospitais civis, de automovel, em situação aflitiva, com a esposa em estado grave sem poder interná-la por motivos estranhos à sua vontade.

Colocou-a no H.M.S.P., em virtude de uma ordem especial do Exmo. Sr. Gen. Cmt. da 2.^a R.M., minorando o estado desesperador do jovem oficial.

Na tropa, sabemos, um socorro urgente, por vezes, se transforma numa *baixa extraordinária* ao hospital por causa da falta de medicamentos, em consequência da dotação insufficiente.

A burocracia dos pedidos, nem é bom falarmos... causam os maiores transtornos!

Do mesmo modo a assistência dentária necessita ter um sentido mais amplo.

Prestaremos um grande serviço aos milhares de brasileiros chamados ao serviço das armas, dando-lhes serviços odontológicos mais perfeitos.

Ninguém ignora que há Unidades que não possuem dentistas, outras dispõem de gabinete e não têm profissional e outras, ainda dispõem de ambos mas o material distribuído é insuficiente.

Servimos num Corpo de tropa, não faz muito tempo, em que no gabinete dentário existiam dois enormes vidros cheios de dentes extraídos, pois somente extrações ali se faziam, por falta de material adequado para outro serviço.

Certamente que tudo isto terá que melhorar, mas não será apenas com boa vontade.

O otimismo não é tudo. Têmo-lo em boa dose e procuramos sempre dar o justo equilíbrio das cousas.

Sempre temos servido na tropa e exclusivamente na tropa, nas mais variadas guarnições de Santa Catarina ao Piauí, dedicámos em todas elas um esforço honesto e despretençioso mas sentimos que precisamos melhorar e o nosso progresso não deve ser lento.

Ninguém melhor do que o oficial da tropa pode observar as nossas grandes necessidades e, dentro destes princípios, jamais negámos uma colaboração sincera, sem receios de outras interpretações errôneas e que não nos poderá animar, como brasileiro e como soldado.

A época é de mais realidade, de mais objetividade, sem o que estaríamos fadados a uma estagnação que só nos poderá ser por demais nociva.

As forças armadas são o sustentáculo da Nação e, no Brasil têm participado sempre da resolução dos seus mais importantes problemas políticos.

As forças armadas "constituem, em tempo de paz, os fundamentos da organização nacional de guerra", são fiadoras do bem estar público e necessitam, em todos os setores, de adexramento, disciplina e meios de realização.

Dormir após a conquista de um objetivo, sem pensar na execução de novos lanços e sem coroar de pleno êxito a consecução do anterior é querer a passividade impertinente que não conduz à vitória.

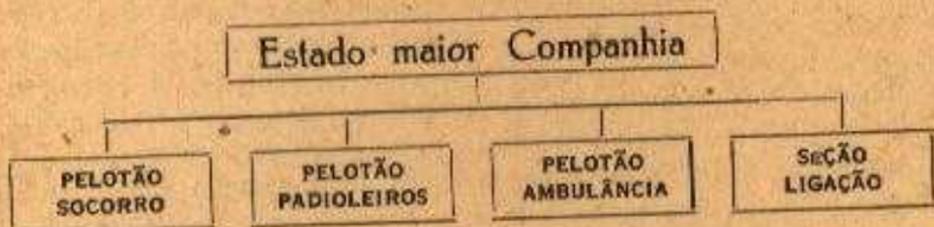
Se tivermos sempre presente esta idéia, conseguiremos atingir o mais alto grau de eficiência, para grandeza da nossa Pátria.

(N. da R.) — Este artigo nos foi enviado antes do aumento dos vencimentos dos militares.

Organização do Serviço de Saúde do Exército Norte-Americano nos Teatros de Operações

Trad. do Cap. Méd. Dr. SAULO TEODORO PEREIRA DE
MELO, da Diretoria de Saúde do Exército, e
estagiário da Escola de Estado Maior.

61. ORGANIZAÇÃO. (V TOE 8-17 e fig. 28). O batalhão de saúde conta com três companhias de evacuação perfeitamente idênticas, destinada a prestar socorro sanitário a cada um dos três regimentos de infantaria da divisão. A companhia de evacuação é constituída de um estado-maior da companhia e três pelotões: de socorro (pôsto), de padioleiros, de ambulância. Os quadros de organização não prevêem seção de ligação; necessária, entretanto, para a conexão que deve existir entre a companhia e os postos de socorro das unidades. Esta seção pode ser improvisada com o próprio pessoal da companhia.



62. FUNÇÕES. a. *Generalidades*. As funções da companhia de evacuação são as seguintes:

(1) Evacuar as baixas dos postos de socorro dos destacamentos de saúde das unidades, cujo transporte é feito habitualmente por padioleiros.

(2) Manter o contacto com os postos de socorro assistidos, improvisando para isso uma seção de ligação.

(3) Instalar um posto de evacuação para o rápido tratamento das baixas, durante a evacuação.

(4) Evacuar as baixas do posto de evacuação para o posto de triagem, da companhia de triagem da divisão, podendo empregar para tanto uma rede de ambulâncias.

(5) Fornecer material sanitário para os postos de socorro unidades em contacto, durante o combate.

(6) Estabelecer, durante a marcha, um "posto de evacuação estrada" para o tratamento dos indisponíveis baixados pelos destinos de saúde das unidades; e organizar, com ambulâncias, um tema de transporte rápido, para evacuá-los para o posto de triagem ou outra unidade de saúde previamente indicada.

(7) Providenciar, fora do combate, o transporte das baixas dispensários de estacionamento das unidades para o posto de triagem ou outra entidade de saúde, designada para recebê-las.

(8) Fornecer o pessoal necessário para auxiliar o médico dispensário no controle, na administração e na instrução das medidas profiláticas que precisem ser tomadas. Na qualidade de especialista de saúde, este pessoal só pôde ser empregado na inspeção, demonstração e instrução de trabalhos de profilaxia; sendo vedada a sua utilização como trabalhadores ou guardas sanitários de outras unidades. Os seus deveres constam do AR 40-205.

(9) Fornecer pessoal para o serviço interno do batalhão.

b. *Estado-maior da companhia.* (1) O estado-maior têm as seguintes funções o comando, a administração, o aprovisionamento, o abastecimento e a manutenção dos motores da companhia. Durante o combate, estas funções são exercidas no posto de evacuação ou perto dele. Há um só oficial no estado-maior que é o próprio comandante da companhia. Seu principal auxiliar é o primeiro sargento, que desempenha a maioria dos encargos administrativos; a escrituração é executada pelo escrevente da companhia; a alimentação está sob a responsabilidade do sargento do rancho, auxiliado pelos cozinheiros e seus ajudantes. A cozinha é instalada perto do posto de evacuação e prepara alimentos para o pessoal orgânico e as baixas socorridas pelo posto. O sargento aprovisionador é encarregado de todo o aprovisionamento da companhia. O sargento de ligação responde pela interrupta comunicação entre os postos de socorro das unidades e a seção de ligação improvisada, de que é encarregado. O sargento de motores é auxiliado por um mecânico. Um corneteiro, motoristas e suplentes constituem o restante do pessoal do estado-maior.

(2) O estado-maior da companhia instala um P.C. em lugar conveniente, nos acampamentos e bivaques; e no posto de evacuação normalmente, durante o combate. Ficam no P.C. o comandante, o primeiro sargento e o escrevente; o centro de ligação é parte do P.C. e funciona no Departamento de recepção do posto de evacuação (Ver fig. 29).



Fig. 29 — Centro de ligação do posto de evacuação.

c. *Secção de ligação.* (1) É imperioso que a companhia de evacuação estabeleça e mantenha ligação com os postos de socorro das unidades. Os quadros de organização não computam especificamente a secção de ligação, que, por conseguinte, deve ser improvisada com praças bem treinadas da companhia. Precisa-se contar com quatro agentes de ligação: três para os postos de batalhão e um para o de regimento. O sargento de ligação, encarregado da secção, permanece no posto de evacuação e atende o centro.

(2) A secção de ligação pode funcionar das maneiras seguintes:

(a) Cada um dos agentes de ligação se informa, do comandante da companhia, da provável localização do posto de evacuação reunindo-se, depois, a cada uma das respectivas secções de saúde, antes que as unidades tenham deixado a área de reunião; com elas permanecem, até que o posto de socorro correspondente tenha sido instalado; e retornam, então, ao posto de evacuação para informarem ao comandante da companhia de evacuação a exata locação dos postos de socorro, de cuja ligação estão encarregados; e voltam para ali, agora conduzindo os padioleiros da companhia; ficando, assim, estabelecida a ligação.

(b) Método similar ao supracitado pode ser usado, com a particularidade de que, ao retornarem dos postos das unidades, os agentes de ligação só chegam até o sítio precombinado, facilmente identificável, no percurso entre os postos de socorro das unidades e o de evacuação, onde dever-se-ão encontrar com os padioleiros que tiverem avançado até ali; guiando-os, então, para os postos das respectivas unidades, em ligação. Este método economiza tempo e é aplicável quando for impossível informar aos agentes de ligação o local certo

do posto de evacuação; é, contudo, preferível que o agente de ligação saiba previamente o local exato do posto de evacuação e para aí retorne pessoalmente.

(c) Si a seção de saúde já se tiver deslocado para o sítio do posto de socorro, os agentes de ligação escalados deverão permanecer no posto de evacuação até que este se tenha instalado definitivamente; avançando, então, para procurarem os respectivos postos das unidades, em ligação. Este método é menos seguro que os dois primeiros descritos.

(3) Os agentes de ligação permanecem nos postos de socorro das respectivas unidades; e devem manter o comandante da companhia de evacuação exatamente informado da situação de saúde desses postos, enviando-lhe constantemente informações escritas pelos padioleiros que evacuum as baixas, pelos próprios feridos evacuados a pé ou por estafetas previamente designados. Quando o posto de socorro da unidade se desloca, a nova posição deve ser informada imediatamente, de antemão. Os pedidos de material sanitário previsto devem ser também mandados por escrito.



Fig. 30 — Padioleiros evacuando posto de socorro, seguidos por ferido ambulante.

(d). *Pelotão de Padioleiros*. (1) O pelotão de padioleiros é comandado por um oficial de administração do corpo de saúde, que é secundado por um sargento comandante do pelotão, um comandante de seção e um ajudante d'este. O pessoal restante consta de padioleiros e alguns enfermeiros-cirúrgicos, que exercem também as funções de padioleiros.



Fig. 31 — Muda de padioleiros.

(2) O dever precípua dos padioleiros é evacuar as baixas dos postos de socorro das unidades para o de evacuação. Quando as seções de saúde são forçadas a se deslocarem rapidamente, para manter o contacto com as unidades a que servem, os padioleiros terão que recolher os feridos das áreas ultrapassadas por elas. Para encurtar a distância dos transportes, facilitando a tarefa dos padioleiros, devem ser instalados, sempre que possível, um ou mais postos de muda. O ferido é carregado em padiola, a braço, até o ponto do percurso designado à muda; e aí transferido para carrinho porta-padiola. A equipagem de padiola a braço volta para o posto de socorro da unidade, para trazer outra baixa; enquanto a primeira é levada para o posto de evacuação. Depois de entregar o ferido, a equipagem do carrinho volta à muda, para apanhar outro. O uso do carrinho não só facilita o trabalho, como também permite o emprêgo de equipagem de dois padioleiros, em longos estirões. As mudas, contudo, podem ser estabelecidas mesmo quando não fôr praticável o uso dos carrinhos. (V. figs. 30 e 31).

e. *Pelotão de Socorro* (1) *Finalidade.* O pelotão de socorro instala o posto de evacuação para o tratamento emergente das baixas evacuadas da frente de combate para o posto de triagem. Nem tôdas as baixas se detêm no posto de evacuação para tratamento; aquelas cujos ferimentos não forem bastante severos para exigir imediata assistência, serão logo evacuadas para o posto de triagem; mas as que, por causa de hemorragia, choque ou outra razão qualquer, não puderem suportar os rigores de pronta evacuação, serão aí retidas, até que o perigo do transporte já lhes não ameace a vida ou a integridade dos membros.



Fig. 32 — Boa localização do posto de evacuação.

(2) *Pessoal*. O comandante do posto de evacuação é auxiliado por outro oficial médico, certo número de sargentos e cabos e enfermeiros-médicos e cirúrgicos.



Fig. 33 — Vista geral do posto de evacuação.

(3) *Pôsto de evacuação*. (a) *Posição*. A condição mais importante para a localização do posto de evacuação é a posição dos vários postos de socorro das unidades que devam ser evacuadas; o primeiro deve ser situado centralmente em relação aos segundos. Deve estar

em sítio oculto; com suficiente desenhamento, para proteger-se do fogo da sarmas portáteis e do direto da artilharia; acessível às ambulâncias, permitindo fácil evacuação para o posto de triagem. As linhas naturais de caminhamento para frente e a proximidade de água são condições que não devem ser esquecidas. A distância da linha de frente variará consideravelmente; estando, porém, ordinariamente compreendida entre 1.100 a 3.200 metros (1.600 metros aproximadamente.)

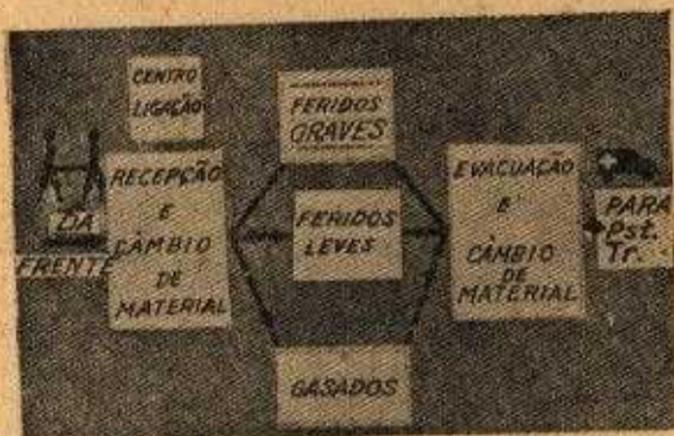


Fig. 34 — Esquema do posto de evacuação.

(b) *Funcionamento.* A instalação do posto de evacuação precisa contar com diversas dependências. Todas as baixas passam pela dependência de recepção, onde o material sanitário (carga) é cambiado. Segundo a natureza e a gravidade do ferimento, as baixas são atendidas na dependência de feridos graves ou no de feridos leves. Os gasados serão tratados a alguma distância deles, para evitar a sua contaminação; a dependência de gasados só será instalada, quando necessário, devendo o pessoal ser improvisado. Depois de atendidos, os feridos evacuáveis são encaminhados para a dependência de evacuação, onde são carregados em ambulâncias; e onde o material é de novo cambiado. Os feridos leves, aptos para voltarem ao efetivo serviço, serão reenviados às suas unidades, na retaguarda (V. figs. 33 e 34).

(c) *Centro de ligação.* As mensagens trazidas ao posto de evacuação por estafetas ou padiroleiros são entregues ao centro de ligação, de que é encarregado o sargento de ligação, do estado-maior da companhia; e onde todas as mensagens recebidas e expedidas são registadas no "diário do centro de ligação". As mensagens recebidas são encaminhadas ao "comandante da companhia de evacuação" ou, na sua ausência, ao oficial seu substituto, para as necessárias providências. Convém lembrar que o centro de ligação é parte integrante do P.C.; e que, embora o centro esteja localizado no posto de evacuação duran-

te o combate, seu funcionamento depende do estado-maior da companhia e não do pelotão de socorro (V. fig. 29).

(d) *Dependência de recepção.* As baixas chegadas ou trazidas ao posto de evacuação são examinadas na dependência de recepção e classificadas em ferimentos graves e leves. O sargento comandante do pelotão dirige a dependência. Para economizar tempo e evitar movimentação inútil das baixas, as padiolas, as mantas, as talas e as goteiras, que acompanham os pacientes, permanecerão com eles; entretanto, afim de conservar o estoque desses artigos nos postos de socorro das unidades, são todos substituídos integralmente e devolvidos pelos padioleiros que voltam para lá. Esta substituição de material-carga é denominada "câmbio de material" (V. figs. 35 e 36).

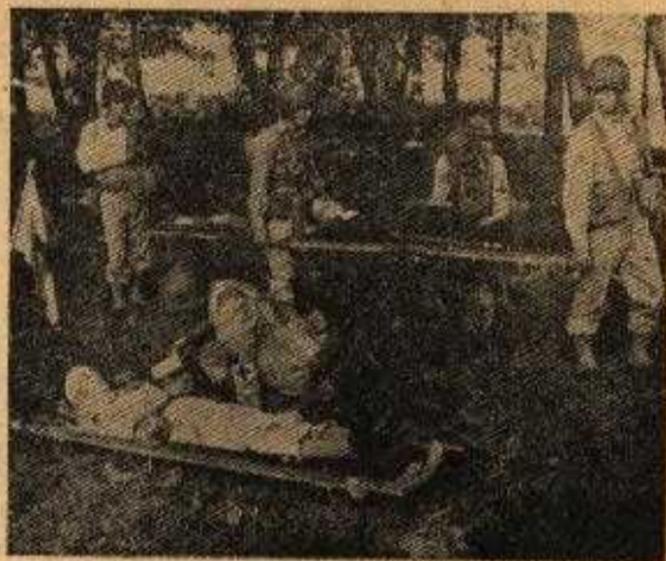


Fig. 35 — Dependência de recepção.

(e) *Dependência de ferimentos graves e leves.* Os feridos graves ficam na dependência de ferimentos graves; os leves, na de ferimentos leves. No posto de evacuação, o socorro médico é mais apurado que no das unidades; a assistência, contudo, resume-se em medidas urgentes, que assegurem a sobrevivência e que preparem as baixas para imediata evacuação. Os aparelhos de fratura são ajustados; os curativos revistos; as hemorragias estancadas por processo operatório, mais eficaz que o simples torniquete. Podem-se administrar o toxoide tetânico e a morfina; havendo aí grande disponibilidade de plasma para o tratamento do choque. O comandante do pelotão de socorro atende a dependência de ferimentos leves, para que possa dividir o tempo entre os encargos profissionais e os de comando; o ajudante do comandante do pelotão devota inteiramente o tempo à dependência de feri-



Fig. 36 — O material-carga é trocado no "câmbio de material".

mentos graves. Praças auxiliares podem ser escaladas, quando necessário, para ajudarem em qualquer das dependências, cuidando dos chocados, esterelizando o instrumental, ministrando plasma e injeções hipodérmicas, etc.



Fig. 37 — Dependência de ferimentos graves.

(1) *Dependência de gasados*. Esta dependência só será instalada, si houver necessidade, com o pessoal improvisado do pelotão de socorro; em relação às dependências de ferimentos, será localizado a juzante de ventos e a distância tal que não venha a contaminá-los



Fig. 38 — Dependência de ferimentos leves.

subseqüentemente; o pessoal deve usar mascaras e idumentária protetora.

(g) *Dependência de evacuação.* Depois de atendido o ferido, o registro do tratamento e do destino é lançado no verso da sua ficha de evacuação. Ele é, então, mandado para a dependência de evacuação, onde esperará transporte por ambulância, para o posto de triagem. Os feridos leves, que não exijam evacuação, são retornados à unidade. Esta dependência é acionada por um sargento, que controla o embarque dos feridos a pé e em padiola nas ambulâncias; e mantém registro emergente do número de evacuados. O material-carga, como padiolas e mantas, levado com as baixas do posto de evacuação, deve ser substituído, peça por peça, pelas ambulâncias, porque cada veículo têm, como material suplementar orgânico, padiolas, mantas, aparelhos de fratura e peças de curativos; sendo o câmbio de material fiscalizado pelo sargento encarregado da dependência de evacuação.

(h) *Deslocamento do posto.* O posto de evacuação desloca-se de acordo com as necessidades táticas; afim de que se possa movimentar desembaraçadamente, livre de atravancamento evitável, a evacuação para o posto de triagem não deve ser retardada por processos cirúrgicos prolongados; devendo o posto estar sempre pronto para deslocar-se sem demora. Si tôdas as baixas puderem ser evacuadas prontamente, o pessoal do posto arruma o equipamento e carrega-o nas viaturas da sub-unidade. O posto de comando, inclusive o centro de ligação, e a cozinha, também já encerrada, são carregados e movimentam-se para a próxima posição. Si tôdas as baixas não puderem ser evacuadas simultâneamente, o posto desloca-se por escalão, encerra-se



Fig. 39 — Administração de plasma aos chocados.

dependência de ferimentos leves, que é deslocada e instalada na nova posição, para atender a qualquer categoria de ferimentos, até que o novo posto se complete; enquanto a dependência de ferimentos graves continua a funcionar, cuidando de tôdas as baixas deixadas no primitivo posto, até que estejam em condições de ser transportadas. As outras dependências do posto são deslocadas em conjunto ou em parte, assim que a situação o permita.



Fig. 40 — Dependência de gasados.

(4) *Postos de evacuação de estrada.* Durante as marchas em áreas onde possam ocorrer baixas, é preciso suplementar os simples socorros prestados pelos enfermeiros de companhia; estabelecendo, ao longo do itinerário, postos de evacuação de estrada, atendidos por um ou mais praças do pelotão de socorro equipado com padiolas, mantimentos, peças de curativo, etc. Depois de rapidamente atendidas pelos enfermeiros de companhia, as baixas são entregues ao mais próximo posto de estrada, onde são assistidas até que possam ser evacuadas pelas ambulâncias. Ainda que instalados sumariamente, o funcionamento destes postos rege-se pelo dos postos de evacuação (V. FM 8-10).

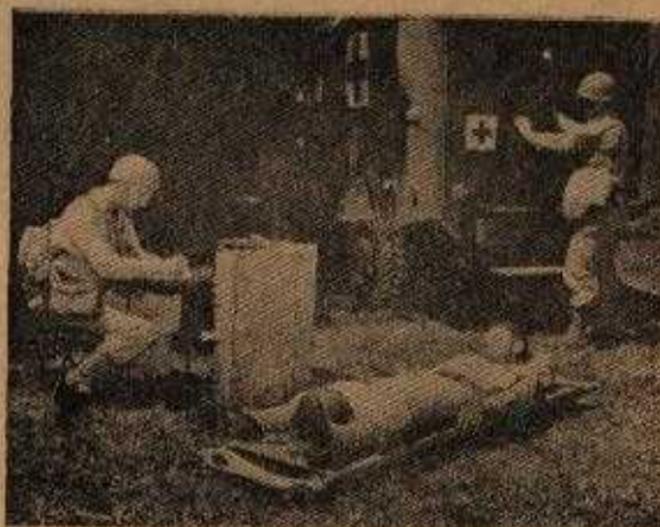


Fig. 41 — Dependência de evacuação, onde se registram os evacuados.

1. *Pelotão de Ambulância.* (1) A companhia é a única sub-unidade do batalhão de saúde que dispõe de ambulâncias. O pelotão de ambulância de cada companhia é comandado por um oficial, auxiliado por sargento comandante do pelotão e comandante de seção. Motoristas e ajudantes de ambulância e um motorista de caminhão leve (jipe) completam o pelotão.

(2) A função precípua do pelotão de ambulância é o transporte das baixas.

(a) Durante o combate, as baixas são comumente evacuadas, por ambulância, do posto de evacuação para o de triagem. Quando, entretanto, a situação tática o permite, as ambulâncias podem evacuá-las mais da frente; mesmo, ocasionalmente, dos próprios postos de socorro das unidades. Os veículos podem estacionar perto do posto de evacuação. Logo que lotadas, são logo expedidas para o posto de triagem, onde voltam para o posto de evacuação, assim que não descarregadas.



Fig. 42 — Dependência de evacuação. Câmbio de material-carga.

(b) Durante a marcha, as ambulâncias recolhem as baixas, quer diretamente da coluna, quer dos postos de estrada, evacuando-as para o posto de triagem.

(c) Em bivaque, as ambulâncias transportam os doentes e feridos dos dispensários das unidades para o posto de triagem.

(3) Secundariamente, porém não menos importante, são ainda atribuições do pelotão de ambulância:

- (a) O transporte do pelotão de padioleiros para a área de reunião.
- (b) O transporte de material de saúde para a linha de frente.
- (c) A remessa de mensagens atinentes ao serviço (incidentalmente com outras finalidades).

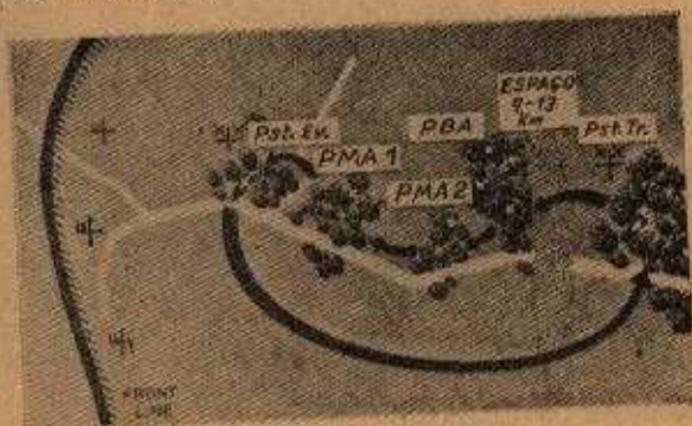


Fig. 43 — Rêde de ambulâncias.

(d) O tratamento emergente das baixas, durante a evacuação.

(4) Rêde de ambulâncias. (a) A rêde de ambulâncias é um sistema de circulação das viaturas de transporte de feridos, estabelecido

com o propósito de manter ininterrupta evacuação entre os postos de evacuação e o de triagem da divisão, quando os veículos não puderem ser todos estacionados junto do posto de evacuação. Uma ambulância viaja disfarçada fica estacionada na dependência de evacuação do posto de evacuação, local que poderá ser chamado posto de carregamento de ambulância (PCA); duas outras, suficientemente separadas entre si, para diminuir o efeito do fogo inimigo, são colocadas aquém do posto de evacuação, em sítio logo à margem da estrada, bem desenhado e oculto, denominado posto de muda de ambulância (PMA). As restantes ambulâncias da companhia são dispersas, em posição desenhado e a distância variável de 550 a 3.200 metros do posto de evacuação, a que se chamará posto básico de muda (PBM), onde as viaturas são mantidas em reserva, conservadas e supridas de carburante; e onde uma escala de serviço dispensa ao pessoal o necessário repouso, com folga de 4 a 6 horas. Si a muda básica tiver de ser localizada a grande distância do posto de evacuação, deverão ser instaladas duas mudas intermediárias invés de uma.

(b) Quando uma ambulância lotada, saída do posto de carregamento, passa pela muda intermediária, é sinal de que há necessidade de outra para carregar; por conseguinte, assim que a ambulância, que se dirige para a retaguarda se aproxima, o veículo da muda estacionado na muda intermediária, avança para o posto de carregamento, ocupando-lhe o lugar, enquanto o segundo veículo de muda intermediária substitue o primeiro.

(c) Quando a ambulância, que se dirige para a retaguarda, passa pela muda básica, a ambulância da frente, nele estacionada, avança também, indo ocupar, na muda intermediária, o lugar do segundo veículo.

(d) Depois que a ambulância, que se dirigia para a retaguarda, alcançando o posto de triagem, aí descarregou as baixas, volta incontinentemente para a muda básica, onde aguarda a sua vez de avançar novamente (V. fig. 43).

(5) *Rêde avançada de ambulâncias.* À noite e freqüentemente durante a calma das atividades inimigas, as ambulâncias podem avançar além do posto de evacuação, para apressar o transporte das baixas. Para não interferir com a rêde regular, já em funcionamento, os veículos são expedidos diretamente da muda básica; recolhem as baixas do posto avançado de carregamento e entregam-nas no posto de evacuação (PCA), onde são examinadas, tratadas si necessário, e evacuadas, pela rêde regular, para o posto de triagem. Os motoristas da rêde avançada devem ser trazidos para a retaguarda do posto de evacuação, onde descarregam as viaturas, voltando imediatamente para o posto avançado de carregamento. Nestas condições, os motoristas exer-

citando-se em rêdes separadas, habituam-se mais facilmente à situação e ficam mais senhores do terreno. (V. fig. 44).

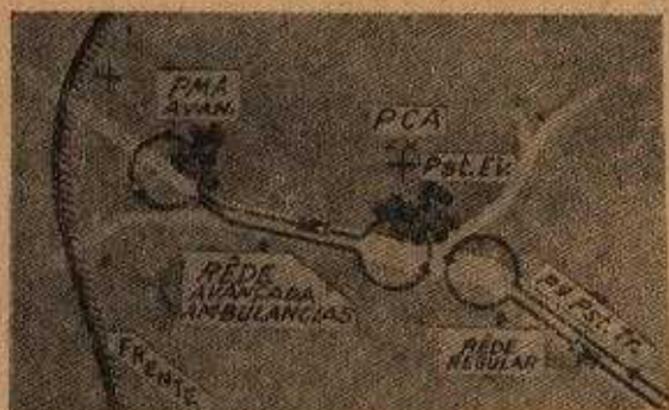


Fig. 44 — Rêde avançada de ambulâncias.

63. EQUIPAMENTO E TRANSPORTE (V. TOE 8-17).

a. A companhia de evacuação é equipada para exercer os encargos essenciais de evacuar as baixas dos postos de socorro das unidades, em padiolas; instalar o posto de evacuação; e transportar as baixas para o posto de triagem, em viaturas-ambulâncias.



Fig. 45 — Posto básico de ambulâncias (PBA).

b. O estado-maior da companhia dispõe de sua mesa de campanha, uma máquina de escrever, um caminhão de 1/4T, alguns caminhões leves e pesados, uma cozinha de campanha, um reboque-pipa de 950 litros e um tôlido para a cozinha.

c. *O pelotão de padioleiros* conta com um certo número de padiolas, alguns carrinhos porta-padiolas dobráveis, mantas e aparelhos de fratura. O pelotão não têm viaturas.

d. *O pelotão de socorro* é munido de barracões de esquadra, de canastras MD 1, 2, 4 e de plasma, estojo para tratamento de gasados, aparelhos de fratura, padiolas, mantas, peças de ataduras cirúrgicas e vários caminhões.

e. *O pelotão de ambulância* é usualmente provido de dez ambulâncias de 3/4T, um caminhão de 1/4T, padiolas, mantas e aparelhos de fratura.

64. INSTRUÇÃO. a. *Unidade*. A companhia, como um todo, é treinada no funcionamento coordenado dos seus pelotões, em todos os tipos de operações militares, tais como marchas, ataque, defesa, movimento retrógrado; em marchas e bivaques de companhia; em carregamento e descarregamento de caminhões, navios, com equipamento. A natureza e a finalidade geral da instrução e objetivos a cumprir são ditados pelo comandante do batalhão, na procura geral de instrução. O comandante da companhia detalha o programa, designa os instrutores, fiscaliza a execução e avalia os resultados, em constante observação e freqüentes inspeções.

b. *Pelotão de padioleiros*. Este elemento deve estar em ótimas condições físicas, afim de suportar os árduos encargos de transportar as baixas nos mais difíceis terrenos. Os padioleiros devem ser acostumados a lidar com as baixas e hábeis em transportá-las, na execução dos vários transportes manuais, na improvisação de padiolas e seus usos, no emprêgo do carrinho e na instalação dos postos de muda, no carregamento e descarregamento de ambulâncias e outros veículos improvisados para transporte de feridos (V. FM-8-35); devem ser perfeitamente adestrados em socorros de urgência; e capazes de discernir na escolha apropriada das precauções a tomar, antes de movimentar as baixas portadoras de determinados ferimentos.

c. *Pelotão de socorro*. Este pelotão deve estar habituado a escolher locais apropriados para instalar o posto de evacuação; e fazê-lo funcionar convenientemente, e encerrá-lo com a devida presteza; a desdobrá-lo, quando necessário, acionando-o eficazmente, mesmo com os recursos reduzidos decorrentes; a simulá-lo e disfarçá-lo; a carregar e descarregar ambulâncias; a empregar, empacotar, carregar e conservar o equipamento do posto.

d. *Pelotão de ambulância*. O treinamento deste pelotão deve consistir em regras de circulação e condução de veículos, individualmente ou em combóio, nas estradas ou através de campos, durante o dia ou à noite, com ou sem luz; em reparos emergentes de estradas e pontes; em retiradas das ambulâncias de obstáculos fortuitos; em carregamen-

o e descarga das viaturas; em disfarce e simulação, aproveitando o terreno para a proteção, em movimento ou em estacionamento; em socorros sanitários de urgência; em manutenção de motores de primeiro escalão; em aplicação da rede de ambulâncias.

65. ADMINISTRAÇÃO. Além da escrituração normal da companhia, tal como a parte diária, a relação da visita e a escala de serviço, outros registos sanitários devem ser feitos; deve ser registado, na ficha de evacuação, o tratamento dispensado no posto de evacuação; sendo já preparadas as fichas de evacuação para as baixas que não forem das portadoras. O posto deve dispôr de um arquivo, donde conste a graduação, o número e o nome da baixa; o diagnóstico do ferimento ou da doença e o destino dado ao caso; sendo o registo correspondente mantido pela companhia. Uma relação de baixas é remetida, a intervalos convenientes, ao estado-maior do batalhão, dela devem constar os mesmos dados do referido arquivo.

66. APROVISIONAMENTO. O estado-maior da companhia apresenta os pedidos de suprimentos em geral e de material sanitário ao oficial aprovisionador do batalhão (S-4), que compila pedido integral das necessidades do batalhão, remetendo-o à autoridade superior.



Fig. 47 — O posto de triagem da divisão.

SEÇÃO IV

COMPANHIA DE TRIAGEM

67. ORGANIZAÇÃO. (V. TOE 8-18 e fig. 46). Há companhia de triagem no batalhão de saúde. Ela consiste de estado-maior da companhia e de dois pelotões de triagem perfeitamente idênticos, cada um dos quais capaz de funcionar independentemente como um posto de triagem.

68. FUNÇÕES. a. *Generalidades*. A função da companhia de triagem é instalar um ou mais postos de triagem, para a assistência de todas as baixas ocorridas na divisão. Esta função primordial impõe o seguinte:

(1) O recebimento das baixas trazidas pelas ambulâncias da companhia de evacuação;

(2) a sua classificação, segundo a natureza e a gravidade do ferimento;

(3) a assistência adequada, de forma a salvaguardar vidas, minorar sofrimentos e evitar incapacidade definitiva;

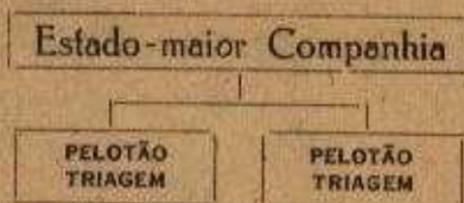
(4) o cuidado e o abrigo temporários, até que as condições locais permitam a conseqüente evacuação;

(5) o recambiamento dos feridos leves ao efetivo serviço das suas unidades;

(6) a escrituração dos registos médicos apropriados;

(7) a instalação de dispensário para o tratamento do pessoal do batalhão de saúde, quando a divisão não estiver empenhada em combate;

(8) o serviço interno do batalhão, em revésamento com as companhias de evacuação.



b. *Estado-maior da companhia*. (1) O estado-maior da companhia exerce as funções de comando, administração, rancho, aprovisionamento, manutenção de motores. Como determinada documentação sanitária é da competência privativa de oficiais médicos, si qualquer elemento constitutivo da unidade deles não dispuser, o comandante da companhia de triagem, ou um dos seus auxiliares, pode ser designado pelo comandante do batalhão para elaborá-la. Normalmente, há

companhia, além de um oficial de administração do corpo de saúde um primeiro sargento e um escrevente. O estado-maior do batalhão e o seu pelotão de comando não dispõem de rancho, sendo arranchados na companhia de triagem (V. § 56 b (1)). O sargento aprovisionador, o sargento de motores, o mecânico, o corneteiro, os motoristas, e os suplentes completam o pessoal do estado-maior da companhia.

(2) O estado-maior da companhia fixa o seu posto de comando no posto de triagem, quando cada pelotão instala um posto de triagem, o P.C. fica num deles, porém o restante do estado-maior, tal como o pessoal do rancho e do aprovisionamento, deve ser dividido entre eles.

c. *Pelotão de triagem.* Ordinariamente cada pelotão de triagem conta com quatro oficiais médicos, o mais antigo entre os quais é o comandante do pelotão; um oficial dentista, alguns sargentos e graduados e um grande número de técnicos, todos capacitados para a finalidade precípua do posto de triagem, cujos encargos são altamente técnicos, de natureza puramente profissional; sendo os administrativos de restrita extensão.



Fig. 48 — A escrituração no posto de triagem.

d. *Posto de triagem.* (1) *Posição.* O posto de triagem é o último elemento do serviço de saúde divisionário (segundo escalão). A sua localização consta do plano do serviço de saúde preparado pelo comandante do batalhão, aprovado pelo chefe do serviço de saúde e o G-4 do estado-maior da divisão; sendo a exata locação indicada pelo comandante da companhia de triagem, após o reconhecimento do terreno. O comandante da companhia, ou o do pelotão, indica o local de cada departamento do posto. Segundo a situação tática, a posição do posto deverá distar de 1.600 a 8.000 metros da linha de frente; deve ser instalado sobre a estrada ou o caminho (ou muito perto deles) que con-

duza do posto de evacuação aos hospitais de retaguarda; precisa contar com água em abundância; mas, embora preferível, a posição central do posto, à retaguarda da área da divisão, não é exigência tão importante que se não devam considerar outras imposições táticas, como, por exemplo, o franco acesso dos veículos de transporte de feridos.

(2) *Instalação.* O posto de triagem pode ser instalado em barracas ou em edifícios preexistentes escolhidos; sendo subdivididos em dependências para a administração e o tratamento das baixas. Habitualmente, um só posto é estabelecido inicialmente; sendo o segundo instalado quando e onde as circunstâncias do combate o exigirem. Si fôr necessário que um dos postos mude de posição, em razão de situação tática, o outro permanecerá funcionando até que o primeiro se instale no novo sítio. O número de barracas a armar depende da ocorrência das baixas; nenhuma única deve ser levantada, além do necessário. Via de regra, o abarracamento deve ser concentrado e exposto; marcando-se as tendas com a cruz de Genebra, para fácil identificação aérea. No sólo, ao lado, bem visível, grande cruz de neutralidade deve ser desenhada. A dispersão e o ocultamento dos grandes órgãos de saúde, como o posto de triagem, são impraticáveis e raramente necessários.

(3) *Secretaria do posto de triagem.* Aqui o escrevente completa todas as papelêtas de tratamento do posto de triagem, compilando uma relação de contrôle dos feridos e doentes, que é o único documento obrigatório que o posto deve manter. As papelêtas podem ser destruídas depois que esta relação fôr ultimada.

(4) *Dependência de recepção.* (a) As baixas ingressam nesta dependência, são examinadas e classificadas segundo os ferimentos. Logo que esta triagem fôr feita, os pacientes são encaminhados para a dependência adequada de tratamento; ou, si necessário, para local conveniente onde serão assistidos, enquanto aguardam o tratamento definitivo. Elas devem ser atendidas e operadas, conforme a gravidade do estado; e não pela ordem de chegada ao posto. Geralmente, o dentista é o encarregado do recebimento das baixas (V. fig. 49).

(b) À entrada, um escrevente preenche, em parte, à máquina de imprimir, a papeleta de tratamento, registrando o nome e o número do paciente. A parte inferior (A) da papeleta é destacada e remetida para a secretaria do posto; a superior (B) é atada a um botão do uniforme do ferido, com quem permanece até que tenha sido tratado e esteja pronto para a evacuação ou o retorno à unidade de origem.

(c) Completa-se aqui o registro da ficha de evacuação, anotando-se a unidade da baixa, o local onde foi instaurada a ficha e o destino do paciente; si este chegar sem a ficha, uma lhe deve ser feita.

(d) Na dependência de recepção deve haver disponibilidade de padiolas, mantas e aparelhos de fratura, para o cambiamento de ma-



Fig. 49 — Dependência de recepção do posto de triagem.

terial com as ambulâncias. O câmbio de material é fiscalizado pela dependência de intendência, si ela for bem localizada. O armamento e o equipamento dos pacientes são retirados e mandados para a dependência de intendência para o conveniente destino. Os valores pertencentes às baixas não lhes são tirados, mas tudo se deve fazer para salvaguardá-los.

(e) Durante o combate, as dependências de tratamento são quase sempre superlotadas, devendo-se prevêr espaço suficiente na de recepção, onde os pacientes possam aguardar remoção. Um homem deve ser designado para cuidá-los, mantendo-se em estreita ligação com as dependências de tratamento, informando-os do número de baixas e dos seus estados, além de dispensar a elas o preciso reconforto.

(f) Duas turmas de padioleiros são indispensáveis na dependência de recepção; uma para descarregar as ambulâncias e outra para removê-las da dependência.

(5) *Dependência de ferimentos graves.* (a) Nesta dependência há duas secções: uma de operados e outra de chocados, abrigadas em barracas de esquadra, juxta postas pelas extremidades. O melhor eurgião do pelotão de tratamento deve ser encarregado desta dependência.

(b) *Secção de operados.* Aquí deve ser executada qualquer intervenção de urgência. O equipamento cirúrgico disponível permite mesmo a mais delicada cirurgia; é preciso, entretanto, ter sempre em mente que o posto de triagem, sendo um órgão muito móvel, não deve devotar a determinados casos complicados em detrimento da urgência exigida pelos demais, em prejuízo dessa própria mobilidade. Qualquer processo cirúrgico empregado deve ser ditado pelo esta-



Fig. 50 — Seção de intervenções cirúrgicas, da dependência de ferimentos graves.

da vítima, pela quantidade de pacientes que aguardam socorro e a necessidade de rápida evacuação post-operatória.

(c) *SEÇÃO de chocados*. Os chocados são encaminhados imediatamente para esta seção, a menos que qualquer intervenção de urgência se imponha sem demora, como caso de estancamento de hemorragia,



Fig. 51 — Seção de chocados, da dependência de ferimentos graves.

por exemplo. Da mesma maneira, todos os operados em estado de choque, provenientes das outras dependências, devem permanecer aqui. O pessoal da seção precisa ser bem treinado e acostumado a lidar com chocados, reconhecendo prontamente os casos ocorrentes e prevendo

iminentes, para que cuidados preventivos possam ser instituídos com antecedência. Esta seção deve ser dirigida por técnico competente reconhecida idoneidade profissional.

(6) *Dependência de ferimentos leves.* Esta dependência é supervisionada por oficial médico, a quem compete examinar tôdas as baixas leves; podendo a maioria dos curativos ser feita por técnicos de primeira categoria. A finalidade desta dependência é evitar que as baixas graves de comule de feridos, cujo tratamento ligeiro venha a prejudicar a imediata intervenção cirúrgica dos casos urgentes. (V. fig. 52).



Fig. 52 — Dependência de ferimentos leves.

(7) *Dependência dentária.* O oficial dentista encarregado desta dependência é auxiliado por um técnico dentário. Como tal oficial é também o chefe da dependência de recepção, há vantagem de localizá-los juntos, na mesma barraca. As baixas portadoras de ferimentos de boca e maxila, particularmente fratura maxilar, poderão aí permanecer. (V. fig. 53).

(8) *Dependências de gasóleos.* Esta dependência só é instalada quando absolutamente necessário; e em barraca isolada, afastada suficientemente do resto do abarracamento do posto. Si as baixas se tornarem numerosas, êle será reforçado por turmas especializadas do serviço contra gases de combate.

(9) *Enfermarias.* Uma ou mais barracas devem ser armadas para acomodar os doentes e feridos, cujo estado não permita imediata evacuação.



Fig. 53 — Dependência dentária.

(10) *Dispensário*. Durante o combate, as baixas ocorridas em o pessoal do próprio posto de triagem são evacuadas do mesmo modo que as demais; nas outras situações táticas, entretanto, o posto insere um dispensário, para a assistência clínica rotineira d'ele.



Fig. 54 — Barraca de esquadra usada como enfermaria.

(11) *Laboratório*. A companhia de triagem dispõe de pequeno laboratório, para as análises comuns de sangue, urina, esfregaços usuais e diagnose das doenças venéreas.



Fig. 55 — O dispensário.

(12) *Dependência de intendência*. Cada pelotão de triagem conta com dependência para o armazenamento da própria carga e de equipamento deixado no posto pelas baixas durante a evacuação. O posto de triagem é o primeiro órgão de saúde onde o equipamento das baixas é retirado; sendo aí guardado até que a companhia de material-bélico o recolha. (V. fig. 56).

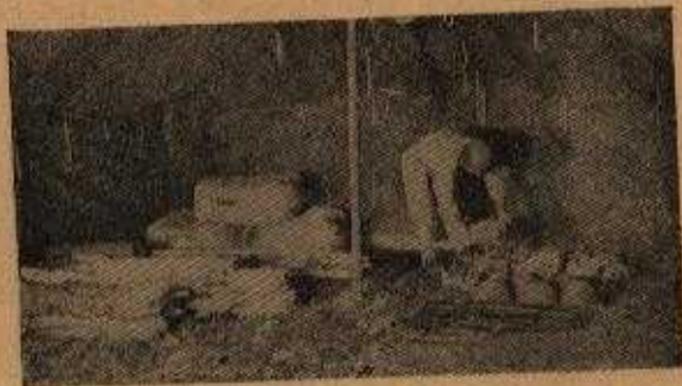


Fig. 56 — Dependência de intendência.

(13) *Seção de rancho*. A companhia de triagem instala rancho para a alimentação do seu pessoal e dos pacientes baixados. Quando os pelotões de triagem funcionam separados, cada qual dispõe de rancho próprio, pela bipartição desta seção. Os feridos que podem andar apanham por si o alimento; os impossibilitados de locomover-se, recebem-no onde estiverem internados. (V. fig. 57).



Fig. 57 — Seção de rancho.

(14) *Dependência de evacuação*. Depois de tratados e prontos para a evacuação, a ficha de evacuação e a papelêta do posto são convenientemente registadas; sendo o paciente encaminhado para a dependência de evacuação. É, então, a parte superior (B) da papelêta de tratamento retirada dele e enviada à secretaria do posto; onde, após a necessária conferência, se compila a relação de controle de feridos e doentes. A parte inferior (A) da papelêta, registada e destacada, já havia sido deixada ali, no momento do ingresso do doente no posto. O sargento encarregado desta dependência fiscaliza a assistência das baixas transitantes, o carregamento das ambulâncias, o câmbio de material-carga, o destino dos indivíduos que não devem ser evacuados, por terem perado, retornando-os para a dependência adequada ao seu estado. Uma ou duas turmas de padioleiros são indispensáveis para trazer os pacientes das dependências de tratamento e carregar as ambulâncias. Os feridos leves são reenviados às suas unidades em caminhões.



Fig. 58 — Dependência de evacuação.

(15) *Necrotério*. Os corpos dos mortos no posto de triagem devem ser depositos em local um tanto afastado das outras dependências, oculto das vistas. Si esta regra não fôr prontamente cumprida, mau efeito

al poderá causar sôbre o ânimo das outras baixas. No necrotério, corpos aguardam o funeral, segundo normas prescritas pelo quartel-general da divisão, de acôrdo com o serviço de intendência, de quem depende esse mister. Nestas circunstâncias, compete ao serviço de saúde assegurar que aos cadáveres sejam apenas as respectivas fichas de documentação completamente preenchidas. As simples praças de saúde não são permitidas registrar as fichas; nunca, porém, as dos vivos.

69. EQUIPAMENTO E TRANSPORTE (V. TOE 8-17). O posto de triagem dispõe de equipamento de expediente (mesa de campanha e máquina de escrever), para uso do estado-maior da companhia, de cozinhas de campanha e barracas para a instalação de dois pelotões (um para cada pelotão, quando os ranchos forem separados), certo número de veículos de carga e pipas-reboque e da quantidade suficiente de instrumental cirúrgico e equipamento. Cada pelotão de triagem conta com suprimento de barracas de esquadra (ou tendas de farmácia hospitalar), em que são instaladas as diversas dependências do posto de triagem, quando se não puder contar com abrigos preexistentes ou eles não forem adequados. Há cerca de 25 tarimbas articuladas e 100 padiolas por pelotão. As tarimbas são utilizadas para os feridos graves, que precisam ser internados no posto, com o fim de facilitar os processos terapêuticos empregados. Além das várias canastras de série normal, existem ainda outras com drogas, plasmas, suprimento cirúrgico, miscelânea e esterilizadores; onde está incluído grande quantidade de coleções de instrumentos cirúrgicos, autoclave, aventais, luvas, campos operatórios, lâmpadas e geradores de campanha, aparelhos de oxigenoterapia, coleções de afastadores, facas e serras de



Fig. 59 — As ambulâncias do exército evacuando as baixas do posto de triagem.

amputação, pinças de pressão variadas, curativos, aparelhos de fraturas, bacias, baldes e mantas. Há também alguns aparelhos de laboratório, inclusive microscópio, fogareiro, centrifugador e outros artigos de uso corrente nas análises de sangue e urina e para diagnóstico das doenças venéreas. Tudo é transportado em vários caminhões leves e pesados da companhia.

70. INSTRUÇÃO. a. *Companhia*. (V. § 8). A natureza e a finalidade gerais da instrução e os objetivos a colimar são prescritos pelo comandante do batalhão no seu programa de instrução. O treinamento deve ser executado em todos os tipos de operações táticas, sob condições variáveis de tempo e terreno.

b. *Estado-maior da companhia*. O pessoal do estado-maior deve ser adestrado em assuntos de administração, aprovisionamento, manutenção de motores e funcionamento de rancho.

c. *Pelotão de triagem*. Cada pelotão de triagem deve estar em condições de instalar e acionar com perícia um posto de triagem, quer em abrigo pre-existente, quer em abarracamento. O pessoal deve ficar habilitado em armar barracas no menor tempo possível; e os especialistas em descarregar, desemalar e instalar o posto com todo o equipamento, rapidamente e sem confusão. O pronto encerramento do posto também é conveniente e importante; e o pessoal deve estar apto em reunir, emalar e carregar o equipamento com destreza, desemando quase automaticamente as barracas; ser capaz de reconhecer e prontamente atender os casos de choque e hemorragia e pensar em ferimentos de urgência. Os técnicos cirúrgicos devem estar em condições de ajudar à mesa de operações; os enfermeiros, de administrar medicamentos, drogas e produtos biológicos, a prestar os cuidados de enfermagem habituais.

71. ADMINISTRAÇÃO. Além da administração rotineira, a companhia é responsável por certos registos médicos. A ficha de evacuação de cada baixa deve ser aí escriturada; ninguém podendo deixar o posto sem ela. As papelêtas de tratamento do posto de triagem são conferidas na secretaria do posto, sendo com elas elaborada a "relação de controle de feridos e doentes", mantida no Arquivo do Posto, conservado pela companhia, e com cujos dados se preparam os mapas nosológicos, enviados periodicamente ao estado-maior do batalhão; e "relação de feridos e doentes", remetida mensalmente.

72. APROVISIONAMENTO. Os pedidos de suprimentos são apresentados ao oficial aprovisionador do batalhão, que os fornece, que, com os outros pedidos das sub-unidades, compile pedido geral encaminhando-o ao órgão de aprovisionamento competente.

(*Continúa*)

Banco do Brasil S.A

1808 — 1946

SEDE — RUA 1.º DE MARÇO, 66 — RIO DE JANEIRO (D.F.)

Taxas de depósitos

<i>Depósitos sem limite</i>	2 %
<i>Depósitos populares</i> (limite Cr\$ 10.000,00)	4 %
<i>Depósitos limitados</i> (limite Cr\$ 50.000,00)	3 %
<i>Depósitos a prazo fixo:</i>	
Por 6 meses	4 %
Por 12 "	5 %
<i>Com retirada mensal de juros:</i>	
Por 6 meses	3 ½ %
Por 12 "	4 ½ %
<i>Depósitos de aviso prévio:</i>	
30 dias	3 ½ %
60 "	4 %
90 "	4 ½ %
<i>Letras a prêmio (selo proporcional)</i>	
Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.	

O Banco faz todas as operações do seu ramo — descontos, e empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc. e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, à Rua 1.º de Março, n.º 66, mais as seguintes:

Bandeira, Rua do Matoso, n.º 12 — *Campo Grande*, Rua Camargo, n.º 100 — *Glória*, Praça Duque de Caxias, n.º 23 — *Madureira*, Rua Carvalho de Souza, n.º 299 — *Méier*, Av. Amaro Cavalcanti, n.º 95 — *Ramos*, Rua Leopoldina Rego, n.º 78 — *São Paulo*, Rua do Livramento, n.º 63 — *Tiradentes*, Rua Visconde do Rio Branco, n.º 52.

Quarteis, Escolas de Civismo»

MJ. NELSON R. CARVALHO

O Exército vem sendo, entre nós como alhures, a espinha dorsal da nacionalidade. Ele têm uma nítida função de brasilidade, educacional e cívica.

Mas, força é confessá-lo, esta ação vem sendo, por assim dizer, atalítica mais que propriamente organizada em bases atuais. Basta dizer que os nossos programas de Educação Moral consignam apenas 10 minutos semanais a tão relevante assunto. E o recruta sai do quartel, em verdade, com um sentimento vago de poder federal, ouviu falar em poder judiciário, câmaras, constituição, eleições presidenciais, mas não assimilou muito do que ouviu. Aprendeu bem, isto sim, o hino nacional, o respeito à bandeira, desenvolveu o amor da pátria, e já é alguma cousa...

Muito mais, porém, podia ter aprendido e assimilado, outra fôsse a orientação e a montapem de seu aprendizado. Os americanos, considerando que a educação é base de uma nacionalidade livre, esclarecida e forte e levando em conta os ensinamentos da guerra passada, montaram um organismo poderoso e eficiente de informação e educação, a I and E Section, dependente diretamente da G.1 do Q.G. MTOUSA. E através de uma imprensa (Star and Straps e Yank) e duma rede de broadcasting, as informações e preleções, de guerra sobretudo; os problemas individuais (o individuo é sempre acatado); a música aducativa etc. chegavam até ao homem onde quer êle estivesse, pontual e infalivelmente. Mapas de guerra, largamente difundidos, por outro lado, facilitavam e interessavam o soldado a saber o que ia pelos fronts. E, mais ainda, por meio de palestras semanais organizadas (os cmts. de pels. recebiam publicações com tests e questionários a serem discutidos) ventilavam questões como essas: Porque nós americanos fazemos a guerra? Que é o Mein Kampf? Que farão os EE. UU. depois da guerra? Como devemos tratar os Italianos? Que farão os nossos soldados quando retornarem à vida civil? Figuras e cartazes de toda ordem, ilustram problemas menores, como o significado e o uso das condecorações etc. E paralelamente, organizavam programas de melhoramentos profissionais, aconselhando com cartazes convidativos, o homem a dedicar seu tempo vago ao estudo (e fa-

ilitando-o: bibliotecas ambulantes, cursos diréto e pór correspondência). Por fim, as visitas coletivas dirigidas aos museus e obras d'arte, excursões a paizes visinhos etc.

E tudo isto com aquelle superior critério que o americano põe em tôdas as cousas, perfeitamente organizado, nada deixando à improvisação. Basta lembrar que o "Star and Stripes" era distribuido, mesmo durante a guerra, de avião, diariamente... Um cunho de interesse pelos resultados, era a nota viva da organização: só o "placard" interessa, responsabilizados os culpados dos maus êxitos...

Estas cousas foram vistas nos dois mêses que passou o autor destas linhas em contato com I. and E. section. E ficou êle a pensar o quanto seria proveitoso para as nossas escolas de civismo, um trabalho bem objetivado, ao menos parecido com êsse. Caro é, sem dúvida; material, recursos, montagem, Officials aptos, exige também. Mas, que resultados! Com um Oficial Regimental de Educação e Instrução, um pequeno Serviço Especial em cada Corpo de Tropa; com diretrizes e publicações regionais; com o aproveitamento de imprensa regionais; a utilização da rede de transmissões do Exército, tudo sob a orientação objetiva de um órgão especial do E. M. E., certo se poderia tentar uma experiência. Temos a impressão que, então, verdadeiramente e na extensão do conceito, nossos quartéis seriam, de fato, vigorosas Escolas de Civismo!

GEOGRAFIA

Pelo Maj. ANTÔNIO DE BRITO JUNIOR

A INTERDEPENDENCIA DOS PÓVOS AMERICANOS

— Rápido e extraordinário têm sido o desenvolvimento das Américas.

Antes da independência, a política das metrópoles se esforçava em manter imensos territórios em estado de torpor. Poucos traficantes procuravam madeiras, exploravam minerais, especialmente ouro, por processos rudimentares, ou despojavam os índios. Durante todo este período nenhuma iniciativa industrial, ou mesmo agrícola que proporcionasse aos países tutelados certas vantagens. O comércio estava convertido no mais escandaloso monopólio: para a Hespanha, como Portugal e Inglaterra, os 3 senhores da América, eram suas colônias governadas como possessões, em exclusivo benefício das metrópoles. Os núcleos populacionais esparsos e sem ligação, só sentiam a atuação das metrópoles pelo fisco, ou abuso dos governantes. Libertos, quasi simultânea e conjuntamente, de sua atrofiante tutela, em menos de 50 anos realizaram os países americanos tais progressos que a América se tornou o campo das competições e concorrências internacionais. Desde 1824 até uma época relativamente recente, têm havido uma série de pequenos conflitos, insurreições, "pronunciamentos", ou períodos tumultuosos na vida interna dos países americanos que muito prejudicaram ao admirável surto de progresso econômico, tão dependente da estabilidade política. Para orgulho nosso, o Brasil e os Estados-Unidos fazem exceção a esta regra, porquanto não podemos fazer paralelo de nossas revoluções com o caudilhismo que campeou nos demais países latino-americanos.

Apezar destes movimentos, é notável a evolução do progresso econômico e cultural, o desenvolvimento da população e são tão amplas e favoráveis as perspectivas que não faltam as disputas de velhos países para obterem concessões de construções de pontes, estradas, empréstimos, bancos etc.

Dentre várias obras realizadas, ressalta pelo seu grande valor na aproximação dos países americanos: a do canal Panamá. Ontem só se falava em Estados Unidos, Brasil e Argentina, enquanto hoje o

Chile, Perú, Colombia e indiretamente Bolivia, se entrosam no certo americano com beneficios do tráfico vivificador do Panamá. Sòmente a observação atenta de diagramas das trocas internacionais e das produções dos diversos paizes americanos, permite convencer-nos da fôrça e da rapidez de expansão dêstes paizes.

Fato interessante e que deve ser fixado é a grande aproximação cultural e econômica que ultimamente vem realizando os paizes americanos, ao passo que se afastam dos paizes dos demais continentes tão profundamente agitados em seus alicerces pelas 2 últimas guerras. — Intensificado, como é de se desejar, o intercâmbio cultural e estabelecidas comunicações entre os centros vitais americanos, proporcionarão os países a melhor se conhecer, estreitarão laços de amizade e despertarão recíprocos interesses econômicos.

— Há entre as Americas sensível unidade estrutural.

Nenhum outro continente, nem o Africano, nem a Eurásia, possui a homogeneidade geológica do Novo-Mundo, pelo menos em suas feições maiores. Com uma extensão de perto de 42 milhões de km², quasi igual a da Asia, ou 4 vezes maior que a Europa; se estendendo do Ártico ao Antártico; — Com uma notável gama de altitudes, prevalecendo uma média de 600 ou 700 ms. para as America S. ou N.; — com uma admirável rede fluvial que convenientemente trabalhada ligada constituirá um poderoso eio dos países; — com as mais extensas planícies do mundo (43% da Am. S.); — oferecem as Americas quasi todas as produções do mundo, podendo mesmo serem considerados auto-suficientes. Verifica-se na América um pequeno fato geográfico que tem, entretanto, profundas repercussões: — As Americas não são cortadas em duas partes iguais pela linha-equatorial. Esta passa pela parte mais larga da América do Sul, próxima e ligeiramente paralela ao grande curso do Amazonas, fornecendo com isto maior contraste físico-econômico do mundo. — O contraste térmico determina duas ordens de contrastes: **vegetal** e **econômico**. O primeiro definindo a diferença das paisagens: selvas, llanos, catingas, pampas ou florestas, e o segundo caracterizando a economia das regiões.

A America em seu conjunto pode ser considerada como auto-suficiente, mas cada um país de per-si apresenta características de produções diferentes que reclamam intercâmbios, porquanto nenhum país tudo pode produzir, nem dar escoadouro no mercado interno sua maior produção. Quando as riquezas não entram em conflito por concorrência, constituem elementos formadores de interesses recíprocos e diretrizes espontâneas para uma política de aproximação.

Por esta razão devem ser estudados e explorados os contrastes e bases da política de coordenação. A grosso modo vemos que na Améri-

Sul predomina o clima tropical o que explica a preponderância das culturas coloniais: — No campo de riquezas minerais são admiráveis e múltiplos os recursos da cordilheira andina; prata, ouro, rubi, esmeraldas, estanho, cobre, nitratos, iodo etc.

Na América do Norte, em consequência do clima, predominam as culturas européias. Puderam os norte-americanos, graças ao seu admirável parque industrial e modelar organização, firmar uma hegemonia comercial que dificilmente será superada. Não existe monopólio do mercado sul-americano, quer por parte dos E.E.U.U., quer por qualquer outra potência no comércio de importação ou exportação. — Apesar da multiplicidade de recursos e riquezas naturais, diferem estes países grandemente pela sua situação monoprodutora e monoexportadora: Argentina—trigo; — Uruguai—carnes; — Brasil—café; — Chile—nitrato; — Bolívia—estanho; — Venezuela—petróleo; etc.

O Brasil, ocupando praticamente a metade da superfície sul-americana, apresenta uma situação privilegiada em posição e em recursos. Começa a se libertar da monocultura, já apresenta um respeitável e promissor parque industrial capaz de, em futuro próximo, transformar nossas inúmeras matérias primas e galgar um lugar de destaque no tablado americano. Nossos inexauríveis recursos de ferro impõem ao Brasil como uma fatalidade geológica, sua posição como potência industrial.

Como americanos, precisamos apenas: — reconhecer os contrastes; — explorar os recursos regionais, abundantes, e múltiplos; — orientar a política no sentido de maior aproximação cultural e econômica; — rasgar e criar comunicações — poderá assim a América consolidar a independência política de seus países e estreitar os laços de união e de amizade, criando a interdependência, ou coordenação econômica-política das diversas regiões. Sendo a geografia a base da história, deveremos ter ao lado da unidade física a unidade espiritual.

O Pan-Americanismo diz:

"depois da independência salvadora, a interdependência garantidora, pois só na segunda poderá sobreviver a primeira".

— Latinos e saxônios-americanos, respirando as mesmas idéias e marchando de mãos dadas, poderão em futuro próximo, ver realizadas as aspirações comuns, tão bem traduzidas na frase de GARCIA CALDERON:

— A AMÉRICA SUBSTITUIRÁ A EUROPA EM CULTURA E CIVILIZAÇÃO. —

Dicionário Militar Brasileiro

Pelo Capitão OTÁVIO ALVES VELHO

(CONTINUAÇÃO)

PARTE — Documento em que um comando subordinado relata ao escalão superior um fato, no próprio momento em que êle se desenrola, ou dá conhecimento de uma situação em determinada ocasião, durante a operação.

PARTE ESPECIAL — É a enviada ao Comando quando o relato de um feito importante justifica sua transmissão, fora do horário determinado por aquele.

PARTE PERÍODICA — É a remetida ao Comando dentro de um horário previamente fixado por êste.

PASSADEIRA — É uma ponte de largura e resistência reduzida.

Pode ser : — simples ou dupla; -
— de equipagem ou de circunstância.

PASSADEIRA de CIRCUNSTÂNCIA — É uma passadeira improvisada, cujo tipo variará com os recursos locais e a proximidade do inimigo.

Pode ser : — sem suportes intermediários;
— sobre suportes fixos;
— sobre suportes flutuantes.

PASSADEIRA DUPLA — É a que tem uma largura de taboleiro de cerca de 2 metros e uma resistência que permite a passagem da Infantaria em coluna por 2, das viaturas de 2 rodas desatreladas, e dos cavalos isolados.

PASSADEIRA de EQUIPAGEM — É a que é conduzida por uma tropa e pertence à sua dotação orgânica, tendo super-

tes flutuantes. Pode ser de vários tipos: pontões, sacos Herberto, flutuadores de Kapok, botes pneumáticos, etc.

PASSADEIRA SIMPLES — É a que tem uma largura de taboleiro e uma resistência reduzidas ao mínimo suscetível de permitir a passagem da Infantaria em coluna por um rio.

PASSADEIRA de SUPORTES FIXOS — É aquela cujos suportes se cravam ou se apoiam no leito do curso d'água. Só convém nos rios pouco profundos e de pouca correnteza.

PASSADEIRA de SUPORTES FLUTUANTES — É aquela cujos suportes flutuam na água (barris, barcos, madeira, flutuadores metálicos ou de borracha, esteira de bambu com vigas flutuantes de pinho sêco ou timbauva, sacos impermeabilizados cheios de palha, botes pneumáticos, latas, etc.). Pode ser lançada sem ruído e rapidamente, não exigindo destacamento de cobertura na margem inimiga.

PASSADEIRA sem SUPORTES INTERMEDIÁRIOS — É uma passarela improvisada empregada na transposição de pequenas brechas, e cujo pêso e dificuldades de lançamento aumentam com o vão.

O tipo mais simples é o que se pode construir com árvores derrubadas de uma sôbre a outra margem do arrôio.

PASSAGEM de ESCALÃO — V. *Passagem de linha*.

PASSAGEM de LINHA — Operação efetuada por uma tropa de segundo escalão ou de reserva com o fim de passar à frente de uma fôrça que guarnece determinada linha do terreno. Ela pode ser resolvida com antecedência ou tornar-se necessária, no decurso do combate, em virtude do esgotamento dos elementos de primeira linha.

PATRULHA — Pequeno elemento enviado por uma tropa, a distância relativamente curta, com o fim de colher informações; opera com ela em constante ligação.

PAVIMENTO — Revestimento do leito de uma estrada de rodagem, caminho ou pista.

PEÇA — 1 — Designação genérica dada a uma parte de um mecanismo qualquer.

— Designação dada a um canhão e ao conjunto de homens (serventes e condutores ou motoristas), animais e viaturas destinados ao seu serviço e transporte e ao transporte da respectiva munição, sob as ordens de um comandante de peça. É a menor fração organizada na Artilharia e a menor escola de instrução.

ENA VALETA — Valeta utilizada na construção de linhas telefônicas, enterradas com profundidade da ordem de 30 cm.

EIROS — Constituem a mão de obra comum a todas as unidades e serviços. Suas unidades são formadas por reservistas de classes antigas e na maior parte oriundos da Infantaria. Sua capacidade técnica é comparável à desta arma, desenvolvendo-se rapidamente no decorrer da campanha.

A — Via capaz de assegurar a passagem de homens a pé e a cavalo, de animais e de viaturas hipomóveis leves.

NO — I — Documento, projeto, memória, sobre qualquer assunto: organização, operações, campanhas, movimentos, batalhas, transportes, etc.

NO de ATAQUE — Conjunto de medidas estudadas com o fim de servirem de base a uma ação ofensiva. As medidas de execução decorrentes são expressas em *ordens*.

NO de COBERTURA — Plano que fixa a composição a localização, a repartição, as missões e as modalidades de ação da tropa de *cobertura*.

NO de CONCENTRAÇÃO — I — Conjunto de disposições tomadas para a reunião de forças na *base de concentração*.

2 — Documento que define e determina, no espaço, o dispositivo geral a realizar, consistindo este numa repartição das forças que é função da atitude estratégica inicial definida no *Plano de Manobra*.

ANO de DEFESA — Conjunto de medidas previstas para assegurar, com determinados meios, a manutenção da pos-

se de certa zona do terreno. E' completado, muitas vezes por um *Plano de Refôrço*.

PLANO de GUERRA — Documento da responsabilidade do Governo, que fixa os fins a atingir por meio da guerra, levando em conta a situação, as possibilidades e os interesses de toda a natureza do país.

Consta essencialmente de duas partes: — a *Conduta geral da guerra* e o *Plano de Operações*.

PLANO de INFORMAÇÕES — *No escalão Comando em Chefe* — Compreende duas partes distintas: a primeira, constitui um extrato relativo às operações previstas no arquivado das informações militares de toda a natureza, colhidas em tempo de paz, sôbre o inimigo; a segunda, que é o Plano propriamente dito, indica as informações cuja exatidão torna-se conveniente examinar, assim como as que devem ser reduzidas, precisadas, completadas ou procuradas no quadro da manobra prevista, para permitir ao General proseguir na sua execução.

PLANO de MANOBRA — 1 — Documento fundamental do *Plano de Operações*, que resulta do estudo das manobras possíveis. Na sua elaboração o Comandante em Chefe fixa, desde logo a atitude estratégica inicial, escolhendo-a entre a ofensiva, a defensiva e a expectativa, ou estabelecendo as combinações convenientes dessas formas, seja no tempo, seja no espaço. Define, em seguida, os objetivos atribuídos às primeiras operações, ou as manobras projetadas, e bem assim o papel dos diversos grupamentos de forças na execução dessa ou dessas manobras.

2 — Documento pessoal em que o Comandante da Grande Unidade define a sua *Idéia de Manobra* e as características principais de sua execução. Pode ser, conforme a natureza, de ataque, de defesa, etc. Dele decorrem as *Instruções* e as *Ordens* por meio das quais o Chefe comunica sua *Decisão* aos escalões subordinados.

PLANO de REFÔRÇO — Documento no qual o comando prevê as alterações que deverão sofrer as prescrições do *Plano*

de Defesa, no caso de serem postos novos meios à sua disposição.

PLANO de TRANSPORTE de CONCENTRAÇÃO — Conjunto de medidas previstas para assegurar os transportes de unidades até a *base de concentração*.

POMBO-CORREIO — Pombo especialmente adestrado para a transmissão de pequenos documentos. Empregado na ligação da frente para a retaguarda pela Grande Unidade. Seguro e rápido, este meio de transmissão só assegura uma ligação unilateral, exigindo ligações adicionais pelo emprego de outros meios. É particularmente utilizado para a ligação com agentes especiais, reconhecimentos, destacamentos de descoberta, paraquedistas, etc.

Seu adestramento, manutenção e utilização ficam a cargo de unidades colômbófilas do Serviço de Transmissões, ou apenas de soldados colômbófilos isolados.

PONTE de BALSAS — É uma ponte de circunstância construída com balsas formadas pela reunião de troncos de árvores ou de barris.

PONTE de BARCOS do COMÉRCIO — É uma ponte de circunstância construída com barcos comerciais e material de taboleiro requisitados tão perto quanto possível do local da passagem.

PONTE de CAVALETES — É uma ponte de circunstância de suportes fixos constituídos por cavaletes, compreendendo três tipos: — de cavaletes leves;
— de cavaletes pesados;
— de cavaletes de 9 T.

PONTE de CAVALETES LEVES — É a que dá passagem a veículos até 4 toneladas.

PONTE de CAVALETES de 9 T — É a que dá passagem a veículos até 9 toneladas.

PONTE de CAVALETES PESADOS — Classifica-se em n.º 1, n.º 2, n.º 3 e n.º 4, conforme deixe passar viaturas de 12, 16, 44 T e de qualquer peso.

PONTE de CIRCUNSTÂNCIA — É a construída com material de fortuna conseguido na região onde se opera, apresentando as vantagens de rapidez de construção, economia e menor vulnerabilidade.

Pode ser dos seguintes tipos :

- sobre transportes flutuantes {
 - de barcos do comércio
 - de balsas
- sobre suportes fixos {
 - de balsas
 - de cavaletes
- sem suportes intermediários

PONTE de COMBATE — V. *Ponte tática*.

PONTE de CONVERSÃO — É a ponte de equipagem armada em uma das margens e depois lançada por meio de rebatimento até a outra margem. Não pode ser extensa, nem tampouco ser construída em rios correntosos.

PONTE DESMONTÁVEL — É uma ponte sem suportes intermediários, geralmente constituída de estruturas de ferro ou duralumínio que se ajustam, permitindo a montagem e desmontagem.

PONTE de EQUIPAGEM — É toda ponte que pertence organicamente à dotação da tropa e deve satisfazer os requisitos seguintes :

- adaptar-se a todos os cursos d'água, quaisquer que sejam o seu regime e a natureza do seu leito;
- permitir, pela modificação de seu arranjo, a passagem de uma variedade de cargas rolantes;
- ser suscetível de fracionar-se;
- ter bastante mobilidade estratégica para seguir os movimentos variados de um Exército e bastante mobilidade tática para ser empregada na zona de combate;
- fornecer elementos de transporte, de uma a outra margem fluvial, a diversas cargas militares;
- ser de construção rápida e fácil.

Consoante a natureza dos suportes empregados as pontes de equipagem podem ser construídas :

- por pontões sucessivos;
- por portadas;
- por pontões sucessivos e portadas (combinação dos dois processos anteriores).

PONTE de ESTACAS — É uma ponte de circunstância de suportes fixos constituídos por estacas.

- Pode ser :
- de estacas leves;
 - de estacas de 9 T;
 - de estacas pesadas.

PONTE de ESTACAS LEVES — É a que dá passagem a veículos até 4 toneladas.

PONTE de ESTACAS de 9 T — É a que dá passagem a veículos até 9 toneladas.

PONTE de ESTACAS PESADAS — Pode ser n.º 1, n.º 2, n.º 3 e n.º 4, conforme dê passagem a viaturas de 12, 16, 44 T e de qualquer pêso.

PONTE ESTRATÉGICA — É toda ponte de caráter semi-permanente construída à retaguarda, na zona dos Exércitos, para servir à circulação intensa de comboios pesados.

PONTE de EXPLORAÇÃO — V. *Ponte estratégica*.

PONTE LEVE — É a que permite a passagem de cargas até 2, 5 toneladas (inclusive).

PONTE MILITAR — É toda obra d'arte destinada à transposição de brechas ou cursos d'água de certo vulto, construída e utilizada por forças militares ou com fins militares.

Pode ser :

- *tática ou de combate e estratégica ou de exploração;*
- *de equipagem, de circunstância e desmontável;*
- *leve, normal, reforçada e pesada.*

PONTE NORMAL — É a ponte capaz de normalmente dar passagem a cargas até 3, 5 toneladas (inclusive).

PONTE PESADA — É a que permite a passagem de cargas superiores a 8, 600 toneladas.

PONTE de PONTÕES SUCESSIVOS — E' a ponte de equipagem construída levando-se os pontões uns após outros à testa da obra. Processo particularmente utilizado nas pontes de pequena extensão, lançadas sôbre arroios não utilizados para navegação, nem suscetíveis de desgarrar os corpos flutuantes.

PONTE de PORTADAS — E' a ponte de equipagem construída por meio de portadas que são construídas com antecedência, levadas e justapostas sucessivamente. Processo recomendado para as pontes de grande extensão, oferecendo as vantagens de rapidez na construção e no lançamento, facilidade de desarticulação para recolhimento ou deslocamento da ponte e maior abrigo contra as vistas do inimigo durante a construção.

PONTE de PONTÕES SUCESSIVOS e PORTADAS — E' a ponte de equipagem construída pela combinação dos processos de pontões sucessivos e de portadas. E' utilizado êste processo quando as dificuldades de material não são grandes, ou quando é necessário dispor de uma parte móvel para dar passagem à navegação ou para escoamento de corpos flutuantes perigosos.

PONTE REFORÇADA — E' a que dá passagem a cargas até 8,600 toneladas, distribuídas sôbre os dois eixos das viaturas.

PONTE sôbre SUPORTES FIXOS — E' uma ponte de circunstância cujos suportes se apoiam ou se cravam no leito do rio.

Êsses suportes podem ser *estacas* ou *cavaletes*.

PONTE sôbre SUPORTES FLUTUANTES — E' a ponte de circunstância cujos suportes flutuam sôbre as águas do rio, podendo ser *botes* ou *balsas*.

PONTE sem SUPORTES INTERMEDIÁRIOS — E' uma ponte de circunstância lançada sôbre brechas ou arroios de largura reduzida. Pode ser de madeira, de cordame ou metálica, variando o vão de 20 a 50 metros.

- PONTE TÁTICA** — É toda ponte construída para servir particularmente às tropas na zona da frente.
- PONTILHÃO** — Pequena ponte destinada à transposição de brechas ou cursos d'água de largura inferior a 15 metros.
- PONTO de APÓIO** — Na defensiva nuclear, assim se denomina a organização guarnecida seja por um Pelotão, seja até por uma Companhia (ou Esquadrão).
- PONTO de PRIMEIRO DESTINO** — V. — *Posição de espera.*
- POSIÇÃO** — 1 — Todo terreno, organizado ou não, ocupado por uma tropa encarregada de o defender. 2 — Assim também se denomina um terreno ainda não ocupado, mas de ocupação e defesa previstas.
- POSIÇÃO de BATERIA** — Zona do terreno em que se desdobra uma Bateria de Artilharia para a execução do tiro.
- POSIÇÃO de BATERIA SUPLEMENTAR** — V. *Posição de tiro suplementar.*
- POSIÇÃO de BATERIA de TROCA** — V. *Posição de tiro de troca.*
- POSIÇÃO de ESPERA** — 1.^a Zona ou ponto do terreno onde um elemento de tropa ou unidade deve aguardar o recebimento de novas ordens. 2 — Ponto de primeiro destino.
- POSIÇÃO de FLANCO** — Aquela que obriga o inimigo a realizar o ataque segundo uma direção que o desvia da principal. Para isso, é necessário que ela não seja suscetível de desdobramento ou de, por sua vez, ser atacada pelo flanco.
- POSIÇÃO INTERMEDIÁRIA** — Uma posição ocupada pelo Grosso, durante a Manobra em retirada, entre a posição de resistência inicial e a posição de resistência final.
- POSIÇÃO ORGANIZADA** — É aquela cujos trabalhos de organização do terreno puderam ser empreendidos com vagar e metódicamente executados.
- POSIÇÃO de POSTOS AVANÇADOS** — É a posição colocada à frente da *Posição de Resistência*, e guarnecida pela *Tropa de segurança*, de guarda ou de postos avançados.

POSIÇÃO de RESISTÊNCIA — É a faixa do terreno em que se instala o grosso da tropa encarregada da defesa de uma certa frente. Compreende, normalmente, uma *linha principal de resistência*, uma *linha de apôio* e uma *linha de deter*. É a posição cuja posse deve ser mantida a todo custo.

POSIÇÃO de RETAGUARDA — É a posição onde se instala a tropa da Retaguarda para cobrir a manobra em retirada do grosso.

POSIÇÃO de TIRO — Local de onde uma arma ou uma unidade executa suas missões de tiro. Pode ser *principal*, de *troca* ou *suplementar*.

POSIÇÃO de TIRO SUPLEMENTAR — É uma posição que às vezes é preparada para a execução de certas missões de tiro eventuais ou secundárias.

POSIÇÃO de TIRO de TROCA — Aquela para onde a arma ou unidade pode deslocar-se caso a posição principal seja assinalada ou batida pelo inimigo. Deve sempre ser preparada com antecedência.

PROFUNDIDADE — Espaço compreendido entre a testa do primeiro e a cauda do último elemento de qualquer formação.

QUARTEIRÃO — Zona de terreno ocupada por um Batalhão ou Ala, na defesa de uma frente estabilizada.

QUARTEL-GENERAL — 1) É o conjunto dos órgãos que, em toda G U, trabalham diretamente junto ao Comando.

De um modo geral compreende :

- Estado-Maior;
- Comandantes de Arma;
- Chefes de Serviço;
- Tropa do Quartel-General.

2) Local ou edifício em que se instalam os órgãos citados.

QUINCÔNCIO — Dispositivo em que as unidades são colocadas em dois ou mais escalões e fracionadas com intervalos, de modo que as frações de cada escalão fiquem correspondendo aos intervalos do escalão precedente.

RECONHECIMENTO

1) Serviço executado por pequeno elemento de tropa que precede uma unidade a fim de tomar as providências destinadas a evitar movimentos e esperas inúteis, ou a preparar a sua entrada em ação.

Comportá, normalmente, o reconhecimento de *itinerários e de locais* (de estacionamento, de Postos de Comando, de observatórios, de Postos de Refúgio, de posições para as armas, etc.).

2) A tropa encarregada dos serviços citados acima.

3) Pequenos elementos, geralmente de cavalaria, enviados numa direção ou setor dado, a fim de procurar o inimigo, manter com êle o contacto e informar ao comando de todos os seus movimentos.

ECUO — É a marcha de uma tropa que desferrou de uma posição em contacto com o inimigo e, depois de reagrupada, dirige-se para novas posições (de defesa, de destino, de estacionamento, etc.) à retaguarda.

REPARTIR OS MEIOS — 1 — Ação do chefe atribuir a cada esforço a realizar para o cumprimento da missão, os elementos que o devem realizar, respeitando os laços orgânicos das unidades, organizando o comando dos diversos grupamentos e fixando as posições relativas destes.

2 — Ação de *estabelecer o dispositivo*. É a tradução concreta da *idéia de manobra* do chefe.

REPARTIR AS MISSÕES — Ação do chefe distribuir às diversas unidades ou grupamentos as missões particulares que lhes cabem na realização de missão de conjunto.

RESERVAS — 1 — Unidades que ainda não receberam missão de combate e que ficam à disposição do Comandante da unidade considerada ou de uma unidade superior.

2 — Fração mantida inicialmente à disposição do Comando para intervir na ação futura.

3 — Tropas que servem para reforçar as unidades fatigadas ou que sofreram muitas baixas, para substituir as que perderam sua capacidade combativa ou que atingiram

o limite de permanência em linha estabelecido pelo Comando, para tapar uma brecha aberta pelo inimigo no dispositivo, para explorar o êxito ou para contra-atacar o inimigo que haja tomado pé na posição.

RESERVAS GERAIS — 1) Tropa mantida à disposição do Comando, estacionada à retaguarda da *posição de resistência*, e que pode ser empregada, quer para repelir o inimigo de certas partes dessa posição em que tenha tomado pé, quer para guarnecer uma *posição de barragem* atrás daquela posição.

2) Tropas que ficam à disposição do Comando em chefe, compreendendo:

- Divisões, em número variável conforme as circunstâncias;
- unidades das diversas Armas e elementos de certos Serviços, que constituem orgânicamente as *reservas gerais de Arma* e as *reservas gerais de Serviços*.

RESERVAS GERAIS de ARMA — Compreendem unidades de metralhadoras, de infantaria, moto-mecanizadas, Divisões Aéreas e tôdas as unidades de artilharia e de outras Armas que não pertencem orgânicamente às Divisões.

RESERVAS GERAIS de SERVIÇOS — Compreendem os diversos elementos dos Serviços que não pertencem orgânicamente às Divisões.

RETAGUARDA — 1 — Linha, paralela à frente, quando termina o dispositivo da manobra ou de combate das forças em luta.

2 — Destacamento de segurança destinado a proteger a retaguarda de uma tropa em marcha.

3 — Destacamento de segurança destinado a proteger o retraimento da tropa durante a manobra em retirada.

4 — Parte posterior de um veículo, tropa, coluna, etc.

RETRAIIMENTO — Movimento retrógrado da tropa que se acha em contacto com o inimigo. Abrange o *desaferramento* e o *recuo*.

REUNIÃO ARTICULADA — Disposição que uma tropa adota para ficar em condições de atuar com êxito em qualquer eventualidade. As diferentes frações da tropa ficam geralmente separadas, umas das outras, por grandes intervalos e distâncias.

REVEZAMENTO — 1 — Jôgo de substituição de turmas, de unidades ou de homens isolados, que se faz em qualquer serviço onde se imponha o rodízio para descanso. Varia com o gênero de trabalho a executar, o efetivo total disponível, etc.

2 — Nos trabalhos de Engenharia em que se adota o regime de revezamento, êste varia, mas deve ser sempre tal que permita um repouso de pelo menos 10 horas para cada turma (refeição e sono), não fazendo trabalhar as mesmas turmas durante a noite em dias consecutivos.

RODOVIA — Via de comunicação com leito preparado, construído ou revestido com materiais especiais, dispostos em certa ordem. Estrada de rodagem.

Sob o *ponto de vista militar*, as rodovias classificam-se em :

— Quanto à resistência de suas obras d'arte :

— de 1.^a classe

— De 2.^a classe

— De 3.^a classe

— Especiais

— Quanto à circulação :

— De circulação dupla

— De circulação simples

— Quanto à vigilância :

— Policiadas

— Guardadas

— Livres

RODOVIA de CIRCULAÇÃO DUPLA — É aquela cujo pavimento tem de 3, 5 a 6 metros de largura, permitindo o tráfego dos veículos somente num sentido.

RODOVIA ESPECIAL — V. *Auto-estrada*.

RODOVIA GUARDADA — E' aquella cujo acesso depende de autorização.

RODOVIA LIVRE — E' aquella em que não há restrições para o tráfego.

RODOVIA POLICIADA — E' aquella cujo acesso é franco dentro das regras de circulação (sentido, horário, especialização, etc.) a que está subordinada. (Nas ordens não figura a expressão *policuada*, constando apenas as regras de circulação).

RODOVIA de 1.^a CLASSE — A que permite a circulação de veículos até 44 toneladas.

RODOVIA de 2.^a CLASSE — A que permite a circulação de veículos até 25 toneladas.

RODOVIA de 3.^a CLASSE — A que permite a circulação de veículos até 12 toneladas.



Minister

cigarro extra longo - super qualidade

CAIXAS DE 100

Y

CIA. DE CIGARROS
SOUZA CRUZ

FECHADOS EM COPAS...»

Pelo Major José Horácio Garcia

Por todo o país, a officialidade estudiosa e os civis curiosos das coisas da guerra, aguardam sequiosos a palavra daqueles que tiveram a felicidade de atravessar o oceano e ir experimentar, *de verdade*, os ensinamentos hauridos em longos anos de estudo e meditação pelos bancos escolares, nos corpos de tropa e nos campos de instrução, por extensão, de todos quantos têm tido a honra de ir a um outro país em missão official.

Reúnimos num grupo todos os que julgamos com responsabilidade de falar e escrever: — os que pertenceram ao Corpo Expedicionário, os observadores nos campos de batalha da Europa, os que fizeram estágio nos Estados Unidos, os que desempenharam funções de adido militar, ou outras missões ligadas à diplomacia, ou outros negócios de qualquer natureza, mas que interessam de qualquer forma à defesa nacional.

Em síntese, todo o militar enviado ao estrangeiro, a outros centros de estudo ou ao contato de outras culturas, seja qual fôr a finalidade de sua missão, individa-se com seus companheiros e concidadãos, particularmente com aquêles adquirindo a responsabilidade de saciar-lhes a curiosidade e manter, integral ou não, as conclusões tiradas por outros companheiros; só assim os ensinamentos serão generalizados e as "ilhas de saber" transformar-se-ão em penínsulas...

Os nossos companheiros não devem relegar suas observações ao plano das coisas que se deixam de fazer por falta de tempo.

Bem sabemos que uma grande parte dêstes eleitos pela competência, e conseqüente conceito no meio em que exercem suas atividades, apresenta periodicamente, ou no fim de suas missões, ao E.M.E. ou a outro órgão da alta administração do Ministério da Guerra, relatórios mais ou menos detalhados, conforme a natureza da missão recebida e o seu feitio próprio.

Entretanto, as observações que desejamos ver publicadas, no entender geral, ou de todos aquêles que seguiram com o pensamento os que se afastavam do país na direção de novos conhecimentos, de retificações e constatações, pôdem, sem grande esforço, derivar daquêles re-

latórios; podem constituir sínteses deles, podem mesmo esplanar determinados pontos.

O que é necessário para que não se percam o esforço, o tempo, as vidas e o dinheiro despendidos, é que os conhecimentos adquiridos se multipliquem por todos os meios possíveis.

O que não é aceitável é que, sendo de elite os oficiais designados para estas missões, ao regressarem, por modéstia, retraimento ou razão outra qualquer, como dizemos comumente, "fechem-se em copas", algo transpirando apenas a seus íntimos.

Com referência, por exemplo à F.E.B., somos de opinião de que muito do que lá se passou, linhas gerais das coisas militares, detalhes da vida em um país estrangeiro, particularmente num país como a Itália etc... podem ser objeto de trabalhos leves que por certo muito agradarão ao público e aos militares em geral; que desta campanha nada se deve perder, quer sob o ponto de vista operações, disciplina moral, é outra necessidade imperiosa; que muitos assuntos de interesse exclusivo de E.M.E. sejam, sem atropêlos, esmiuçados e as consequências constatadas e verificadas, comecem desde logo a influir na solução de nossos problemas ligados à preparação para a guerra.

Sob este último ponto, é interessante lembrar as críticas feitas, logo após 1918, ao Plano XVII do qual Joffre, o velho e respeitável general vencedor da Batalha do Marne, havia sido o principal autor; nem por isso, é de notar, a França deixou de discuti-lo e dissecá-lo, afim de que diziam, nem mais uma gota de sangue corrêsse por erros cometidos.

Assim devemos proceder e assim havemos de proceder; os ensinamentos colhidos já devem estar influindo em nossos programas de trabalho, já estão, bem sabemos, e é natural, uma vez que possuímos um quadro de oficiais dotado de uma base cultural sólida capaz portanto da flexibilidade necessária; outros ministérios, como o de Educação e Saúde já devem andar em busca das observações sobre o contingente recrutado e sua conduta física e moral na guerra.

Vejam os camaradas das Forças Armadas a quem nos referimos acima, nestas observações, apenas o desejo do máximo aproveitamento dos ensinamentos colhidos neste conflito, cujas proporções, em nossos tempos, não serão, jamais ultrapassadas.

CEIA DA MADRUGADA
SÓ NO
RESTAURANTE SEREIA

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no «Diário Oficial» no período de 20 de Novembro a 14 de Dezembro de 1945

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa á ter).

— A Escola de Sargentos das Armas criada pelo Decreto-lei número 7.888, de 21 de agosto do corrente ano, passa a ter autonomia administrativa, de acôrdo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.
(Aviso n.º 3.067 de 1 — D.O. de 4-12-945).

— O Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo passa a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251 de 9 de novembro de 1938.
(Aviso n.º 3.021 de 22 — D.O. de 24-11-945).

ARREGIMENTAÇÃO — (Cômputo)

São acrescentados dois parágrafos ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 8.097, de 16 de outubro de 1945.

Este artigo, só entrará em vigor um ano após a data de sua publicação.

Para fins do disposto neste artigo, no cômputo da arregimentação, contar-se-á como serviço arregimentado o tempo decorrente entre a exclusão e inclusão na nova unidade em que o oficial subalterno tenha sido classificado ou transferido por necessidade do serviço.

(Decreto-Lei n.º 8.179 de 19 — D.O. de 27-11-945).

CERTIFICADO DE ALISTAMENTO MILITAR — (Declaração)

— Considerando que nas 2.ª e 3.ª Zonas Militares os cidadãos da classe de 1924, não convocados, ficaram em disponibilidade até a incorporação da classe de 1925 não lhes sendo, por isso, aplicável o disposto no n.º 6 da letra b do art. 1.º das Instruções baixadas com a Portaria n.º 8.196, de 24 de abril de corrente ano, declaro que o certificado de Alistamento Militar feito nas repartições alistadoras daquelas zonas faz prova de estar o cidadão em dia com suas obrigações concernentes à Lei do Serviço Militar até o dia em que se iniciar a incorporação da classe de 1925 (1.º dia útil de março, na 2.ª Zona e 1.º dia útil de fevereiro, na 3.ª Zona).

(Aviso n.º 3.084 de 7 — D.O. de 10-12-945).

CERTIFICADOS DE RESERVISTAS — (Ordem)

— Os certificados de reservista passam a ser escriturados à máquina com contra-cópia, devendo os de 1.ª categoria e os de 2.ª fornecidos pelos corpos de tropa e contingentes de Circunscrições de Recrutamento ter como contra-cópia apenas o nome do reservista.

(Aviso n.º 3.081 de 6 — D.O. de 8-12-945).

CORPO DE TROPA — (Denominação).

Passa a denominar-se 1.º Batalhão de Infantaria Moto-Mecanizado o 1.º Batalhão de Infantaria Motorizado, elemento integrante do Grupamento de Infantaria, de que trata o art. 4.º do Decreto-lei n.º 6.812 de 21 de agosto de 1944.

O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 8.330 de 10 — D. O. de 14-12-945).

COMPUTO DE TEMPO DE SERVIÇO — Solução de Consulta).

— No Offício n.º 17-24-D-I-S.3, de 3 do corrente mês, em que a Diretoria das Armas consulta sobre o cômputo de tempo de serviço pelo dôbro aos militares que serviram na Fôrça Expedicionária Brasileira, foi proferido o seguinte despacho:

I. Dispõe o Decreto-lei n.º 3.940, de 16 de dezembro de 1941, (Lei de Inatividade dos Militares do Exército) em seus artigos 94 e 95:

— O tempo de serviço em campanha será contado pelo dôbro, entendendo-se como tal aquêle em que fôr abonado o têrço de campanha e o militar estiver em operações e com risco de guerra com deslocamento da sede e seu corpo de unidade, ou aquêle que assim fôr considerado pelo Governêo".

— Para o cômputo do tempo de campanha, considera-se como limite inicial a data da partida do quartel de paz, ou a da apresentação na zona de operações, conforme se trate de corpo de tropa ou militar isolado e como limite final a véspera do regresso dessa zona, se a campanha não findou; caso contrário, o dia da sua terminação".

As instruções para organização e funcionamento do serviço de fundos da Fôrça Expedicionária Brasileira, aprovadas pela Portaria n.º 6.499, de 23 de maio de 1944, estabelecem:

— No que se refere a vencimentos e contagens do pessoal que fizer parte da F.E.B., será aplicado o disposto nos artigos 83 e 86 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército, sendo custeadas pelo Governêo Brasileiro as despesas de alojamento e de alimentação".

Prescreve o Decreto-lei n.º 2.186, de 13 de maio de 1940, (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército) em seu artigo 83 e § 1.º:

— Os oficiais e praças em campanha perceberão, além dos seus vencimentos normais, uma terça parte do sôlido do pôsto, a qual não será computada, em hipótese alguma, para cálculo de reforma ou qualquer outro efeito".

— O abono do terço de campanha deve ser calculado sobre o soldo do posto efetivo do militar".

Constando a tabela especial de vencimentos atribuídos à Força Expedicionária Brasileira, conjuntamente com outras vantagens, o terço de campanha, deverá ser observado para o cômputo de tempo de serviço pelo dôbro aos militares que serviram na F.E.B. o que prescreve o artigo 95 do Decreto-lei n.º 3.940 de 16 de dezembro de 1941, acima citado. — General Canrobert P. da Costa, respondendo pelo expediente.

(Aviso n.º 3.065 de 30-11 — D.O. de 3-12-945).

ORPO DE TROPA — (Denominação).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 189 da Constituição e considerando:

— que constitui dever de civismo perpetuar-se a memória dos grandes vultos de nossa nacionalidade, principalmente daqueles que sacrificaram a vida em holocausto à grandeza da Pátria;

— que a cidade de São João d'El-Rei, no Estado de Minas Gerais, onde tem sede o 11.º Regimento de Infantaria, serviu de berço ao proto-mártir da nossa Independência e dali partiu um dos maiores contingentes que integraram a Força Expedicionária Brasileira.

Decreta :

O 11.º Regimento de Infantaria, com sede em São João d'El-Rei, passa a denominar-se "Regimento Tiradentes".

O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação. (Decreto-Lei n.º 8.233 de 27. — D.O. de 30-11-945).

CORREIO REGULADOR SERVIÇO POSTAL DA F.E.B. — (Extinção)

— Fica extinto, por já haver ultimado os encargos respectivos, o Correio Regulador do Serviço Postal da F.E.B., que funcionou na Itália.

(Aviso n.º 3.100 de 8. — D.O. de 11-12-945).

DISPOSIÇÃO SOBRE O SERVIÇO MILITAR — (Suspensão)

Fica suspensa, no corrente ano, a execução do disposto no artigo 12, letra l, do Decreto-lei n.º 7.343, de 26 de fevereiro de 1945, que aprova disposições sobre o serviço militar e dá outras providências.

A alínea c do art. 12, do Decreto-lei a que se refere o art. 1.º, passa a ter a seguinte redação:

"alínea c) assinar contrato com o governo federal, estadual ou municipal, antes de haver completado 30 anos de idade".

O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 8.223 de 26 — D.O. de 30-11-945).

DEPÓSITO DE PESSOAL DO EXÉRCITO DA F.E.B. — (Extinção).

Fica extinto, a partir de 1 de Dezembro do corrente ano, o Depósito de Pessoal do Exército da Força Expedicionária Brasileira, criado por Decreto-lei n.º 6.268, de 14 de fevereiro de 1944.

O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 8.281 de 4. — D.O. de 8-12-945).

ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO — (Admissão).

— Fica o Comandante da Escola Técnica do Exército autorizado a aceitar, para inscrição em concurso de admissão aos Cursos Técnicos da Reserva, os alunos da Faculdade Nacional de Filosofia, desde que os mesmos tenham sido aprovados na 1.ª Série do Curso de Matemática ou de Física da Seção de Ciências e da 1.ª Série do Curso de Química daquela Faculdade satisfeitas as demais exigências regulamentares.

(Aviso n.º 3.048 de 29-11 — D.O. de 1-12-945).

ELETIVO PARA A SEÇÃO C. DE MATERIAL DE INTENDÊNCIA — (Admissão).

— O efetivo para a Seção Comercial de Material de Intendência do Rio fica assim fixado :

Oficiais: — Tenente-Coronel, 1; Major, 1; Capitão, 1; 1.º ou 2.º Tenente, 4.

Praças: — 2.º Sargento, 1; 3.º Sargento, 3; Cabos, 3; Soldados, 15;

No quadro de praças está incluído o efetivo necessário à organização do Anexo da SC-MI junto à Escola Militar de Resende, de acordo com o Aviso n.º 2.479, de 13 de setembro de 1945.

(Aviso n.º 3.056 de 30-11 — D.O. de 3-12-945).

ELETIVO DE CONTINGENTE — (Aumento).

— O efetivo do Contingente do Depósito de Moto-Mecanização de Recife fica aumentado do pessoal em seguida discriminado :

Para a Tesouraria :

Um Tenente Intendente do Exército;

Um Segundo Sargento Contador.

Um Cabo dactilógrafo;

Um soldado dactilógrafo.

Para o Almoxarifado :

Um Sub-Tenente;

Um terceiro sargento furriel;

Um cabo dactilógrafo.

Um soldado dactilógrafo.

Para a Secretaria e Casa da Ordem :

Um primeiro sargento;

Um cabo dactilógrafo;

Um soldado dactilógrafo.

(Aviso n.º 3.063 de 1 — D.O. de 4-12-945).

ENGAJAMENTO DE PRAÇAS — (Aumento).

— Declaro que fica aumentada de 60 % para 80 % a percentagem de engajamento e reengajamento de praças fixada para os Contingentes de Estabelecimentos e Repartições no Aviso n.º 639, de 13 de março do corrente ano.

(Aviso n.º 3.016 d 20 — D.O. de 23-11-945).

— Fica extensiva às Sub-Unidade de Engenharia, destacadas em serviço de construção, a percentagem de 20 % de engajamento e reengajamento de que trata o aviso n.º 1.927, de 1 de agosto de 1945, e atribuída aos Batalhões de Engenharia.
(Aviso n.º 3.015 de 20 — D. O. de 23-11-945).

ENGAJAMENTO DE SARGENTOS — (Solução de consulta).

— Em Offício n.º 1.039-Sec. de 30 de outubro último o Comandante do 6.º Regimento de Infantaria consulta se o Aviso n.º 2.718, de 2 do mesmo mês, que se refere somente a engajamento de sargentos da Força Expedicionária Brasileira, aplica-se também a concessão do reengajamento, parecendo-lhe que a medida consubstanciada no mencionado Aviso teve em vista beneficiar esses elementos, tanto assim que os dispensou do cumprimento de exigências regulamentares para permanência nas fileiras do Exército desde que possuam medalha de campanha e que a exclusão dos já engajados importaria em beneficiar um número mínimo.

Em solução declaro, em aditamento ao Aviso número 2.718, de 2 de outubro do corrente ano, que ficam os Comandantes de Unidades da citada Força autorizados a conceder reengajamento aos mesmos sargentos, desde que satisfaçam as condições estabelecidas no referido Aviso.

(Aviso n.º 3.055 de 30-11 — D.O. de 3-12-945).

EXAMES DOS ALUNOS DAS E. PREPARATÓRIAS — (Permissão).

— É permitida a realização de exames em segunda época aos alunos das Escolas Preparatórias que não obtiveram aprovação em mais de duas aulas no ensino teórico no corrente ano.

(Aviso n.º 3.100-A de 8 — D.O. de 11-12-945).

FORNECIMENTO DE MATERIAL — (Autorização).

— I. Para maior facilidade do serviço dos órgãos provedores e rapidez no recebimento por parte da tropa, ficam as Diretorias do Material Bélico, Moto-Mecanização, Engenharia, Transmissões, Saúde e Intendência autorizadas a efetuar o fornecimento do material de suas jurisdições, de acordo com o consignado nas tabelas de dotação correspondentes às unidades similares que integraram à Força Expedicionária Brasileira, aos corpos da 1.ª Região Militar, abaixo relacionados e recentemente mandados transformar ou permanecer motorizados:

1.º R.I. (Vila Militar); 2.º R.I. (Vila Militar); 3.º R.I. (São Gonçalo); 1.º R.O. Au. R. (Vila Militar); 1.º G.O. (São Cristovão). I/1.º R.A.P.C. (Vila Militar); 1.º Esq. Rec. (Vila Militar); 1.º Btl. Saúde (Valença); 1.ª Cia. Trans. (Vila Militar). 1.ª Cia. Polícia (Vila Militar); 1.ª Cia. Leve de Manutenção (Deodoro);

Cia. de Intendência (provisoriamente em Benfica, no quartel da 1.ª Companhia de Intendência).

II. Fica entendido que o fornecimento em aprêço só deverá processar-se, após entendimento com as unidades interessadas.

que providenciarão de acôrdo com as disponibilidades de conservação do material.

III. Após aprovados os quadros de dotação, em elaboração no E.M.E., os corpos recolherão o material recebido e que não lhes corresponda.

(Aviso n.º 3.098 de 8 — D.O. de 11-12-945).

GUARDA DO CEMITERIO MILITAR DE PISTÓIA — (Constituição).

— A Seção de Guarda do Cemitério Militar de Pistóia — Itália — mandada organizar, a título provisório, em Aviso n.º 2.054, de 6 de agosto de 1945, passa a ser constituída, até nova ordem, como segue, em consequência das exigências do Decreto-lei n.º 8.097, de 16 de outubro de 1945:

- Um capitão, de qualquer Arma, Comandante;
- Um 1.º ou 2.º Tenente, de qualquer arma ou do S.I.E.;
- Um 1.º Sargento;
- Um 2.º Sargento;
- Um cabo; e
- Seis soldados.

(Aviso n.º 3.069 de 4 de D.O. de 6-12-945).

INSTRUTOR DAS ESCOLAS DE SARGENTOS ETC. — (Funções).

— Para efeito do disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 8.097, de 16 de outubro de 1945, as funções de instrutor das Escolas de Sargentos das Armas, de Transmissões e de Instrução Especializada devem ser consideradas como serviço arregimentado em corpo de tropa.

(Aviso n.º 3.117 de 11 — D.O. de 14-12-945).

MATRÍCULAS NA E. DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS — (Fixação).

— As matrículas na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no próximo ano de 1946, são assim fixadas:

Infantaria: 26 Majores e 74 Capitães; Cavalaria: 10 Majores e 20 Capitães. Artilharia: 8 Mjores e 42 Cpitães; Engenharia: 12 Majores e 8 Capitães.

(Aviso n.º 3.049 de 29-12. — D.O. de 5-12-945).

— Aos alunos dos Núcleos e Centros de Preparação de Oficiais da Reserva que, embora aprovados nos exames do 1.º ano, tiverem suas matrículas anuladas em face da interpretação do Aviso n.º 1.762, de 12 de julho de 1943, será concedida nova matrícula no 2.º ano daqueles Núcleos e Centros, quando convocados, por efeito da Lei do Serviço Militar, não sendo esta medida extensiva a novos candidatos, infringindo os dispositivos da referida Lei.

(Aviso n.º 3.006 de 17. — D.O. de 21-11-945).

MEDALHA DE GUERRA — (Destino).

O § 1.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.795, de 17 de agosto de 1944, que cria, no Exército, as condecorações denominadas "Medalha de Guerra", "Medalha de Campanha" e "Cruz de Combate", passa a ter a seguinte redação:

"A Medalha de Guerra é destinada a premiar os oficiais da ativa, da reserva e reformados, e civis que tenham prestado serviços relevantes, de qualquer natureza, referentes ao esforço de guerra, preparo de tropa ou desempenho de missões especiais confiadas pelo Governo dentro ou fora do país, e também as Unidades e Sub-unidades (destacadas) que tenham tido, no mínimo, quatro meses de serviço efetivo de defesa do litoral e arquipélago de Fernando de Noronha.

O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 2.834 de 27 — D.O. de 30-11-945).

NÚCLEO DE RECOMPLEMENTAMENTO DAS UNIDADES-ESCOLAS

— O Núcleo de Recompentamento das Unidades Escolas passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto número 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n.º 3.070 de 4 — D.O. de 6-12-945).

OFICIAIS DA POLÍCIA DO TERRITÓRIO DO ACRE

O Diário Oficial n.º 271 de 1-12-1945, publica na íntegra o Decreto-Lei n.º 8.228 de 27-11-1945, que regula a situação dos Oficiais da extinta Polícia Militar do Território do Acre e sua inclusão nos Quadros da Polícia Militar do Distrito Federal.

PÓSTO REGULADOR DE NATAL — (Extinto).

— Fica extinto, por não mais se tornar necessário o Posto Regulador de Natal, criado em Aviso n.º 364-329. Reservado, de 17 de julho de 1944.

(Aviso n.º 3.018 de 20 — D.O. de 23-11-945).

PRAZOS DO SERVIÇO ATIVO DO EXÉRCITO — (Permanência).

— Em face do Decreto-lei n.º 7.954, de 13 de setembro de 1945, que alterou a idade limite de permanência das praças no serviço ativo do Exército, poderão essas praças permanecer em qualquer posto desde que não excedam os limites fixados no referido Decreto-lei.

(Aviso n.º 3.004 de 17. — D.O. de 21-11-945).

REGULAMENTO DA CAIXA DE CONSTRUÇÃO DE CASAS DO MILITAR DA GUERRA — (Aprovação).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a da Constituição, decreta:

Fica aprovado o Regulamento, que com este baixa, para a "Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra", assinado pelo Ministro da Guerra.

O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 20.175 de 11 — D.O. de 14-12-945).

SARGENTO CONTADOR — (Graduação).

— Em aditamento ao Aviso n.º 2.646, de 26 de setembro de 1945, fica esclarecido que a graduação de Sargento Contador e do Sargento Furriel do Contingente do Depósito de Moto-Mecanização de Porto Alegre, é de 2.º e 3.º sargento, respectivamente. Assim, não se faz necessária, para o reengajamento, a aptidão ao acesso à graduação superior, prevista no artigo 142 da Lei do Serviço Militar.

(Aviso n.º 3.007 de 17. — D.O. de 21-11-945).

UNIDADES-ESCOLAS — (Constituição).

— A fim de constituir as Unidades-Escolas de que trata o Decreto-lei n.º 7.888, de 21 de agosto de 1945, que criou o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, são transformadas as seguintes unidades:

- o Batalhão Escola em "Regimento Escola de Infantaria";
 - o Grupo Escola em "Regimento Escola de Artilharia";
 - o Regimento Andrade Neves em "Regimento Escola de Cavalaria", continuando com a designação de "Regimento Andrade Neves";
 - a Companhia Escola de Engenharia em "Batalhão Escola de Engenharia".
- O Ministro da Guerra baixará os atos necessários à organização das unidades de que trata o presente Decreto-lei.
- O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- (Decreto-Lei n.º 8.282 de 4 — D.O. de 8-12-945).



Biblioteca da "A Defesa Nacional"

LIVROS A' VENDA

Anuário Militar do Brasil 1935	22,00
Anuário Militar do Brasil, 1936	22,00
Anuário Militar do Brasil, 1937	27,00
Anuário Militar do Brasil, 1940	37,00
Anuário Militar do Brasil, 1941	42,00
Anuário Militar do Brasil, 1942	26,00
Arte da Guerra — Trad. Cel. Renato Batista Nunes	21,00
Campanha da África Oriental — Gen. Waldomiro Lima	19,00
Revolução de 1942 — Martins Andrade	6,00
Mapa Geográfico Sul-Americano — Cel. Mario Travassos	6,00
Condições Geográficas e o Problema Militar Brasileiro — Cel. Mario Travassos	30,00
Compreensão da Guerra — Cel. J. B. Magalhães	7,00
Andrade Neves o Vanguardeiro — Cap. De Paranhos Antunes	16,00
Aplicações Militares — Cap. Marcio de Menezes	3,00
Testado de Origem — Ten. Cel. Dr. E. Marques Porto	16,00
C. P. — Cap. Geraldo de Menezes Cortes	21,00
Concepção da Vitória entre os Grandes Generais — Cap. Frederico Mindelo Carneiro Monteiro	7,00
Auxiliar do Instrutor de Pontes — Cap. Samuel A. A. Correia	5,50
A Defesa Nacional (Número Avulso)	3,00
Accentuação Gráfica — Cap. Antonio Pereira Lira	11,00
A Instrução na Cavalaria — Cap. João de Jesus Mena Barreto	21,00
A Técnica do Tiro de Costa — Cap. Ary Silveira	42,00
Anuário Militar do Brasil, 1943-1944	11,00
Boletim n.º 3 — Cel. Araripe e Ten. Cel. Lima Figueiredo	7,00
Cartilha da Mocidade — Cap. Micaldas Corrêa	13,00
Caderneta de Ordens e Partes	3,00
Caderneta de Ordens e Partes (Bloco para)	13,00
Caderneta de Campanha do Capitão — Cap. Nelson Boitex	13,00
Coletânea de Leis e Decretos 1544-1938 — Maj. Bento Lisboa	13,00
Contribuição para a História da Guerra entre Brasil e Buenos Aires — Gen. Bertoldo Klinger	27,00
Código de Justiça Militar — Cel. José Faustino da Silva Filho	5,00
Código de Vencimentos e Vantagens — Getulio Costa	7,00
Comandar — Ten. Cel. Niso de Viana Montesuma	9,00
Código Penal Militar — Cap. Moacyr Faião Gomes de Abreu	11,00
Cooperemos para a boa Linguagem — Ruy de Almeida	12,00
Dispersão do Tiro — Ten. Cel. Arnaldo Morgado da Hora	8,00
Do Brasil à Itália — Gen. Newton Braga	12,00
Algumas Causas da Rússia, Cel. J. B. Magalhães	20,00
Jomini — Trad. Cel. Renato B. Nunes	20,00
Emprego do Btl. de Transmissões — Maj. Adalado Fialho	10,00
Anedotario da Guerra Triplice Aliança — Ezebio de Souza	

- Dicionário de Termos Militares (Inglês-Português) — H. Castro Jobim
- Educação Física Militar — Cap. Gutemberg Ayres de Miranda . .
- Educação sobre a Instrução Militar — Trad. Maj. José Horacio Garcia
- Estudos sobre Granadas de Mão e Fuzil — Cap. Moacyr N. Assumpção
- Educação Moral do Soldado — Cep. Frederico Trota
- Emprego Tático das Transmissões — Cel. Paulo Eolivar Teixeira . .
- (x) — Estratégico do Terror — Trad. Cel. J. B. Magalhães
- Exterior e Julgamento dos Equideos — Walter Jardim
- Escola de Fogo I e II parte — Maj. Rubens Monteiro de Castro
- Escola de Fogo, II parte — Maj. Rubens Monteiro de Castro
- Escola de Fogo, III parte — Maj. Rubens Monteiro de Castro
- Escola de Fogo, IV parte — Maj. Rubens Monteiro de Castro
- Euclides da Cunha — Cap. Umberto Peregrino
- Fichário para I. de Educação Física — Cap. Jair Jordão Ramos
- Formulário do Contador — Cap. José Salles
- (x) — Formulário Processual — Ten. Cel. Niso de Viana Montezuma
- Fenômeno Militar Russo — Cel. J. B. Magalhães
- Fenômeno Militar Russo — desconto de 10% aos Assinantes da Revista "A Defesa Nacional"
- Guia para o Cmt. de Plt. de Fuzileiros, 1ª parte — Maj. Tamoyo
- Guia para o mt. de Plt. de Fuzileiros, 2ª parte — Maj. Tamoyo
- (x) — Guerra de Secessão "Saparata n.º 53" — Ten. Cel. Arthur Carnauba
- Guia para a Instrução Militar — Maj. Ruy Santiago
- História do Duque de Caxias (Ilustrada) — Cap. Frederico Trota
- História Militar do Brasil — Gustavo Barroso
- Indicador Alfabético — Oden Antonio da Cunha Braga
- Indicador Paranhos 1935 — Eurico Paranhos
- Indicador Paranhos 1936 — Eurico Paranhos
- Invasão e Tomada das Ilhas Bálticas — Trad. José J. da Silva
- Impressão de Estágio no Exército Francês — J. B. Magalhães
- (x) — Instrução na Cavalaria Separata n.º 54 — Maj. José H. Garcia
- Instrução de Obs. nos Corpos de Tropas — Ten. Cel. Armando Baptista Gonçalves
- Instrução de Transmissões — Ten. Cel. Lima Figueiredo
- Iniciação Tática — Cel. Inácio José Verissimo
- Introdução ao Estudo da Estratégia — Cel. Inácio J. Verissimo
- Inquérito Policial Militar — Amador Cysneiros
- Índice do C. J. M. de 1938 — Cel. José Faustino da Silva Filho
- (x) — Limites do Brasil — Ten. Cel. Lima Figueiredo
- Lições D'Armas — Gen. Valério Falcão
- Manual de Orientação em Campanha — Cap. Antonio Pereira Lira
- Manobras de Nioac — Gen. Bertoldo Klinger
- Manual da Socorrista de Guerra — Raul Briquet
- Manual de Topografia Militar — Cap. Evandro Del Corona
- Manual de Instrução Pré Militar — Cap. Moacyr Faião G. de Abreu
- Manual do Soldado de Engenharia
- (x) — Memento do Artilheiro — Cap. Amir Borges Fortes

	Mais uma Carga Camaradas — Gen. Benício da Silva	21,00
(x)	— Morteiro — Cap. Gutemberg Ayres de Miranda	11,00
	Noções de Desenho Topográfico — Cel. Arthur Paulino	16,00
	Notas sobre o Comando do Btl. no Terreno — Cmt. Audet	5,00
	Notas de Tática de Cavalaria — Cap. Alvaro Lucio Areas	11,00
	Narrativas Autobiográficas — Gen. Bertoldo Klingler	25,00
(x)	— Noções de Topografia em Campanha — Gen. Paes de Andrade ..	13,00
	O Livro do Observador — Cap. Paladini	11,00
	O Exército Alemão — Cel. Leony de Oliveira Machado	27,00
	O Surto no Japão — Maj. Nicanor de Souza	2,00
	O Tiro de Artilharia de Costa — Cap. Ary Silveira	5,00
	O Tiro da Secção do Morteiro Brand. 81m/m — Maj. Pavel	16,00
(x)	— O Tiro de Grupo nas I. Rápidas — Cap. Breno Borges Fortes ...	6,00
	O Tiro de Morteiro — Cap. Goberl de Couto e Silva	11,00
	O Livro do Carro de Combate — Cap. Frederico Reis Pimentel	11,00
	O Serviço em Campanha na Arma de Cavalaria — Cap. Antonio	
	Pereira Lira	15,00
	O Oficial de Cavalaria — Gen. Benício da Silva	11,00
(x)	— O Serviço de Informações e de Transmissões em Campanha —	
	Cap. Geraldo de Menezes Cortes	11,00
(x)	— Os Pombos Correios e a Defesa Nacional — Dr. Freitas Lima ..	6,00
(x)	— Pequeno Manual do Serviço em Campanha na Cavalaria — Trad.	
	Maj. José Horacio Garcia	13,00
	Pedagogia de Educação Física — José Benedito de Aquino	16,00
	Pastas para Folhas de Alteração	3,00
(x)	— Regulamento para Instrução dos Quadros e da Tropa	6,00
(x)	— Regulamento de Educação Física, 1. ^a parte (N.º 7)	25,00
(x)	— Tática de Infantaria — Cel. X.	3,00
	Sinalização a braços e ótica — Ten. Cel. Lima Figueiredo	3,00
	Telemetros de Inversão Zeiss — Cap. José J. Gomes da Silva	9,00
(x)	— Tática de Infantaria nos Pequenos Escalões — Ten. Cel. Alexan-	
	dre José Gomes da Silva Chaves	16,00
(x)	— Travessia de Cursos Dagua — Maj. José Horacio Garcia	6,50
	Transposição de Cursos Dagua — Ten. Cel. Lima Figueiredo ..	8,00
	Transferidor Militar (Tipo A) — Carlos Morim	75,00
	Transferidor Militar (Tipo B) — Carlos Morim	25,00
	Transferidor de Derivas e Alças — Carlos Morim	80,00
	Theoria e Progressões de Logarítimos — Floriano Daltro Ramos .	5,00
	Theoria e Emprego dos Milésimos — Cap. Eduardo Campello	5,00
	Três anos de Ortografia S. Brasileira — Gen. Bertoldo Klingler	16,00
	Topografia Prática — Cap. João Augusto Fernandes — Rubens,	
	Castro	31,00
	Um ao de Obs. no Extremo Oriente — Ten. Cel. Lima Figueiredo	15,00
	Vade-Mecum de Matemática Elementar — Frederico J. Nunes	
	Dias	13,00

(x) — Este sinal indica que a obra foi publicada pela C.M.E.C.I. "A Defesa Nacional"

Table of Contents

- Introduction
- Chapter 1: The History of the Book
- Chapter 2: The Book as a Cultural Object
- Chapter 3: The Book as a Medium of Communication
- Chapter 4: The Book as a Form of Power
- Chapter 5: The Book as a Form of Resistance
- Chapter 6: The Book as a Form of Identity
- Chapter 7: The Book as a Form of Memory
- Chapter 8: The Book as a Form of Knowledge
- Chapter 9: The Book as a Form of Love
- Chapter 10: The Book as a Form of Life



Price \$5.00

Published by [illegible]
[illegible]
[illegible]